

**Edição 200 anos da chegada da Família Real**

Carlos Eduardo Moreira de Araújo

José Sacchetta Ramos Mendes

Alda Heizer

Pedro Henrique Pedreira Campos

Carlos Eduardo Moreira de Araújo

Janaína Cardoso de Mello

Alberto da Costa e Silva

Ana Cannas

Dilene Raimundo do Nascimento

Matheus Alves Duarte da Silva

Aldrin Moura de Figueiredo

Luciano Rocha Pinto

**2008 Revista do Arquivo Geral  
da Cidade do Rio de Janeiro**



**Edição 200 anos da chegada da Família Real**

**Carlos Eduardo Moreira de Araújo**

**José Sacchetta Ramos Mendes**

**Alda Heizer**

**Pedro Henrique Pedreira Campos**

**Carlos Eduardo Moreira de Araújo**

**Janaína Cardoso de Mello**

**Alberto da Costa e Silva**

**Ana Cannas**

**Luciano Rocha Pinto**

**Dilene Raimundo do Nascimento**

**Matheus Alves Duarte da Silva**

**Aldrin Moura de Figueiredo**

# **2008 Revista do Arquivo Geral** **da Cidade do Rio de Janeiro**

## **Expediente**

n° 2 – 2008 – ISSN 1983-6031 – publicação anual

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
**Cesar Maia**

Secretaria Municipal das Culturas  
**Ricardo Macieira**

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro  
**Beatriz Kushnir**

Gerência de Pesquisa  
**Sandra Horta**

Editores  
**Beatriz Kushnir**  
**Sandra Horta**

Revisão  
**Pina Bastos**

Coordenação editorial  
**Catarina d'Amaral**  
**Marcela Miller**  
**Verônica Lessa**

Projeto Gráfico  
**Tecnopop - Theo Carvalho**

Conselho Editorial  
**André Luiz Vieira de Campos** (UFF e UERJ)  
**Angela de Castro Gomes** (CPDOC/FGV e UFF)  
**Beatriz Becker** (UFRJ)  
**Ismenia de Lima Martins** (UFF)  
**Ilmar R. de Mattos** (PUC/RJ)  
**James N. Green** (Brown University)  
**José Murilo de Carvalho** (UFRJ)  
**Lená Medeiros de Menezes** (UERJ)  
**Luciano Raposo de Almeida Figueiredo** (UFF)  
**Maria Luiz Tucci Carneiro** (USP)  
**Mary del Priore** (USP)  
**Stella Bresciani** (UNICAMP)  
**Paul Knauss** (UFF e Arquivo Público do Estado)  
**Tania Bessone** (UERJ)

Editora Garamond  
Rua da Estrela, 3º Andar, Rio Comprido  
Rio de Janeiro RJ Brasil  
Tel (0xx21) 2504 9211  
email editora@garamond.com.br  
tiragem 1.000 exemplares

**Em 2007, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro publicou o primeiro número de sua revista, intitulado “Cidade Nova”. Pouco antes de lançarmos este segundo número, fomos contatados por uma editora que detém o direito de uso deste nome.**

**Apesar de acreditarmos que nosso perfil acadêmico não traria conflitos de marca, entendemos por bem atender à solicitação de mudança de nome, e assim lançamos o segundo número da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*.**

**Ricardo Macieira** Secretário Municipal das Culturas

### **As comemorações dos 200 anos da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro**

O Rio de Janeiro foi a capital do Reino de Portugal e Algarves, como era oficialmente chamado Portugal na época, entre 1808 e 1815. E passou a ser a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a única cidade do mundo que sediou um império europeu nos trópicos, de 1815 a 1821. A vinda da Corte portuguesa trouxe profundas transformações culturais, políticas e econômicas e inquestionáveis benefícios para a cidade do Rio de Janeiro. A *Real Bibliotheca* (atual Biblioteca Nacional), o Museu Real (atual Museu Nacional da Quinta da Boa Vista), o Jardim Botânico, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Escola Anatômica Cirúrgica e Médica do Hospital Militar foram algumas das instituições estabelecidas no Rio, onde também nasceu a imprensa brasileira, por meio da instalação da Impressão Régia em 1808. De seus prelos saiu o primeiro jornal impresso no Brasil – a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Para resgatar a centralidade política, histórica e cultural da nossa cidade, o Prefeito César Maia instituiu, por decreto municipal de 27 de abril de 2006, a Comissão para as comemorações do bicentenário da chegada de D. João e da Família Real portuguesa ao Rio de Janeiro – CDJVI. Esta Comissão tem sido responsável pela elaboração e execução de uma ampla agenda de eventos e publicações para celebrar o bicentenário da chegada da Corte portuguesa à cidade, os quais, muito além de reabilitarem a figura de D. João, reafirmam o significado ímpar de um gesto político que lançou as bases para a formação da nação e do Estado brasileiro.

A Prefeitura do Rio-Comissão D. João VI propõe, efetivamente, uma releitura deste relevante episódio histórico, avaliando o impacto para a nossa cidade do período joanino. A iniciativa do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro é uma contribuição importante nesse percurso. O segundo número da *Revista do Arquivo* é oferecido ao público carioca em um momento propício para a produção de conhecimentos sobre o Rio de Janeiro, reinterpretando um patrimônio e uma memória que justificam o presente, e refletindo sobre o repertório surpreendente da cultura do futuro.

## **Beatriz Kushnir**

Tão importante quanto iniciar projetos, é proporcioná-lhes continuidade. Ao ser convidada pelo Sr. Secretário Municipal das Culturas, em abril de 2005, a assumir a direção do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, ingressava novamente numa instituição que me abrigou tantas vezes como pesquisadora. Adentrar por um outro lado, possibilitou encontrar um espaço sedento por dinamizar atividades e realizar tarefas que já tardavam a acontecer.

Três anos se passaram rapidamente, mas foram vividos intensamente, dia a dia. Planejamos muito e, creio, realizamos com veemência e acuidade estas investidas. O Arquivo Geral da Cidade tem, pela primeira vez desde sua vinculação à esfera municipal, em 5/8/1893, um *Guia de Fundos* – instrumento fundamental para se conhecer o acervo, controlá-lo física e intelectualmente, e permitir o acesso à informação. Instituímos o *1º Censo dos Arquivos Municipais* com a prerrogativa de mapearmos o que precisa ser recolhido e nos organizarmos para receber essa documentação, que necessita ser depositada aqui com regularidade e constância.

Em 2008, ao comemorarmos os 115 anos do Arquivo e às vésperas do 30º aniversário da construção de sua sede definitiva, fomos selecionados pelo Fundo Setorial de Direito Difuso do Ministério da Justiça e poderemos instalar o tão ansiado Laboratório de microfilmagem, garantindo a segurança de cópias de preservação deste acervo que, em 2007, recebeu pela separata de documentos do Senado da Câmara a nomeação de *Memória do Mundo Brasil*, da Unesco.

Concebendo projetos e os inscrevendo nas Leis de Incentivo, o AGCRJ foi contemplado pelo BNDES para tratar a *Décima Urbana* (antecessora do IPTU); pelo Ministério da Cultura da Espanha foi selecionado, através do projeto Adai, para microfilmagem o acervo acerca da escravidão; com o apoio da Petrobras Cultural estamos instalando na instituição um sistema de segurança dos mais modernos.

Recuperando uma iniciativa de outrora, quando o Arquivo difundia informações em sua revista, revitalizamos esta idéia com o apoio da Lei do ISS da Prefeitura do Rio, que igualmente nos apóia no Prêmio de Monografia Prof. Afonso Carlos Marques dos Santos, e na realização do Portal Augusto Malta.

Assim, em nome do Arquivo Geral da Cidade, gostaríamos de agradecer aos pesquisadores que, pelo segundo ano consecutivo, nos prestigiam com suas reflexões aqui publicadas, bem como aos membros da comissão julgadora do Prêmio de Monografia pela parceria e aposta nesta iniciativa. Desejo vida longa à *Revista do Arquivo*.

	Alberto da Costa Silva	
<b>I</b>	<b>D. João no Rio de Janeiro</b>	10
	Alda Heizer	
<b>II</b>	<b>A Exposição Nacional de 1908 : entre comemorações</b>	14
	Aldrin Moura de Figueiredo	
<b>III</b>	<b>A memória modernista do tempo do Rei: narrativas das guerras napoleônicas e do Grão-Pará nos tempos do Brasil-Reino (1808-1831)</b>	25
	Alex Gonçalves Varela	
<b>IV</b>	<b>A atuação do naturalista e homem público Manuel Ferreira da Câmara na política siderúrgica do governo joanino (1808-1822)</b>	42
	Dilene R. do Nascimento e Matheus A. Duarte da Silva	
<b>V</b>	<b>As fontes em tempos de D. João: abastecimento de água e escoamento de esgoto no Rio de Janeiro oitocentista</b>	58
	José Sacchetta Ramos Mendes	
<b>VI</b>	<b>Um tiro contra o Imperador</b>	74
	Carlos Eduardo Moreira de Araújo	
<b>VII</b>	<b>O duplo cativo: escravos e prisões na Corte joanina (Rio de Janeiro, ca. 1790-1821)</b>	81



	Luciano Rocha Pinto	
	<b>O avaliador de escravos: poder local e hierarquização</b>	
<b>VIII</b>	<b>(Rio de Janeiro, 1808-1831)</b>	<b>101</b>
<hr/>		
	Pedro Henrique Pedreira Campos	
	<b>A exclusão social do consumo em uma sociedade escravista</b>	
<b>X</b>		<b>118</b>
<hr/>		
	<b>Entrevista com a doutora Ana Cannas, diretora do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa)</b>	
<b>XI</b>		<b>136</b>
<hr/>		
<b>XII</b>	<b>Resenhas</b>	<b>152</b>

a. PRIORE, Mary Murray Del. *O príncipe maldito: traição e loucura na família imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

# D. João no Rio de Janeiro

**Alberto da Costa e Silva**

D. João chegou a Salvador em 22 de janeiro de 1808. Seis dias depois, instigado por José da Silva Lisboa, decretava a abertura dos portos brasileiros a todas as nações amigas. Logo em seguida, criou a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia. Com o primeiro ato, desmanchava-se o monopólio colonial. Doravante, o Brasil poderia comerciar com qualquer país e não apenas obrigatoriamente com a metrópole ou com a intermediação portuguesa. Com o segundo, criava-se a primeira instituição de ensino superior em território brasileiro, pois, ao contrário do que sucedia na América espanhola, onde, desde o século XVI, havia universidades, os jovens que viviam no Brasil tinham de formar-se em Coimbra ou em outros centros europeus de saber. As duas decisões representavam a ruptura da estrita dependência em que Lisboa mantinha os seus domínios americanos e prenunciavam as grandes reformas que D. João faria na vida brasileira.

Ao trasladar-se com a Família Real para o Rio de Janeiro, onde desembarcou em 8 de março de 1808, o Príncipe Regente mudava a capital do reino (ou, melhor, do império) de Portugal para o Brasil. Não chegava ele ao Rio como foragido ou exilado, mas como soberano em solo seu. E, entre os seus súditos, resguardaria a dinastia das humilhações a que Napoleão submeteu tantas outras, manteria o princípio da integridade do território de Portugal, que o imperador dos franceses queria dividir, e conservaria as suas dependências e enclaves na África e na Ásia, os quais, houvesse ele sido aprisionado em Lisboa, teriam passado, juntamente com o Brasil, para o controle britânico. A partir das suas terras americanas, D. João faria a guerra à França. E de que tinha isso em mente, há um claro sinal: não demorou em ordenar a invasão da Guiana Francesa e a ocupação de Caiena.

O Rio de Janeiro recebeu em festa D. João e sua Corte. Com vivas, foguetes, colchas nas janelas das casas, *Te Deum* na catedral e, sobretudo, muita gente nas ruas, gente cuja aparência deve ter espantado os que desciam dos navios. Pois havia de tudo: desde oficiais militares em garbosos uniformes até carregadores africanos com apenas um pedaço de pano a cobrir as virilhas. O número de negros e negras, de roupas esvoaçantes e coloridas e, muitos deles, com escarificações nos rostos, parecia, aliás, superior ao dos brancos e dava a quem chegava à cidade – pequena, acanhada, de ruas estreitas, sujas e

em desalinho – a impressão de que desembarcara na África. Os nobres e seus fâmulos olhavam para os lados entre curiosos e inquietos, enquanto a gente da terra se comportava com igual estranheza diante dos recém-chegados, que fediam por falta de banho e entre os quais não eram poucas as mulheres que mal ocultavam com turbantes as cabeças raspadas durante a viagem, para combater os piolhos. Sobrepunha-se a tudo, porém, no povaréu que assistia ao desembarque, a admiração por aqueles grandes que acompanhavam a Rainha e o Príncipe seu filho.

Atrás da alegria não se escondiam as preocupações com a chegada de tanta gente, entre 3.500 e 4.500 pessoas, que foram desembarcando ao longo de dois meses, sem contar os tripulantes dos navios, que somariam mais de 7.500 indivíduos e a necessidade de abrigá-la. D. João ficou com D. Carlota e os filhos no Paço do Vice-Rei; a Rainha demente, no Convento do Carmo, do outro lado da rua Direita. Mais tarde, teriam melhores acomodações, o Príncipe Regente numa espaçosa casa de campo nos arredores da cidade, a Quinta da Boa Vista, que lhe foi oferecida por um grande homem de negócios, vinculado ao comércio de escravos. Não foi este o único a se mostrar ou pretender generoso. Muitos se apressaram em ceder sua casa, ou parte dela, aos recém-vindos. Outros foram obrigados a aposentá-los: um funcionário da Coroa punha na porta de suas moradas as letras PR, para indicar que estavam por ela requisitadas. E o povo via nas iniciais, em vez de Príncipe Real, “Ponha-se na rua”.

A gente de dinheiro que, forçada ou por dever de hospitalidade, ostentação ou bajulice, saiu de suas residências, não demorou em construir outras, e melhores, mais amplas e arejadas. A cidade foi-se expandindo e assistiu à multiplicação das edificações de prestígio. As casas, dantes quase vazias, mobiliavam-se, e começaram a exibir poltronas e sofás, elaborados leitos com dossel, lustres e candelabros, relógios de parede, espelhos, cortinados e objetos de porcelana – os da terra a imitarem os sinais de *status* e prestígio dos nobres de Lisboa. O Rio de Janeiro europeizava-se, embora nele preponderasse, e ainda por bastante tempo, a aparência de cidade asiática e africana. Tudo nele se mudava – às vezes, rapidamente –, a seguir os modelos lisboetas: o jeito de trajar, os hábitos alimentares, o convívio social, a educação das crianças. Atrás da Corte e com a abertura dos portos, instalaram-se na cidade modistas e chapeleiros franceses, bem como numerosas lojas, sobretudo inglesas, com tudo o que se considerava de bom gosto.

Embora sem abandonar os lundus e as modinhas, os que queriam partilhar, ainda que marginalmente, da vida da Corte passaram a ouvir música sacra, na companhia do Príncipe Regente, na Capela Real. Ali regiam, de início, o Padre

José Maurício Nunes Garcia e, depois, também Marcos Portugal e Sigismund Neukomm. D. João, que era um grande melômano, transferira a Sé da Igreja do Rosário para a Igreja de Nossa Senhora do Monte Carmelo, vizinha do Paço, e nela instalara a Capela Real, onde passava horas de felicidade, a fruir um dos momentos mais ricos – e que a ele se deve – da história da música no Brasil. Esse amor à música e às artes cênicas o moveu a trazer para o Brasil um bom número de músicos e cantores europeus, sobretudo italianos, e a construir o primeiro teatro que houve em terras brasileiras, o São João, uma bela e ampla casa de espetáculos, na qual se montavam as óperas de êxito na Europa.

Para onde quer que atualmente se olhe, é difícil que não se veja um gesto fundador de D. João. Ele teve, ajudado por conselheiros entre os quais avulta Rodrigo de Sousa Coutinho, de refazer no Brasil o Estado português, de recriar as estruturas que deixara do outro lado do oceano e de inventar novas. Desfez a proibição de que houvesse prelos no Brasil, e estabeleceu a Imprensa Régia, que, além de imprimir documentos oficiais e o primeiro jornal que teve o país, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, se transformou numa grande casa editora, com um catálogo (com autores como Voltaire e Bernardin de Saint-Pierre) que não fica atrás das que vieram depois. E criou – a enumeração não é completa – o Conselho de Estado, o Conselho da Fazenda, o Conselho Supremo Militar e de Justiça, o Arquivo Militar, o Tribunal da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, a Intendência Geral da Polícia, a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, o Arsenal de Marinha, a Fábrica de Pólvora, o Banco do Brasil, uma escola médica no Hospital Militar do Rio e, posteriormente, a Escola Cirúrgica no Hospital da Misericórdia, a Academia dos Guardas-Marinhas, a Academia Militar, uma escola de comércio, a Biblioteca Real, o Museu Nacional, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios, trazendo para isso um grupo de artistas franceses (entre os quais se destacaram Nicolas Antoine Taunay, Jean-Baptiste Debret e Grandjean de Montigny) e um jardim botânico, com o fim precípua de aclimatar especiarias do Oriente e outras plantas de alto valor. Durante sua estada, o país tornou-se um outro e progrediu num ritmo que nunca dantes conhecera.

Em 16 de dezembro de 1815, D. João igualou num Reino Unido o Brasil a Portugal. E, em 6 de fevereiro de 1818, quase dois anos depois da morte de D. Maria I, fez-se aclamar rei no Rio de Janeiro. É de crer-se que não tivesse a intenção de retornar a Lisboa e desejasse transformar o Rio, de provisória, na capital permanente do Reino. Gostava de viver na cidade – ao abrigo das intrigas políticas européias – e de seu clima quente, e da paisagem exuberante, e da ausência de pompa, e da camaradagem com os seus súditos americanos. Estes lhe queriam bem, estimavam o rei simples, afável, bonacheirão. Tinham pena de seus achaques e lhe desculpavam carinhosamente os defeitos: a feiú-

ra, o desmazelo, a glotonaria, as hesitações, o gosto por contemporizar e adiar decisões. Não foi à toa que Oliveira Lima começou a sua obra clássica com estas palavras: “Dom João VI foi sem dúvida alguma no Brasil, e ainda é, um rei popular. Da dinastia nacional continua ele a ser o favorito”. Os brasileiros lhe perdoam até o ter regressado a Portugal e compreendem as razões de sua volta.

A revolução liberal de 1820 e as Cortes que dela surgiram exigiam que o rei, e com ele o poder, retornasse a Lisboa. D. João postergou o quanto pôde o que parecia inevitável: hesitou entre regressar ele próprio ou mandar em seu lugar o Príncipe D. Pedro. Acabou por embarcar, tristonho, na noite de 24 de abril de 1821, na nau que saíria, dois dias depois, para Portugal, acompanhado por cerca de quatro mil pessoas. Deixava no Brasil não só seu filho Pedro, mas um país muito melhor do que aquele a que chegara 13 anos antes e com a estrutura montada de um Estado, pronto para se tornar independente.

Duzentos anos depois, os brasileiros celebram a chegada de D. João e da Família Real como o início do processo de emancipação política. Em 1808 reconhece-se, ademais, um acontecimento histórico invulgar, um gesto de alta política sem antecedente conhecido: o da transferência do centro de decisões de um Império, ou seja, de sua capital, da metrópole para uma colônia distante.

## RESUMO

O artigo descreve o Rio de Janeiro que a Corte portuguesa encontrou ao chegar ao Brasil, em 1808, as mudanças ocasionadas pela trasladação da Família Real e aquelas implementadas por D. João, e o regresso do rei a Portugal, em 1821.

Palavras-chave: **1808; trasladação da capital do Império português; D. João IV.**

## ABSTRACT

The article describes the city found by the Portuguese Court when arriving in Rio de Janeiro in 1808 and the changes caused by the transfer of the royal family from Portugal to Brazil, as well as those implemented by Dom João and his return to Lisbon in 1821.

# A Exposição Nacional de 1908: entre comemorações<sup>1</sup>

**Alda Heizer**

*Escola Nacional de Botânica Tropical, JBRJ/MMA*  
*aldaheizer@jbrj.gov.br*

1 A autora agradece a autorização concedida pelo fotógrafo Marcos Vianna para a reprodução de parte do seu acervo sobre a Exposição Nacional de 1908.

**“Na eloqüente natureza de seus espetáculos grandiosos, ou tremendos, de suas festas magníficas ou horríveis, as nações manifestam o grau e as tendências de sua civilização.”**

Joaquim Manoel de Macedo, 1873

**“As exposições, esses torneios monumentaes das officinas e dos laboratórios, olympiadas da civilização (...) esforços pacificos de cada região... consorcio da intelligencia.”**

Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, 1888

**“Inventariar o país.”**

Affonso Augusto Moreira Penna, 1908

## INTRODUÇÃO

Nas três citações acima – a de Joaquim Manoel de Macedo, secretário geral do júri da Exposição Brasileira de 1873, em relatório oficial, a de Francisco Joaquim Bethencourt feita durante a Exposição Preparatória de 1888, e a do presidente da República Affonso Penna, na inauguração da Exposição Nacional de 1908 – é possível constatar um traço presente nos projetos desses

grandes eventos da segunda metade do século XIX e início do XX: a relação íntima entre uma visão otimista do progresso e a referência a um estágio de civilização sempre prestes a ser conquistado.

Procuraremos, aqui, destacar o que disseram os estudiosos do assunto, com ênfase especial na Exposição Nacional de 1908, procurando relacionar tal evento com as comemorações dos 200 anos da chegada do príncipe D. João ao Brasil, em 2008.

Margarida de Souza Neves, em texto inaugural sobre a temática das exposições no Brasil, chama a atenção para o que definiu “como os pressupostos para a compreensão da modernidade brasileira e de sua construção a partir das três últimas décadas do século XIX num contexto de afirmação do capitalismo” (Neves, 1986)<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A historiadora afirma seu interesse em “reconhecer o caráter regional como uma das coordenadas fundamentais para o entendimento do processo histórico brasileiro”.

Conhecidas como Lição das Coisas, Festas do Progresso, Arenas Pacíficas, Lugares de Peregrinação ao Fetiche Mercadoria, Vitrines do Progresso, Festas do Trabalho, entre outras expressões consagradas por diferentes analistas, as Grandes Exposições atraíam milhares de expositores e milhões de visitantes, e eram inauguradas, na maioria das vezes, em datas comemorativas, apresentando as novidades da época – do Palácio de Cristal londrino, na Exposição Industrial de 1851, à Torre Eiffel, inaugurada para a Exposição de Paris, em 1889. Pesavento resume, no título de um dos capítulos de *As exposições universais*, o percurso que abrange a exposição londrina de 1851 à exposição francesa de 1889: “Do Crystal Palace a Paris: a mística do progresso, o culto à máquina e a sedução do novo” (Pesavento, 1997, p.73).

A de Londres inaugurou uma série de exposições que tinham como fio condutor apresentar, de forma lúdica, contemplativa e interativa, o triunfo da sociedade burguesa/ liberal/ capitalista.

Essa afirmação também está contida na conferência realizada na Associação Francesa pelo Progresso das Ciências sobre a exposição que seria realizada em Paris em 1889.

“A Inglaterra era certamente o país que tinha as melhores condições para a construção dos caminhos de ferro e para o estabelecimento das linhas de navegação a vapor. Ela que teve, inclusive, a honra de sediar a primeira Exposição Internacional sob os auspícios do príncipe Albert” (Berger, 1888, p.290).

Neves afirma que havia uma eficácia na dramatização do moderno nesses eventos, e que a Exposição de 1851 na Inglaterra inaugurava “a boa nova do trabalho como fator de dignidade e igualdade para todos os homens... [e] ao mesmo tempo afirmava a novidade da paz” (Neves, 2001, p.180). Segundo a historiadora, é essencial sublinhar que o “progresso nesses eventos figura como ideal comum e permite ao mesmo tempo equalizar todas as nações e justificar suas inequívocas diferenças” (ibid.).

Sobre um estudo mais aprofundado das exposições nacionais e internacionais é fundamental que não se deixem de lado os projetos das exposições locais, reconhecendo as especificidades de cada província ou Estado. Embora não seja o propósito desse artigo, podemos afirmar que esses eventos apresentavam suas especificidades locais em sintonia com um projeto maior que tornava indissociáveis as idéias de progresso e de civilização.

*“... As preparações de tais exposições eram verdadeiros acontecimentos sociais, que envolviam um número relativamente grande de pessoas, dada a necessidade de remeter, organizar, acondicionar, catalogar os mais variados produtos para expô-los na província e em seguida reorganizá-los novamente para serem retransportados para o Rio de Janeiro, para as exposições nacionais” (Lopes, 1997, p.28).*

## **A EXPOSIÇÃO DE 1908**

“... de acordo com o voto do Congresso, expedi o decreto n. 6.545 de 4 de julho de 1907, aprovando as bases para a organização de uma exposição nacional de 1908, que servisse não só para **commemorar** a Abertura dos Portos do Brazil ao commercio internacional, como também de largo **inquérito** sobre a nossa situação econômica”<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1º de agosto de 1907, pelo presidente do Estado Doutor Alfredo Backer. Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio*, Rodrigues & C., 1907.

A exposição inaugurada em 1908, na cidade do Rio de Janeiro, pretendia sublinhar o progresso do país nos últimos cem anos. Inaugurada pelo presidente da República, Afonso Penna, no atual bairro da Urca, a exposição recebeu milhares de visitantes e trouxe à cena esta parte da cidade, até então desconhecida pela maioria de seus moradores. Após um número considerável de debates sobre a localização ideal, especialmente no que dizia respeito às condições sanitárias urbanas (Almeida, 2004, pp.148-187), o local foi escolhido e sofreu transformações para abrigar o evento: da construção de um cais para a chegada dos visitantes até a construção de pavilhões que abrigaram os produtos de cada expositor. “Vários estados quiseram abrilhantar o *certamen*, edificando pavilhões próprios, destinados principalmente à propaganda dos seus recursos



naturaes e das manifestações do seu progresso”<sup>4</sup>.

4 Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida. Relatório do ministro. 1910-11, p.141, citado por HEIZER, 2007, pp.1-16.

Utilizando um recurso presente em outras exposições – a retrospectiva histórica –, seus organizadores pretenderam, com essa estratégia expositiva, apresentar a ‘evolução’ do país desde a chegada do príncipe regente D. João em 1808 até o Brasil republicano de 1908, procurando reter o excepcional ao recordar um século de história.

Guimarães, ao estudar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) entre 1889 e 1938, ressaltou o fenômeno do *centenário* como recorrente nas “sessões do IHGB, desde 1892”, e que a preocupação dos historiadores com essa perspectiva “refletia o advento de uma noção que se espalhara pelo mundo ocidental nas últimas décadas do século XIX”. A historiadora lembra, ainda, que o estudioso francês Pierre Nora, na obra *Les lieux de mémoire*, observou que:

*“os modelos de comemoração contemporânea sustentam-se e organizam-se a partir de duas noções chave: a de centenário e a de geração (...) o centenário direciona os encontros aritméticos do calendário e constitui uma espécie de ponto de interseção, em que se entrecruzam a passagem sucessiva e linear dos anos e a divisão existencial do tempo vivido, o que lhe dá sentido. Sem esses dois instrumentos temporais não existe comemoração, já que são eles que determinam a intensidade do programa comemorativo e sua permanente renovação”* (Guimarães, 2008, pp.115-130).

Turazzi considera que o recurso didático afirmava o duplo objetivo de *convencimento* e *celebração*. Convencimento porque as exposições “camuflavam os antagonismos sociais e as rivalidades nacionais”, e celebração porque escolhiam o passado que não deveria ser esquecido.

*“... pois as exposições possibilitavam um ‘modo de observação estruturalmente orientado’ do mundo ao seu redor, evidenciando num ponto de interseção a diversidade existente entre os homens, a partir de uma ótica predominante. Daí também o didatismo da época, que logo tratou de incorporar a história àqueles espetáculos: história do trabalho, história das invenções”* (Turazzi, 1995. pp.62-63).

O que pode chamar a atenção do pesquisador é a eleição de um fato histórico como lugar ideal e tempo ideal que legitima um passado remoto, negando o passado imediato.

No caso em questão, os organizadores da Exposição Nacional de 1908 escolheram a ‘Abertura dos Portos às Nações Amigas’. Fato que nos chama a atenção quando vemos sua reatualização, em 2008, sugerindo-nos a possibilidade

de uma análise, ainda que inicial, de como esse evento foi percebido e introjetado ao longo dos séculos XX e XXI. Ou seja, como a Abertura dos Portos é visitada pelos estudiosos e pelos envolvidos nas comemorações, duzentos anos depois<sup>5</sup>.

Interessa-nos, também, o que o historiador Hobsbawm apontou ao estudar a Revolução Francesa: atentar para a recepção e interpretação que os séculos posteriores deram àquele evento (Heizer, 2005).

*“Durante a próxima Exposição Nacional, será publicado o nosso primeiro Bolletim de Estatística Geral, que (...) encerrará elementos assaz apreciáveis sobre as diversas manifestações da nossa atividade (...) A reforma da Directoria Geral de Estatística impunha-se de longo tempo, já se tornando bastante sensível a falta, entre nós, de informações censitárias exatas. A apuração dos trabalhos do recenseamento de 1900 foi concluída, deixando de ser publicada por se lhe reconhecerem defeitos graves”<sup>6</sup>.*

<sup>5</sup> Em maio de 2008, o Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/ENBT/MMA organizaram um seminário com o objetivo de estimular um debate sobre diferentes questões relacionadas à presença da Corte Portuguesa em 1808 na cidade do Rio de Janeiro: “Seminário História, Memória e Natureza. 1808-2008”. Foram discutidos temas que tornaram possível uma reflexão mais ampla sobre a temática, como: 1808-2008: Continuidades e Descontinuidades; Natureza e civilização no Império do Brasil; e A Corte e os outros: experiência e representação.

<sup>6</sup> Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na Abertura da Terceira Sessão da Sexta Legislatura pelo presidente da República Afonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro, 1908, p. 27.

Uma das fontes preciosas ao historiador que estuda o evento de 1908 é o *Bolletim Commemorativo* da Exposição. Organizado pela Diretoria Geral de Estatística especialmente com o intuito de ser distribuído aos visitantes durante o evento, o *Boletim* nos dá uma idéia dos objetivos dos organizadores do evento republicano. Durante a inauguração, o presidente Afonso Penna chama a atenção para o que interessava àquele certame: apresentar a todos um *inventário* do país nos últimos cem anos. Portanto, o recorte escolhido foi 1808, a ‘Abertura dos Portos às Nações Amigas’, ato do príncipe regente D. João ao chegar a Salvador, na Bahia, em 1808. A obra, dividida em ‘território’, ‘população’, ‘economia’ e ‘movimento social’, entre outros, pretendia apresentar todos estes assuntos a partir de análises de especialistas. Alguns dos textos eram já requeentados, dado que estiveram presentes no álbum da Exposição de Paris de 1889, organizado por Lévasseur (2001).

Dois aspectos são recorrentes nas falas dos que organizaram o evento de 1908 e nas falas dos que hoje comemoram os acontecimentos de 1808, duzentos anos depois: o edulcorar, ou seja, a possibilidade de apagar os vestígios de uma cidade colonial suja, doente, sem uma urbanização adequada, sem as condições necessárias para a instalação da sede do governo português – agora capital de um país que não fazia ciência. Cem anos

após o ato do príncipe de 1808, em 1908 a Exposição ressaltava oposições evidentes ao escolher a estratégia da retrospectiva histórica para mostrar o avanço do país.

Saíamos finalmente da condição de atraso. As referências a uma imagem negativa do espaço colonial, e, por tabela, à herança portuguesa, são uma constante, mas também se reconhece que a transferência da sede da Corte possibilitou um suposto avanço no que diz respeito ao atraso e abandono em que se encontrava a Colônia.

*“A comemoração do centenário da abertura dos portos brasileiros ao commercio internacional, a que vinha emprestar excepcional solenidade a visita de S. M. El-Rey D. Carlos I [que veio a falecer e não compareceu ao evento], não poderia ser feita de modo mais útil e significativo do que por meio de uma Exposição Nacional, que, sobre ser uma revista das nossas forças econômicas, representasse a summa da nossa evolução durante um século”<sup>7</sup>.*

Portanto, escolhe-se uma herança portuguesa para ser lembrada, em detrimento de um tempo que, longe de ser ideal, ainda no início da República visita as páginas de cronistas e de jornalistas do período.

O cronista Luiz Edmundo, entusiasta da Reforma Pereira Passos, afirma que: “... a artéria principal da cidade, a mais limpa, a de aspecto menos colonial, ainda é a rua do Ouvidor...” (Edmundo, 1957, p.65).

<sup>7</sup> Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Miguel Calmon du Pin e Almeida. v.1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p.XI. Grifos nossos.

A preocupação das autoridades não se restringia às pessoas que circulavam nas ruas da cidade, e considerava o público que freqüentava, por exemplo, o Museu Nacional, o Jardim Botânico e as Exposições. Não é de se estranhar que essas instituições possuíssem regulamentos prevendo o recorte dos desejáveis como ‘visitantes’. A literatura do século XIX não poupa descrições do não-cumprimento dos códigos de postura. Artur Azevedo, em *O Tribofe* (1891), assim descrevia o dia-a-dia no Rio de Janeiro:

“O autor mostra ao longo da peça a existência do tribofe, da trapaça, em todos os domínios do comportamento do fluminense<sup>8</sup>. Havia tribofe na política, na bolsa, no câmbio, na imprensa, no teatro, nos bondes, nos aluguéis, no amor. Não se obedecia nem à lei dos homens, nem à lei de Deus. Como diria o próprio Tribofe: ‘Ah! Minha amiga, nesta boa terra os mandamentos da lei de Deus são como as posturas municipais... ninguém respeit!’.”

<sup>8</sup> A questão citada foi desenvolvida pelo historiador José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 1987, pp.157-158).

É possível ver a atualização dessas temáticas e discussões nos discursos comemorativos da vinda da Família Real para o Brasil no ano corrente. Neves, por exemplo, destaca as oposições: atraso colonial *versus* progresso; trabalho escravo *versus* trabalho livre; cidade mal edificada *versus* cidade moderna; imundície *versus* beleza; estagnação *versus* movimento. Esses contrastes serviam para o país e, em especial, para a cidade. Ora, a obra regeneradora dessa feição da cidade teria sido a realizada pelo prefeito Pereira Passos, anos antes, para citar a experiência ‘carioca’. A *marcha do progresso* havia sido deflagrada e a exposição consagra-la-ia com suas demonstrações estatísticas da situação dos estados, suas terras e suas gentes.

Se olharmos atentamente para a atmosfera de comemorações na qual a cidade está submersa, é possível perceber que ao se referir à Abertura dos Portos recorre-se às condições da cidade: sem alojamento, sem calçamento, imprópria para abrigar toda aquela gente – os fidalgos. Muito parecido com o que, em 1908, se falava sobre a entrada do Brasil no mundo *civilizado*, recorrendo-se à independência do vínculo colonial existente em 1808. Certamente, a referência é à Abertura dos Portos e ao conseqüente fim do monopólio comercial, exclusivo da metrópole sobre a colônia.

## **CONCLUSÃO**

O príncipe D. João, poucos dias após chegar a Salvador, assinou a carta régia, afirmando que:

*“... atendendo à representação, que fizestes subir a minha real presença sobre se achar interrompido e suspenso o comércio desta Capitania, com grave prejuízo dos meus vassalos e da minha Real Fazenda, em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa; e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta e capaz de melhorar o progresso de tais danos: sou servido ordenar, interina e provisoriamente, enquanto não consolido um sistema geral que efetivamente regule semelhantes matérias, o seguinte. Primo: que sejam admissíveis nas Alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das Potências, que se conservam em paz e harmonia com a minha leal Coroa, ou em navios dos meus vassalos, pagando por entrada vinte e quatro por cento (...) Que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os Portos, que bem lhes parecer a benefício do comércio e agricultura, que tanto desejo promover, todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil (...)”*

Sem dúvida as novidades afluíam por esses portos autorizados a receber e estabelecer comércio... porém os comerciantes que se beneficiavam disto na cidade, aos poucos, começaram a se sentir prejudicados, sobretudo em relação aos ingleses, que detinham privilégios quanto aos impostos pagos, entre outros.

A cidade do Rio de Janeiro, além de passar à sede do governo português, mudava sua aparência: seu espaço sofria intervenção e a vida de seus habitantes mudava. Instituições foram criadas, acomodações foram providenciadas para os fidalgos, viajantes comerciantes ingleses e, posteriormente, franceses se misturavam a uma paisagem que por certo mudava de feição, mas conservava em seu interior a marca da sociedade: hierarquizada e excludente.

9 Escrita na Bahia, aos 28 de janeiro de 1808. Príncipe. Para o Conde da Ponte.

A instalação da Corte portuguesa na cidade do Rio de Janeiro foi introjetada de maneiras diferentes pelas elites de outras localidades do Brasil. A idéia de que o Rio de Janeiro era um centro irradiador de cultura e *civilidade* não corresponde à reação das elites de outras paragens do país, como a da Bahia e a de Pernambuco, por exemplo.

As desigualdades persistiam, ao largo das medidas modernizadoras, como a do tráfico de escravos e dos demais excluídos da ordem – os desempregados, os sem-trabalho, capoeiras, pequenos comerciantes, os considerados ‘aptos à visitaçãõ’, e outros, e aqueles que não visitavam as grandes exposições da segunda metade do século XIX e do início do XX, uma vez que constituíam ‘uma ameaça à ordem’. É possível identificar os procedimentos em relação a esse “povo mais ou menos miúdo”<sup>10</sup>.

Os que se sentiram desprezados pela presença dos novos colonizadores (os ingleses) trataram de arranjar uma forma de tirar partido da situação. Alguns desses comerciantes reinóis partiram para o comércio interno e para novas modalidades de aproximação da lógica da Corte que se instalara.

Para que se criasse um império americano, a Corte portuguesa tratou de não descontentar dois segmentos que lhe asseguravam o governo: os comerciantes reinóis e os ‘funcionários do rei’ (Mattos & Albuquerque, 1991, p.30).

Assegurar os privilégios dos antigos colonizadores foi uma das estratégias da política joanina. O que se viu foi o enraizamento dos interesses dos comerciantes reinóis tornando-os donos de escravos e de terras nos arredores da cidade. Afirma-se, dessa forma, uma política de doação de sesmarias, concessão de créditos,

10 Ilmar Rohloff de Mattos (MATTOS, 1987) cita a definição atribuída a Francisco Ferreira de Resende, chamando a atenção para a combinação que este faz das condições sociais e matrizes raciais que irão distinguir os diferentes grupos.

abertura de estradas, distribuição de títulos de nobreza, concessão de favores, tornando possível a formação de “um poderoso bloco de interesses no Rio de Janeiro – interesses econômicos, financeiros, políticos e sociais. E seria justamente esse bloco que apoiaria a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815 – e vale lembrar que esse bloco de interesses sustentava a idéia do estabelecimento de um império americano” (ibid., p.34).

Não é difícil reconhecer que cem anos depois a “festa que a República manda guardar” (Oliveira, 1989) elege como fato fundador a Abertura dos Portos e as medidas que se seguem a 1808. O barão do Rio Branco, por exemplo, no livro de Lévasseur sobre a Exposição de Paris de 1889, escreve sobre a história do Brasil sublinhando o evento de 1808. Trata-se do barão de outrora que ocupará um cargo na República; não mais a dos marechais e sim a oligárquica. A República que vai identificar, entre outras, a *questão social* como um caso de polícia atualizará a imagem de uma cidade que se quer um cartão-postal para atrair investimentos, capital de um país que desde a transferência da sede do governo português para o Brasil em 1808 mudou de aparência, estabeleceu arranjos entre as elites locais para a manutenção do poder, pressupondo para a civilização e o progresso a manutenção de uma ordem... agora a ordem dos coronéis.

Ao se propor inventariar o país, a Exposição Nacional de 1908 quis apresentar cem anos de progresso e escolheu como lugar e tempo ideais o Rio de Janeiro, o ano de 1808 e a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e suas medidas tomadas deste lado do Atlântico.

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Marta de. “Lições de coisas”: As Exposições Internacionais de Higiene. Da Cordilheira dos Andes à Isla de Cuba, passando pelo Brasil: os congressos médicos latino-americanos e brasileiros (1888-1929). (2004) Tese. São Paulo, USP, 2004.

BERGER, M. L'Exposition Universelle de 1889. *Revue Scientifique* (revue rose), n. 10, 1888.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. V.1. Rio de Janeiro: Conquista, 1957.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. O tribunal da história. In: *Da escola Palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2008, pp.115-130.

HEIZER, Alda. *Observar o céu e medir a Terra*. Instrumentos científicos e a Exposição de Paris de 1889. Campinas: IGE/Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. O Jardim Botânico e a Exposição Nacional de 1908. *Revista História e Estudos Culturais*. V.4. Ano IV. N.3, 2007, pp.1-16.

LÉVASSEUR, E. *O Brasil*. 1889. Rio de Janeiro: Bom Texto/Letras e Expressões, 2001.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

MATTOS, Ilmar Rohloff de & ALBUQUERQUE, Luís Affonso Seigneur de. *Independência ou Morte*. Emancipação política do Brasil. São Paulo: Atual, 1991.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*. Rio de Janeiro. PUC, Depto. de

História, 1986.

\_\_\_\_\_. A “machina” e o indígena: o Império do Brasil e a Exposição Internacional de 1862.

In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto (orgs.) *Ciência, civilização e império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. *As festas que a República manda guardar*. Rio de Janeiro: CPDoc/FGV. N.4. V.2, 1989. (Estudos Históricos. República).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *As exposições universais. Espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos. A fotografia na era dos espetáculos*. Rio de Janeiro: Funarte/ Rocco/ UFRJ/ MinC, 1995.

## **RESUMO**

O artigo pretende sublinhar algumas questões presentes nas comemorações da “Abertura dos Portos”, em 1808, na cidade de Salvador (BA), e a Exposição Nacional de 1908, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), procurando não perder de vista dois aspectos que podem ser relevantes para o historiador: a identificação das especificidades desses dois eventos e a possibilidade de reflexão, duzentos anos depois, sobre a atualização do ato do príncipe regente D. João ao chegar ao Brasil.

Palavras-chave: **Comemoração; Exposição; Progresso.**

## **ABSTRACT**

The present article aims to underline the main issues related to the celebrations for the “Opening of the Ports”, in 1808, in Salvador, (Bahia, Brazil) and the national exhibition of 1908 in Rio de Janeiro, seeking to point out two relevant aspects for historians: ascertaining how specific those two events were and the possibility of updating Dom João’s historical act two hundred years later.

Key-words: **Celebration; exhibition; progress**



Vista dos pavilhões construídos para a Exposição Nacional de 1908, na Urca. (Acervo particular do fotógrafo Marcos Vianna)



Pavilhão da Exposição de 1908, na Urca. (Acervo particular do fotógrafo Marcos Vianna)



# **A memória modernista do tempo do Rei: narrativas das guerras napoleônicas e do Grão-Pará nos tempos do Brasil-Reino (1808-1831)**

**Aldrin Moura de Figueiredo**

*Doutor em História pela Unicamp, Professor da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.*

## **1. MODERNISMO, ANTROPOFAGIA E HISTÓRIA DO BRASIL**

**“Contra Goethe, a mãe dos Gracos, e a Corte de D. João VI”. (...).**

**“A nossa independência ainda não foi proclamada. Frase típica de D. João VI: – Meu filho, põe essa coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça! Expulsamos a dinastia. É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte”.**

Oswald de Andrade, *Manifesto Antropófago*.

**“Então, pela primeira vez, a 22 de novembro de 1821, a reação nativista pronunciou-se em frente ao próprio rei, dentro de palácio; em plena audiência, Patroni, enérgica e francamente, reclamou de D. João VI a atenção e as providências do governo para as coisas públicas do Pará”.**

Theodoro Braga, *História do Pará*.

Em 1922, por ocasião da comemoração do centenário da Independência do Brasil, os intelectuais do país agitaram-se em disputas sobre os diferentes sentidos dessa efeméride pátria e, mais ainda, sobre os significados da solenidade. A Semana de Arte Moderna, em São Paulo, acontecida naquele ano, impôs-se como totem nacional do modernismo, como evento revolucionário, heróico e negador da tradição que a festa da Independência sugeria. Estavam ali em jogo várias sensações e juízos que valorizavam uma nova interpretação do passado brasileiro, dando forma a um antipurismo de nossa formação racial, a um antiacademicismo das interpretações artísticas, ao préstimo da linguagem popular e coloquial, e a um certo nacionalismo crítico da identidade cultural brasileira. Em meio às muitas vertentes desse movimento, a antropofagia surgiu como quadrante inovador na seara das artes, com forte preocupação com a pesquisa da “cultura primitiva”<sup>1</sup> nacional. Suas teorias estéticas e literárias estão contidas basicamente nos manifestos *Pau-Brasil*, de 1924, e *Antropófago*, de 1928.

Nesse ano, o manifesto antropófago fora lido em sessão para amigos na casa de Mário de Andrade. Lá se ouviu a rebelde cantilena de queixas modernistas contra o passado de colonialismo brasileiro. Entre os culpados citados estava o principal enlace histórico da nacionalidade brasileira com a tradição portuguesa, na emblemática vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. D. João VI estava acompanhado por nada menos que Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), símbolo da literatura alemã e do romantismo europeu da virada do século XVIII para o século XIX<sup>2</sup>, e por Cornelia Scipionis Africana (c. 190 a.C.-100 a.C.), “mãe dos Gracos”, matrona romana e símbolo de virtuosismo e seriedade, criando em torno de si uma imagem de mulher legendária<sup>3</sup>. Por tudo isso, mobilizar a imagem do rei português, do escritor germânico e da senhora romana

**1** O modernismo antropofágico celebra o primitivismo como busca das nossas origens indígenas e extra-européias. Na idéia de uma civilização autóctone e também no folclore, nos aspectos míticos e lendários da cultura popular, quer se descobrir a essência do Brasil. É uma espécie de retorno às fontes primeiras de uma civilização original. Para ali encontrar algo que o colonialismo português não conseguira esmagar: a ausência de repressões morais e sexuais, e a alegria de viver, sobretudo entre os índios. Esta pesquisa de uma subjacente alma nacional só poderia ser realizada, no entanto, com o instrumental artístico da modernidade. Cf. SERRA, 2006.

**2** Para uma leitura acurada dos usos da imagem de Goethe na cultura literária ocidental no limiar do século XX, ver BALDENSPERGER, 1904; HAUHART, 1909; ROBERTSON, 1912. Mais recentemente, apareceram leituras importantes sobre a recepção da obra de Goethe nos Estados Unidos do século XIX, como em GREFE, 1988.

**3** Cornélia era filha de Scipio Africanus, o herói da segunda guerra púnica e de Aemilia Paulla. Quando jovem, casou com Tiberius Sempronius Gracchus, político respeitado e bem mais velho que ela. O casamento resultou em doze filhos, o que era bastante incomum para uma família romana de classe alta. Destes, apenas três sobreviveram até à idade adulta: Sempronia, que casou com o primo Scipio Aemilianus e os irmãos Tiberius e Gaius Gracchus, que ficariam conhecidos pelas suas iniciativas de reforma e destino trágico, daí a citação de Oswald de Andrade. Após a morte do marido em 154 a.C., Cornélia recusou todas as propostas de casamento e escolheu permanecer viúva para educar os filhos. Um dos seus pretendentes foi supostamente Ptolomeu VIII do Egito. Cornélia apoiou as iniciativas políticas dos filhos, que iam contra os ideais da sua classe. Após a morte violenta de ambos às mãos do Senado romano, Cornélia retirou-se de Roma e foi viver em uma *villa*, em Misenum. Cornélia continuou, contudo, a receber visitas ilustres e, quando morreu, em idade avançada, Roma votou a atribuição de uma estátua em sua honra, a primeira concedida a uma mulher não mitológica. No século XVIII, intelectuais europeus e norte-americanos reviveram politicamente o exemplo legendário dessa história na literatura e nas artes visuais. Ver a respeito: KOORTBOJIAN, 2005, pp. 285-306; WINTERER,

representava a negação do cordão umbilical que ligava a cultura letrada brasileira do século XIX com o passado europeu. A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, ocorrida no contexto das guerras napoleônicas na Europa, já havia sido apontada pela historiografia romântica como marco de fundação da história do Brasil, com a unidade de uma nova nação<sup>4</sup>. Isto era mais que emblema para a rejeição modernista em relação aos cânones da historiografia brasileira que, em grande medida, estava de comum acordo com a historiografia literária romântica do século XIX (Nunes, 1998, pp. 205-246<sup>5</sup>).

4 O principal nome dessa historiografia foi Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), misto de militar, diplomata e historiador. Suas obras mais importantes foram: *História geral do Brasil* (1854-1857), *História das lutas contra os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871), *A questão da capital: marítima ou no interior?* (1877), *História da Independência do Brasil* (1916, póstuma). Para uma visão contextual de sua obra, ver IGLÉSIAS, 2000.

5 Vide também do mesmo autor sobre a leitura antropofágica da cultura brasileira: NUNES, 1979.

A perspectiva antropofágica não reinava sozinha na capital paulista dos fins dos anos de 1920. Em 1930, a editora *Companhia Melhoramentos de São Paulo*, de propriedade dos irmãos Otto e Alfred Weisflog, projetou uma coleção destinada a compor modernos resumos didáticos da história do Brasil. A idéia era observar o ponto de vista dos estados brasileiros, incluindo aí versões literárias que recuperassem o sentido da formação da identidade nacional. O principal consultor da coleção era Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958), reconhecido historiador, biógrafo, ensaísta e professor, que então ocupava a direção do Museu Paulista. Entre os convidados para compor as monografias regionais estavam Craveiro da Costa, Pedro Calmon, Max Fleiux, Clodomiro Vasconcelos, Lúcio J. dos Santos, Rocha Pombo, Henrique Boiteux, Assis Cintra, Mário Sette, E. Marcondes. Importante destacar que as obras de caráter mais geral a respeito da história do Brasil, da Europa e da América estavam, respectivamente, a cargo de José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), Manuel de Oliveira Lima (1865-1928) e Fidelino de Figueiredo (1889-1967). Para escrever o livro sobre a história do Pará, foi convidado o pintor e historiador paraense Theodoro Braga (1872-1953), que desde 1921 vivia em São Paulo e pertencia ao círculo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Academia de Belas Artes local. Na apresentação do livro, o autor enfatizava suas dificuldades para resumir o conjunto dos “fatos históricos, cheios de elevado patriotismo e em que são exaltados merecidamente os feitos dos nossos antepassados”, esclarecendo a seguir que sua labuta, no entanto, servia para fixar nos leitores uma visão clara da “nossa nacionalidade” (Braga, 1931, p.2). O tema da identidade nacional era também caro a essa outra corrente do modernismo brasileiro, vinculada especialmente aos cânones historiográficos da *intelligentzia* regional brasileira, cujos nomes contratados para escrever a coleção *Historia de Cada Estado da Federação Brasileira*, da editora Melhoramentos, representavam fielmente. Seria necessário, no entanto, realizar uma digressão na forma-

ção de Theodoro Braga para entender essa outra percepção de “modernismo”, contrastante com a rebeldia estética e política que caracterizaria o grupo antropofágico paulista.

## 2. THEODORO BRAGA E A MODERNA HISTÓRIA DA AMAZÔNIA

Uma década antes de Theodoro Braga migrar para São Paulo, ganhava eco a tão propalada queda dos preços da borracha no mercado internacional e sua terra natal sofria com os problemas nos investimentos governamentais. Mesmo assim, paradoxalmente, houve em Belém um grande investimento no campo das letras e das artes, que na época se chamou de movimento de “renovação”. Os objetivos mais explícitos já estavam ensaiados nas ações de alguns letrados por volta da década de 1910, como o próprio Theodoro Braga, que já havia realizado um enorme esforço de interpretação da nacionalidade brasileira, angulada pelas artes visuais (Figueiredo, 2004, pp.31-87). O que estava em jogo para essa geração de pintores e literatos era o interesse em tentar definir o papel e a importância da Amazônia na história do Brasil. O desvio do traço europeu e a ambigüidade nas cores e formas sugeriam novos significados às diferenças do Velho Mundo. Durante esse período, as pesquisas históricas realizadas pelos literatos ficaram mais evidentes com a escolha de “datas históricas” para a veiculação pública de suas pretensões políticas. A história, mais do que qualquer outro tema, passou a ser o ponto de convergência das preocupações e dos diálogos de então. Nesse aspecto, Theodoro Braga teve, mais uma vez, forte projeção sobre o roteiro das comemorações e das publicações que ocorreram a partir de 1915. Até aí nenhuma novidade. O surpreendente nessa história foi como se deu o processo de gestação dessa nova leitura da história nacional, sob a espreita amazônica. De fato, esses intelectuais estavam construindo, a partir de suas memórias individuais, aquilo que eles acreditavam representar a história para a nação como um todo. Se a experiência pessoal era coisa privada, o passado nacional era bem comum e patrimônio de todos. Isto significa dizer que se a pintura de uma tela ou escrita de um livro resulta, à primeira vista, de uma faina particular, a guarda do passado nacional, expresso nos documentos antigos, passou cada vez mais a ser depositada em arquivos públicos, sob a custódia de historiadores de ofício. Temas históricos, como o da Independência do Brasil no Pará, ou dos movimentos nativistas do chamado período regencial, passaram a ser revistos, sob olhar de uma nova interpretação com forte cunho nacionalista. Diferentemente da sátira antropofágica de Oswald de Andrade dos anos de 1920, esses intelectuais propunham uma leitura comportada, com uma seriedade laudatória, de certo modo, dos heróis nacionais.

Era comum afirmar a responsabilidade dos historiadores em acender na alma do povo o interesse em lembrar do passado e, ao mesmo tempo, impedir que o riscado dos velhos dias desaparecesse sem que os fatos chegassem ao presente e fossem transmitidos de geração em geração. Não era sem sentido a angústia de Theodoro Braga em guardar vestígios, recuperar papéis velhos e procurar pegadas que indicassem os caminhos mais seguros de descoberta da verdadeira história, tal qual havia acontecido. Mas – é necessário que se diga – nem tudo devia ou merecia ser lembrado. Mal comparando, vale dizer que, se um homem comete erros que prefere esquecer, também uma nação deve ocultar seus dias sombrios. O trabalho do literato-historiador crescia justamente nesse paradoxo entre a obrigação da verdade e a fidelidade à memória da pátria. Nas polêmicas divulgadas na imprensa paraense das primeiras décadas do século XX, sempre aparecia o receio de aviltar e ferir a honra do país. Os exemplos são inúmeros. Em 1916, era diretor da Biblioteca e Arquivo Público do Pará um velho amigo de Theodoro Braga e freqüente comprador de suas telas históricas, o Dr. Paes Barreto. Esse sujeito, empolgado com as pesquisas do amigo, vinha, desde 1908, publicando, nos jornais diários, uma série de artigos sobre história, nos quais essa perspectiva esteve expressa de modo eloqüente. Se por um lado creditava à escravidão negra a culpa por muitas das inúmeras mazelas do país e da Amazônia (Barreto, 1908, p.2), por outro afirmava que a evolução da “história brasileira” confirmava o preceito científico da superioridade racial dos brancos. Para esse autor, os colonizadores brancos dominariam, “natural e gradualmente”, negros e índios, a ponto de simplesmente desaparecerem “todos os seus vestígios característicos étnicos de inferioridade e formar com a superior um novo corpo harmônico e coeso, homogêneo, de igual força e igual inteligência” – era como se fosse uma “transfusão de sangue” em meio à história (Barreto, 1909, p.2).

O esquecimento dos tempos do cativo e a diluição do colorido racial na Amazônia revelavam mais facetas e ambigüidades do que a ciência positiva pretendia sobre a verdade histórica. Para esses intelectuais paraenses, a realidade se construía por uma série de dados claros e distintos, que se encaixavam por uma ordem cronológica como uma sucessão de causas e efeitos. Cabia ao historiador a formatação e o ordenamento dos acontecimentos pretéritos. Uma das empreitadas mais importantes era, acreditavam esses intelectuais, a de organizar e facilitar a leitura da história. Mas essa tarefa não se dava de maneira muito simples e tranqüila. Os relatos e interpretações postos à prova do leitor – num amplo quadrante de consumidores de todos os tipos – eram sujeitos a uma filtragem prévia que, no enleio do passado, pudesse conservar os elementos dignos de serem levados ao conhecimento dos interessados, e dos estudantes em especial. As teses escolares de Theodoro Braga, lançadas em 1915, são o melhor exemplo disso (Braga, 1915). Não era sem razão que os professores sugeriam a seus jovens alunos a leitura de

romances históricos – habilíssimos sedutores de gerações. Nas listagens das bibliotecas escolares de Belém, e em algumas do interior do estado, o romantismo renovava essa forma de curiosidade, no testemunho das imagens ficcionais de variadas origens, em que o inglês sir Walter Scott (1771-1832), o francês Alexandre Dumas (1802-1870), o português Alexandre Herculano (1810-1877), e o brasileiro José de Alencar (1829-1877), via de regra apareciam entre os mais citados, desde fins do século XIX<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> *Lyceu Paraense: relatório*. Belém: Typ. de Alfredo Silva, 1895; *A Escola: revista oficial de ensino*. V.1, n.2, Belém, 1900; v.2, n.16, Belém, 1901; v.5, n.53, Belém, 1904; *Revista do Ensino*. V.1, n.2, Belém, 1911.

Era importante desenvolver e definir as vinhetas da história por meio de um pequeno manual de escola primária. Lá estariam as primeiras e as mais remotas balizas que norteariam a vida do futuro cidadão, em diálogo com os cenários imaginados pelos romances. Para um historiador emerso da pintura, como era o caso de Theodoro Braga, não havia grande incompatibilidade entre a história escrita para as crianças e os interesses dos adultos e eruditos. Essa perspectiva do pintor paraense, fundamental nas matrizes do modernismo, possui uma longa história, forjada desde os tempos de seu aprendizado nos ateliês parisienses. A digressão pelos tempos em que Theodoro Braga viveu em Paris, entre 1900 e 1905, se faz necessária. Foi por intermédio de seu mestre na pintura histórica, Jean-Paul Laurens (1838-1921), que Theodoro Braga teve a chance de conhecer Ernest Lavis (1842-1922), um dos principais personagens dos estudos históricos na França no fim do século XIX e início do século XX. E exatamente aqui está o principal aprendizado sobre como divulgar a história à massa do povo. A questão exige algumas explicações. Lavis pertenceu, na década de 1890, à mesma geração de letrados franceses que tomou consciência do atraso das ciências humanas na França em relação à chamada escola histórica alemã. Já havia sido colaborador de Victor Duruy (1811-1894), outro historiador, ministro e conselheiro de Napoleão III, participando em seu gabinete da criação de uma Escola de Altos Estudos, com o anseio de instituir em Paris um centro de investigações, especializado em filologia e crítica de arte e literatura (Horvath-Peterson, 1984). Foi o próprio Theodoro Braga quem lembrou, em suas anotações, que o jovem Lavis muito contribuiu, ainda na década de 1860, para a educação do príncipe, filho do imperador (IHGSP, CTB, Anotações: “Referências – Ernest Lavis”, pacote 13, maço 4). A tragédia da guerra Franco-Prussiana, em 1870, o privou de seu aluno e levou-o a aproximar-se dos inimigos. É que a vitória da Prússia foi interpretada também como o sucesso da pedagogia que havia moldado o sentimento nacional dos soldados germânicos (Lavis, 1890. Cf. Gershman, 1978, e Glénisson, 1993, pp.486-888).

A partir de sua própria experiência, Lavis começou um diálogo, ainda que surdo, com os historiadores alemães, consagrando inúmeros trabalhos à histó-

ria da Prússia e suas conotações no pós-1871 (ver, especialmente, Lavissee, 1875; idem, 1888-a; idem, 1888-b; idem, 1890; idem, 1891; idem, 1893; idem, 1896). O resultado disso lhe valeu o ingresso na Sorbonne, em 1880, para ensinar história moderna e, ao mesmo tempo, participar de um grande projeto de renovação do ensino escolar e universitário, levado a cabo por Jules Ferry (1832-1893) e seus colaboradores, como parte da reestruturação nacional que definiu o limiar da Terceira República (Ozouf, 2005; Darcos, 2005; Froeschlé, 2007). As idéias de Ferry e Lavissee foram fundamentais – agora posso afirmar – para a elaboração das cartilhas de história, manuais escolares, corografias e resumos didáticos escritos por Theodoro Braga nas décadas de 1910 e 1920, e não é difícil entender o significado disso (Braga, 1915; idem, 1916; idem, 1919; idem, 1920, pp.293-298; idem, 1931)<sup>7</sup>. Os franceses queriam, a todo custo, substituir a velha França impregnada pelas persistências do Antigo Regime, reacionário e católico, por um país leigo e democrático. O historiador paraense fez algo análogo quando tratou do antigo regime português, especialmente do reinado de D. João IV (1604-1656), o restaurador do trono português, em 1640; do período pombalino com o reinado de D. José I (1714-1777) e seu ministro Sebastião de Carvalho e Melo (1699-1782), o marquês de Pombal, assim como do tempo do Brasil-Reino, sob o governo de D. João VI (1767-1826). Para Theodoro Braga, a história colonial brasileira seria uma síntese do imperialismo europeu na América e da busca de afirmação da identidade do povo brasileiro em sua busca por liberdade, conquistada de fato somente com o fim da monarquia, em 1889. Tanto lá como cá, era a hora e a vez da arte e da história republicana. As aproximações, no entanto, vão muito além. Os elogios de Theodoro Braga ao francês também sugerem uma inspiração de natureza profissional. É que Lavissee militou praticamente a vida inteira entre a história, o ensino e a ação cívica, atuando, de fato, em duas carreiras paralelas. Por um lado, foi diretor de escola, forjando um novo preceito para a divulgação científica. Como parte disto, publicou uma obra monumental sobre a história universal e da França<sup>8</sup>. Essas coleções, executadas com a colaboração de renomados intelectuais – é bom que se diga – foram, por muito tempo, aceitas com um laque de autoridade incontestada.

Não obstante o trabalho de investigação histórica, Lavissee também foi, por outro lado, uma figura de proa nos tempos da República, responsável mesmo pelos destinos de amplos projetos educacionais e culturais na França. Depois de 1904, ocupou a direção da famosa Escola Normal Superior, centro de formação dos futuros professores dos liceus e universidades, permanecendo no cargo por 14 anos ininterruptos. O importante aqui é enfatizar que não se tratava apenas de responsabilidades administrativas, mas, antes de tudo, de um

<sup>7</sup> Para uma análise da construção dos heróis pátrios para essa geração intelectual, ver FIGUEIREDO, 2006, pp.545-570.

<sup>8</sup> LAVISSEE & RAMBAUD, 1893-1905; e, especialmente, LAVISSEE, 1900-1911, esta escrita com a colaboração de muitos especialistas da estirpe de um Bayet, Bloch, Carré ou Coville. Sobre o contexto e o significado dessa obra, ver o excelente artigo de PATRIAM, 1997, v.1, pp.851-902.

posto de confiança cujo titular devia agir como mentor na formação da elite do ensino, exatamente no momento em que as querelas políticas entre conservadores e republicanos radicais ganhavam ênfase na agenda francesa (Nora, 1962, pp.73-104) – e aqui está mais uma inspiração de Theodoro Braga. A razão disso é que, nesse momento, Lavis- se decide começar pela base de tudo. Acreditava o historiador que os níveis secundário e superior eram menos decisivos na formação da consciência nacional do que o ensino primário, nas escolas leigas e obrigatórias, cuja rede havia sido estabelecida no país inteiro por Jules Ferry, num incessante combate contra as escolas confessionais (Chevallier, 1981)<sup>9</sup>. Lavis- se entrou convicto nessa briga, redi- gindo pequenos manuais de história da França que, contados às crianças, vendidos ou distribuídos em milhões de exemplares durante dezenas de anos, tornar-se-iam o mais legítimo breviário histórico da consciência france- sa republicana<sup>10</sup>. Nessas cartilhas, textos e imagens imiscuíam-se numa pre- gação patriótica e ufanista, na forma de assertivas simples, que, repetidas, marcariam para sempre a lembrança dos espíritos ainda ingênuos (Lavis- se, 1895) – já que, de outro modo, não teriam o mais remoto meio de acesso a outra versão da história.

<sup>9</sup> Para uma análise da historiografia contemporânea a respeito desse movimento, ver MCMILLAN, 1982, pp.1021-1027, e BERGEN, 1986, pp.271-285.

<sup>10</sup> LAVISSE, 1890; idem, 1902, este para o uso do curso médio, indicado para crianças entre nove e 11 anos; e idem, 1914, com a publicação do manual completo para o ensino básico elementar.

Os resumos didáticos, na forma desses pequenos manuais, expunham os elementos considerados indispensáveis para desenvolver o sentimento his- tórico nas crianças e jovens. O historiador Georges Gursdorf, que percebeu a importância de Lavis- se para as memórias e esquecimentos dos franceses so- bre a Revolução de 1789, afirma que os exemplos mostrados nos livros eram como que “senhas com que se reconheciam os membros da comunidade francesa – *De viris illustribus* para o uso das crianças das escolas, o evangelho legendário” (Gursdorf, 1993, p.12). Os exemplos eram inúmeros: os ante- passados gauleses; o Grande Ferré destruindo os rivais ingleses, durante a Guerra dos Cem Anos; as heroínas Jeanne Hachette e Joana D’Arc; a bondade do rei Henrique IV e sua galinha cozida; os reis maus e os bons; Luís XIV como símbolo de uma corte perdulária; o sinistro Luís XV e, finalizando, a libertação revolucionária, que pôs fim às trevas do absolutismo, trazendo a alvorada da democracia republicana. Essa não é uma lista completa, mas é o quanto basta para os argumentos deste artigo. Nos manuais de Lavis- se, o que era mostrado importava tanto quanto o omitido. Num eficiente jogo político, a exibição de valores pátrios e republicanos encobria e refreava os valores tradicionais e qualquer forma de espiritualidade de cunho religioso. Nos manuais da Terceira República, as origens da França eram evocadas pela resistência corajosa de Vercingétorix – que sucumbiu diante das trapaças do invasor Júlio César<sup>11</sup>. Desde lá, o poder infame dos reis impunha-se, quase



sempre, contra o povo. Este só seria recompensado com a Revolução, nas máximas da liberdade, igualdade e fraternidade – epicentros ideológicos dos pontos escolares de Lavissee. Fazia parte do ponto escolar a lembrança de que “os maus perderam o combate que há muitos séculos travavam contra os bons” (Gursdorf, op.cit., p.13) – não havia preceito melhor. Tomando o modelo francês, Theodoro Braga mostra, por exemplo, como os tempos de Pombal foram especialmente duros para os moradores do Grão-Pará:

*“Continuava a transformação completa dos usos e costumes até então em voga na capitania; era passada a época em que os colonos depunham seus governadores, replicando ousadamente aos arbitrios da metrópole; mudaram-se as coisas; começaram agora eles a aprender a dobrarem a cerviz e Mendonça Furtado não era homem que lhes permitisse a erguerem-na de novo”* (Braga, 1931, p.97).

Ao lado da crítica à tirania da Coroa, vinha uma outra dedicada às “ganâncias” de um “comércio ilícito” perpetrado pelos jesuítas, contra os quais abundavam “sucessivas representações”, reiteradamente “abafadas nas Secretarias de Estado” (ibid., p.96). Eis a vilania portuguesa exposta em lição escolar. Mas é praticamente impossível, apesar das inúmeras pesquisas, avaliar o tamanho da influência que esses pequenos manuais exerceram, durante várias décadas, na formação da consciência nacional num país como a França. O problema é ainda mais grave em se tratando da circulação desse tipo de publicação nos liceus e ginásios da Amazônia, na primeira metade do século XX. Eidorfe Moreira (1912-1989), pioneiro nesse tipo de investigação, sugeriu que nessa literatura histórica e didática subjazia, como principal formulação científica, a projeção de uma sociedade civilizada, calcada na idéia de progresso e na evolução cultural (Moreira, 1977, pp.79-84; idem, 1989, v.6, pp.5-147). Porém, se essa produção historiográfica se forjou num diálogo constante com a França, reconstruindo e manipulando o mito da *belle époque*, a partir da velha noção das “sociedades históricas” como critério de circunscrição de seu campo de saber<sup>12</sup>, houve, ainda nas primeiras décadas do século XX, uma sensível mudança no eixo das interpretações desses intelectuais. Não é difícil explicar esse postulado. Na Amazônia, os historiadores tiveram que conviver com um espectro ambíguo da região: de um lado a imagem sólida e ancestral da “terra de índio” e, do outro, as de Belém e Manaus como “centros de civilização”. Por isso mesmo, os primeiros livros didáticos de história utilizados

<sup>11</sup>Vercingétorix (72 a.C. - 46 a.C.) foi o chefe gaulês do povo dos Arvernos que liderou a grande revolta gaulesa contra os romanos em 53-52 a.C. Seu nome em gaulês significa *ver* (acima de, supremo ou grande) ; *cingéto* (guerreiro) e *rix* (o rei ou o chefe). Considerando que o *ver* se aplica a rei ou aos guerreiros, tem-se “o chefe supremo dos guerreiros”, ou “o chefe dos grandes guerreiros”. Teria sido a inspiração para a criação de Astérix, personagem francês de história em quadrinhos e desenho animado. Cf. SIMON, 1989; idem, 1996.

<sup>12</sup>Para uma crítica dessa concepção sobre as sociedades primitivas, “sem história” ou “pré-históricas”, vide SAHLINS, 1987.

nas escolas primárias – aqueles mesmos lidos por Theodoro Braga em sua formação escolar –, publicados a partir da década de 1860, estavam repletos dessas construções. A virada ocorreu justamente com a iniciativa dessa geração de Theodoro Braga, no início do século XX. As diferenças de leitura entre os historiadores sobressaíam especialmente quando o assunto era o papel do índio e do mestiço na história das sociedades amazônicas. Se anteriormente a imagem do indígena era a de um ser distante da realidade, preso no passado, figura de uma época pré-colombiana, nas décadas seguintes os autores *incluiram* o indígena como objeto de investigação histórica (ou pré-histórica) para, a seguir, descartar a possibilidade da inserção deste como expressão da história da *civilização*<sup>13</sup>.

**13** Importante refletir que além da questão indígena, o problema da presença negra na Amazônia e o tópico da mestiçagem mobilizaram parte importante da intelectualidade da região, incluindo aí nomes de forte prestígio nacional, como José Veríssimo (1857-1916) e Nina Rodrigues (1862-1906). Cf. FIGUEIREDO, 2007, pp.131-145.

**14** Da qual consultei a 20ª edição, publicada em Paris, pelos editores Louis Jablonski e Charles Vogt, em 1898.

Ao lado da inspiração em Ernest Lavisse, Theodoro releu avidamente três autores paraenses do século XIX, com o evidente interesse de refazer o percurso de suas obras, sob uma outra leitura. O primeiro deles foi Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, cujo manual, *Noções de Geographia e Historia do Brazil*, publicado originalmente em Belém, em 1863, foi lido no programa de estudos do Liceu Paraense, no início da década de 1880, pelo adolescente Theodoro Braga (Moreira, 1977, p.81). O Dr. Freitas foi, por isso mesmo, apontado pela maioria dos autores como a principal figura do ensino no Pará na fase imperial. Sua trajetória profissional, por mais incrível que possa parecer, teve vários elos de aproximação com a de Lavisse e a do futuro Theodoro Braga, como professor e inspetor escolar (visitador de escolas) que foi, além, é claro, de ter ocupado o cobiçado posto de diretor da Instrução Pública da Província. Mas isso não foi o bastante. O próprio Theodoro Braga lembrou que a atuação de Joaquim Freitas como deputado na Assembléia Legislativa Provincial, na qual teve assento por várias legislaturas, foi determinante nos debates sobre o ensino e o interesse pela história da Amazônia. Dessa experiência com a discussão parlamentar e de professor surgiu a sua obra mais importante – uma série, intitulada *Ensaio de leitura para uso nas escolas da Amazônia*, em três volumes, de acordo com o curso primário da época<sup>14</sup>, versando com grande ênfase sobre temas históricos, e outros assuntos gerais voltados para a geografia, literatura e poesia da terra.

Diferentemente do velho Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, os outros dois autores relidos por Theodoro Braga foram seus contemporâneos e, de certo modo, partilharam alguns interesses de geração: um foi Theodoro Rodrigues, que, apesar de ter tido maior projeção como poeta, alcançou boa repercussão com a sua *História do Brasil*, publicada em Belém, em 1898, cujo

texto, segundo Theodoro Braga, teve a “primazia de angular a história do país, entrelaçando-a à história da Amazônia” (IHGSP, CTB, Anotações: “Instrução Publica – livros didáticos”, caixa 9, pacote 35). O outro autor, Arthur Vianna, já nos é sobejamente conhecido, desde a acalorada polêmica sobre o tipo de construção utilizada pelos portugueses no forte de Belém, tal qual foi descrito na tela histórica de 1908. Sua obra didática mais discutida foi *Pontos de História do Pará*, publicada também em 1898<sup>15</sup>. Sendo assim, com essas fontes de debate, o trabalho de Theodoro Braga, e de alguns de seus interlocutores, passou a construir uma outra interpretação da história da Amazônia e a incorporar uma outra versão do índio, como representação do nativo, em suas análises sobre a formação social e sobre o caráter do povo brasileiro – mas essa *inclusão* se deu com o expresso objetivo da *exclusão*. Tomando emprestado os termos de Jean Copans, poder-se-ia afirmar que a leitura do índio pelos historiadores da época apresentava o duplo aspecto da *inclusão científica* e da *exclusão ideológica*<sup>16</sup>. Esse viés de duplicidade tomou corpo quando os autores *incluiram* o indígena com o objetivo de *excluí-lo* dos quadros da história da civilização. Os esforços de Theodoro Braga e de Ignacio Baptista de Moura, o mentor dos festejos do tricentenário da fundação de Belém, representaram os trabalhos mais conclusivos sobre o papel do “selvagem” diante da “civilização nacional”. Importante notar que no ano em que se comemorava o centenário da chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1908, juntamente com a *Exposição Nacional do Rio de Janeiro*, o pintor Theodoro Braga exibia sua obra-prima no Theatro da Paz: a grande tela histórica que narrava a fundação da cidade de Belém pelos portugueses em 1616 (Figueiredo, 2004, pp.22-26). A data foi exemplar, pois também marcou a presença do engenheiro e historiador Ignacio Moura divulgando seu estudo *Sur le Progrès de l'Amazonie et en plus ses Indiens*, no célebre Congresso Internacional dos Americanistas de 1908, em Viena – com uma explicação análoga e de fundo semelhante àquela visualizada no quadro de seu colega (Figueiredo & Moraes, 2007, pp.69-73).

<sup>15</sup> Sobre a obra historiográfica de Arthur Vianna, ver SARGES, 2002, pp.97-108, e BEZERRA NETO, 2007, pp.225-292.

<sup>16</sup> Referência ao duplo aspecto do “discurso antropológico” na época clássica, quando os gregos chamavam de “bárbaros” a todos os “não-gregos”, os “outros” ideologicamente excluídos do “centro da civilização”. No entanto era preciso estudar esses povos e descrevê-los em seu estado de barbárie. A essa ambigüidade Copans chamou de inclusão científica e exclusão ideológica. Cf. COPANS, 1988, pp.11-41.

As publicações didáticas de Theodoro Braga frutificaram assim de um longo percurso que entrecruzou os domínios da pintura, da escrita e do ensino da história. A inspiração no nacionalismo franco-prussiano de Lavissee, cotejado com incursões em autores locais, garantiu a amplitude e o aprofundamento do intelectual nessa nova descoberta da Amazônia. A variedade das obras produzidas depois de 1908 dá sentido a essa nova perspectiva abraçada, redefinindo suas diferenças com o passado, e colocando suas interpretações em diálogo com o que estava ocorrendo aqui e alhures. Suas teses para o

ensino de história, publicadas em 1915, já tinham grande repercussão, como já era de se esperar quando sai do prelo, em 1916, um outro livro, desta vez um *Guia do Estado do Pará*, ilustrado com desenhos, mapas e fotografias, revisitando os antigos estudos corográficos, tão comuns no século XIX (Braga, 1916). Esses trabalhos foram postos à prova de fato no ano seguinte, quando o pintor esteve à frente do Instituto Lauro Sodré, uma escola de formação profissional que, em Belém, rivalizava com o Ginásio Paes de Carvalho (antigo Liceu Paraense) e com a Escola Normal (versão local do Ginásio Nacional) (Braga, 1917). Nesse contexto e nos anos subseqüentes, o grupo de Theodoro Braga e outros círculos de intelectuais da cidade marcarão definitivamente essa perspectiva pensada, por eles mesmos, como “nova” ou “moderna” no campo das letras e das artes amazônicas. Mas, se o universo desse modernismo é amplo demais para o escopo de uma tese, é possível mesmo assim visualizar alguns percursos desses intelectuais. Essa é a razão da escolha que faço aqui pelos domínios da história, certamente um dos mais explícitos na postura intelectual dessa geração.

### 3. THEODORO BRAGA E A MEMÓRIA MODERNISTA SOBRE OS TEMPOS DE D. JOÃO VI

Na publicação de 1931, a memória da vinda da Família Real portuguesa para o Brasil destoa do cânone historiográfico romântico de Varnhagem. A Independência do Brasil como resultado da elevação do Brasil a Reino Unido não é mais um mito de origem da moderna nacionalidade. A história do “descobrimento” do Brasil, assim como a narrativa sobre os “primitivos habitantes da terra” ganharam lugar destacado na interpretação de Theodoro Braga. Somente no capítulo 13, “No Brasil Reino”, a história da monarquia bragantina em terras brasileiras começa a ganhar destaque: “com a invasão dos franceses em Portugal o Príncipe Regente D. João VI viu-se na contingência de abandonar o Reino, refugiando-se, com toda a família e corte, em terras do Brasil” (Braga, 1931, p.101). Essa perspectiva se alinhava ao trabalho já clássico, publicado em 1908, por Oliveira Lima sobre a figura de D. João VI no Brasil, no qual as contendas diplomáticas e a política internacional joanina são vistas como símbolo de defesa de uma futura pátria que estava para nascer (Lima, 1908). Por isso mesmo, o passo seguinte era explicar o revide português com a declaração de guerra a Napoleão Bonaparte, com uma exposição detalhada da invasão da Guiana Francesa por tropas paraenses, de modo a enfatizar o espírito nativista do homem amazônico.

*“Chegada a notícia de tudo que acontecera entre as duas nações, apressou-se o governador e capitão general do Pará, D. José Narciso de Magalhães e Menezes, em 1 de outubro, sem perda de tempo, em organizar um corpo de 600 homens da capitania do Pará, sabendo ler e escrever, com uniformes confeccionados pela família paraense, formando assim um contingente composto da companhia de granadeiros e caçadores dos três regimentos de Linha e de uma bateria de 4 peças n.6 e 21 obuses*

n.8. *Para isso conseguir, lançou ele uma proclamação ao povo, exortando a repelir a afronta feita, declarando ocupar a margem esquerda do rio Oyapoc, como primeira manifestação de hostilidade*<sup>17</sup>.

17 BRAGA, 1931, p.101-2. Optamos por atualizar a ortografia nas citações para facilitar a leitura. Para uma leitura do contexto diplomático da invasão de Caiena, vide MEDEYROS, 1956; GOYCOCHÊA, 1963. Uma leitura recente desse confronto por um autor com grande interesse na história da Amazônia está em SOUBLIN, 2003.

Theodoro Braga destaca o envolvimento popular paraense nas subscrições públicas para conseguir a soma de 18:879\$000 para compor as expedições que partiriam em direção a Caiena. O resultado da luta dos “denodados paraenses”, partidos de Ilha de Marajó em 8 de outubro de 1809, foi a tomada da possessão francesa em 14 de janeiro do mesmo ano, com a rendição do comandante francês Victor Hugues (1761-1826) após ter assinado a capitulação da praça. Caiena era afinal “tomada em nome de Sua Alteza Real o Príncipe Regente de Portugal, Brasil e Algarves”. Segundo o autor, toda essa luta do povo paraense não impediu que os problemas da diplomacia portuguesa colocassem tudo a perder diante da “argúcia” de Charles Maurice de Talleyrand (1754-1838), mentor do tratado de 1817 que restituiu a Guiana à França (Braga, 1931, p.102)<sup>18</sup>.

18 Sobre a trajetória anterior de Victor Hugues, vide DUBOIS, 1999, pp.363-392. Sobre o governo de Hugues em Caiena, ver BENOIST & GERBEAU, 1993, pp.13-36, e SOUBLIN, op.cit., pp.28-37. Sobre Tayllerand, há uma vastíssima fortuna bibliográfica, na qual destaco: PONIATOWSKI, 1995; DWYER, 1996; WARESQUIEL, 2005.

O capítulo seguinte, dedicado às “Tentativas de Independência Política” destaca o ensejo de liberdade e “desejos de melhores dias” para a vida do povo brasileiro. Theodoro Braga ressalta o papel do Pará na divulgação das primeiras notícias da revolução constitucionalista do Porto em 1820.

*“Foi o Pará a primeira parte do Brasil onde tal fato se teve conhecimento, pela galera Nova Amazonas a 10 de dezembro de 1820. Nessa galera veio de Lisboa o ardoroso paraense Felippe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, pensando fazer a sua terra natal aderir à revolução triunfante”* (Braga, 1931, p.103).

“E tanto trabalhou”, diz Theodoro Braga, que Patroni conseguiu a deposição da junta que governava o Pará, aclamando uma outra, sob a presidência do respeitado bispo D. Romualdo de Souza Coelho. Patroni seguiu então para Lisboa, acompanhado de Domingos Simões, tomando consciência “de que as liberdades tão ambicionadas por ele para a sua terra não eram mais que um sonho”. O Pará permanecia como sempre fora até então – “uma simples e desprotegida colônia”. Diante do monarca, o jovem paraense se exalta numa interpelação nunca vista diante do poder absoluto, com uma explícita ameaça separatista:

*“Os povos não são bestas que sofrem em silêncio todo o peso que se lhes impõe. O Brasil quer estar ligado a Portugal; mas se o ministério do Reino Unido, pela frouxidão, contribuir para a consis-*

*tência e duração da antiga tirania, o Brasil em pouco tempo proclamará a sua independência”* (ibid., p.104).

Coagido a abandonar o Paço em Lisboa, Patroni se tornaria acérrimo defensor e propagandista da independência. Em 1822, traria uma imprensa ao Pará e faria circular *O Paraense*, “apregoando ostensivamente a independência brasileira”. A geração política de Felipe Patroni e de seu sucessor no comando do jornal, o cônego João Baptista Gonçalves Campos, ficaria marcada, a partir da interpretação de Theodoro Braga e de outros historiadores de seu círculo, como mentora do ideário político da Cabanagem, em 1835, com seus anseios de liberdade<sup>19</sup>. Até que isso acontecesse seriam duras as lutas de independência no Grão-Pará, e marcariam com sangue nativo toda essa história de criação de uma nova identidade brasileira. Com livros, como os de Theodoro Braga, assim como com festas cívicas, as efemérides pátrias, o culto aos heróis da nação, por mais conservadores que possam parecer à primeira vista, tornaram-se o epicentro dos debates desses modernistas na década de 1920. Independência e emancipação foram termos recorrentes durante os festejos de 1922 e 1923, quando o escritor já vivia em São Paulo. Porém, apesar de utilizados na maior parte das situações como sinônimos, essas definições acabaram manipulando um amplo campo simbólico historicamente datado.

<sup>19</sup> Para uma leitura mais detalhada dessa historiografia, ver RICCI, 2001, pp.241-271.

A independência do país também foi a da literatura e da historiografia moderna. Autores nacionais, Oliveira Lima, Pedro Calmon, Alfredo Taunay, Theodoro Braga, e toda essa geração, dedicaram-se ao reencontro com o passado nacional<sup>20</sup>. Transformaram a questão da identidade brasileira em elemento fundador da nacionalidade nascente, na qual a história, mais do que qualquer outro campo, acabou fixando o rumo das interpretações sobre a nova face do país. Com obras e coleções didáticas destinadas à formação da juventude brasileira, esses intelectuais procuraram “modernizar” o passado, trazendo-o ao “presente”, como uma relíquia que deveria ser vivificada pela escrita escolar, com a solidificação de roteiros interpretativos do passado da pátria. Não bastava descobrir, identificar e retratar a história do Brasil dos velhos tempos, era necessário tornar esse passado acessível a todo cidadão, como uma preciosa raridade que anualmente deveria ser admirada, como um norte para o presente da nação. O esforço político dessa geração estava longe de representar, no entanto, uma única interpretação sobre os destinos da sociedade brasileira. Nunca houve consenso, se é que isto fosse possível. A questão é que a idéia da ligação colonialista entre a metrópole portuguesa, a vinda da Família Real para o Brasil e a emancipação política, tudo tão analisado nos jornais da época, fez emergirem as diferenças e tensões que pareciam latentes em épocas anteriores. A não ser que novas pesquisas provem o contrário.

<sup>20</sup> Ver, por exemplo: RODRIGUES, 1958, pp.389-393; TAVARES, 2003.

## Bibliografia

- BALDENSBERGER, Fernand. *Goethe en France: étude de littérature comparée*. Paris: Hachette, 1904.
- BARRETO, Paes. Repovoamento da Amazônia. *O Jornal*. Belém, 29 de novembro de 1908.
- \_\_\_\_\_. Visões da história. *O Jornal*. Belém, 9 de novembro de 1909.
- BENOIST, Jean & GERBEAU, Hubert. Victor Hugues, les Neutres et la Révolution française aux Antilles. *Caribena: Cahiers d'études américanistes de la Caraïbe*, n.3, 1993.
- BERGEN, Barry. Primary Education in Third Republic France: Recent French Works. *History of Education Quarterly*, v.26, n.2, 1986.
- BEZERRA NETO, José Maia. Arthur nas forjas da história: a contribuição de Arthur Vianna para a historiografia paraense. In: FONTES, E. J. & BEZERRA NETO, J. M. (org.). *Diálogos entre história, literatura & memória*. Belém: Paka-Tatu, 2007.
- BRAGA, Theodoro. *Apostillas de historia do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1915.
- \_\_\_\_\_. *Guia do Estado do Pará*. Belém: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1916.
- \_\_\_\_\_. *Dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré*. Belém: Typ. Gillet, 1917.
- \_\_\_\_\_. *Noções de chorographia do Estado do Pará*. Belém: Empreza Graphica Amazonia, 1919.
- \_\_\_\_\_. História do Pará. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Pará*. v.3, n.3, 1920, pp.293-298.
- \_\_\_\_\_. *História do Pará: resumo didático*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- CHEVALLIER, Pierre. *La séparation de l'Eglise et de l'école: Jules Ferry et Léon XIII*. Paris: Fayard, 1981.
- COPANS, Jean. Da etnologia à antropologia. In: COPANS, J. et al. *Antropologia: ciência das sociedades primitivas?* Lisboa: Edições 70, 1988, pp.11-41.
- DARCOS, Xavier. *L'école de Jules Ferry: 1880-1905*. Paris: Hachette, 2005.
- DUBOIS, Laurent. The Price of Liberty: Victor Hugues and the Administration of Freedom in Guadeloupe, 1794-1798. *William and Mary Quarterly*. v.56, 1999.
- DWYER, Philip. *Charles-Maurice de Talleyrand, 1754-1838: a bibliography*. Westport, Conn.: Greenwood Press, 1996.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia. In: *A fundação da Cidade de Belém*. Belém: Prefeitura Municipal de Belém; Fumbel, Rio de Janeiro: 2004, pp.31-87.
- \_\_\_\_\_. A fundação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará, de Theodoro Braga. *Nossa História*. v.1, n.12, 2004.
- \_\_\_\_\_. Panteão da história, oratório da nação: o simbolismo religioso na construção dos vultos pátrios da Amazônia. In: NEVES, F.A. de F. & LIMA, M.R.P. (org.). *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, pp.545-570.
- \_\_\_\_\_. Negro em terra de índio: matrizes intelectuais das teorias racistas na Amazônia do século XIX. In: CAMPOS, Cleise; LEMOS, Guilherme & CALABRE, Lia (org.). *Políticas públicas de cultura do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sirius/ UERJ, 2007, pp.131-145.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de & MORAES, Tarcísio Cardoso. Ignacio Baptista de Moura, polígrafo, 1857-1929. *Revista Estudos Amazônicos*, v. 2, 2007.
- FROESCHLÉ, Michel. *L'école au village: les petites écoles de l'Ancien Régime à Jules Ferry*. Nice: Serre, 2007.
- GERSHMAN, Sally. *Ernest Lavisse and the uses of nationalism*. Ph.D. Diss. University of Missouri, 1978.
- GLÉNISON, Jean. Ernest Lavisse, 1842-1922. In: BURGUIÈRE, André (org.) *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- GOYCOCHÊA, Castilhos. *A diplomacia de Dom João VI em Caiena*. Rio de Janeiro: Edições G. T. L., 1963.
- GREFE, Maxine. "Apollo in the wilderness": an analysis of critical reception of Goethe in America, 1806-1840. New York: Garland, 1988.
- GURSDORF, Georges. Lenda e história. In: *As revoluções da França e da América: a violência e a sabedoria*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- HAUHART, William Frederic. *The reception of Goethe's Faust in England in the first half of*

*the nineteenth century*. New York: Columbia University Press, 1909.

HORVATH-PETERSON, Sandra. *Victor Duruy and French education: liberal reform in the Second Empire*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Nova Fronteira/ UFMG, 2000.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo [IHGSP], Coleção Theodoro Braga [CTB], Anotações: “Referências – Ernest Lavissee”, pacote 13, maço 4.

IHGSP, CTB, Anotações: “Instrução Publica – livros didáticos”, caixa 9, pacote 35.

KOORTBOJIAN, Michael. Mimesis or Phantasia? Two Representational Modes in Roman Commemorative Art. *Classical Antiquity*. v.24, n.2, 2005.

LAVISSE, Ernest. *La marche de Brandebourg sous la dynastie ascanienne*. Paris: Hachette, 1875.

\_\_\_\_\_. *Essais sur l'Allemagne impériale*. Paris: Hachette et Cie, 1888-a.

\_\_\_\_\_. *Trois empereurs d'Allemagne, Guillaume I<sup>er</sup> – Frédéric III – Guillaume II*. Paris: A. Colin, 1888-b.

\_\_\_\_\_. *L'année préparatoire d'histoire de France avec récits à l'usage des commençants*. Ouvrage contenant ... des résumés, des questionnaires et un lexique. Paris: A. Colin, 1890.

\_\_\_\_\_. *Études et étudiants*. Paris: A. Colin, 1890.

\_\_\_\_\_. *Études sur l'histoire de Prusse; ouvrage couronné par l'Académie française*. Paris: Hachette, 1890.

\_\_\_\_\_. *La jeunesse du grand Frédéric*. Paris: Hachette, 1891.

\_\_\_\_\_. *Le Grand Frédéric avant l'avènement*. Paris: Hachette, 1893.

\_\_\_\_\_. *À propos de nos écoles*. Paris: A. Colin, 1895.

\_\_\_\_\_. *Études sur l'histoire de Prusse; ouvrage couronné par l'Académie française*. Paris: Hachette, 1896.

\_\_\_\_\_. *La première année d'histoire de France*. 63<sup>a</sup> ed. Paris: A. Colin, 1902.

\_\_\_\_\_. *Histoire de France illustrée depuis les origines jusqu'à la révolution*. Paris: Hachette, 1900-1911, 17 vol.

\_\_\_\_\_. *Histoire de France: cours élémentaire*. Paris: A. Colin, 1914.

LAVISSE, Ernest & RAMBAUD, Alfred. *Histoire générale du IV<sup>e</sup> siècle à nos jours*. Paris: A. Colin, 1893-1905, 12 vol.

LIMA, Manuel de Oliveira. *Dom João VI no Brasil: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908.

MCMILLAN, James. Politics and Religion in Modern France. *The Historical Journal*, v.25, n.4, 1982.

MEDEYROS, J. Paulo de. *A diplomacia de D. João VI na América e na Europa*. Porto: Lello, 1956.

MOREIRA, Eidorfe. Obras escolares paraenses de história. *Revista de Cultura do Pará*. v.7, n.26-27. Belém, 1977.

\_\_\_\_\_. O livro didático paraense: breve notícia histórica. In: *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1989 [1979], v.6.

NORA, Pierre. Ernest Lavissee: son rôle dans la formation du sentiment national. *Revue Historique*. v.228, Paris, 1962.

NUNES, Benedito. *Oswald Canibal*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. *Historiografia literária do Brasil*. In: *Crivo de papel*. São Paulo: Ática, 1998.

OZOUF, Mona. *Jules Ferry*. Paris: Bayard/Bibliothèque Nationale de France, 2005.

*Revista do Ensino*. v.1, n.2. Belém, 1911.

PATRIAM, Pietas Erga. 'L'Histoire de France' de Lavissee. In: NORA, Pierre (dir.), *Les lieux de mémoire*. 4<sup>a</sup> ed. Paris: Gallimard, 1997, v.1.

PONIATOWSKI, Michel. *Talleyrand: les années occultées (1789-1792)*. Paris: Perrin, 1995.

RICCI, Magda. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*. v.4, 2001, pp.241-271.

ROBERTSON, John George. *Goethe and the twentieth century*. Cambridge/New York: Cambridge University Press/ G.P. Putnam's Sons, 1912.



- RODRIGUES, Jose Honório. Afonso d'Escragnoille Taunay, 1876-1958. *The Hispanic American Historical Review*, v.38, n.3, 1958.
- SAHLINS, Marshall. *Islands of history*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- SARGES, Maria de Nazaré. Fincando uma tradição colonial na República: Arthur Vianna e Antonio Lemos. In: BEZERRA NETO, J. M. & GUZMÁN, D. (org.). *Terra matura: historiografia e história social na Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- SERRA, Pedro (org.). *Modernismo & primitivismo*. Lisboa: CLP/FLUC, 2006.
- SIMON, André. *Vercingétorix et l'idéologie française*. Paris: Imago/PUF, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Vercingétorix, héros républicain*. Paris: Ramsay, 1996.
- SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809: la conquête de la Guyane par les Portugais du Brasil*. Paris: Karthala, 2003.
- \_\_\_\_\_. Le gouvernement de Victor Hugues en Guyane. In: SOUBLIN, Jean. *Cayenne 1809: la conquête de la Guyane par les Portugais du Brasil*. Paris: Karthala, 2003.
- TAVARES, Marcelo dos Reis. *Oliveira Lima e a fundação da nacionalidade brasileira por Dom João VI*. Franca: UNESP, 2003.
- WARESQUIEL, Emmanuel de. *Talleyrand, ou, Le miroir trompeur*. Autun: Musée Rolin; Paris: Somogy, 2005.
- WINTERER, Caroline. *The Culture of Classicism: Ancient Greece and Rome in American Intellectual Life 1780-1910*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2002.
- \_\_\_\_\_. *The Mirror of Antiquity. American Women and the Classical Tradition, 1750-1900*. Ithaca: Cornell University Press, 2007.

## **RESUMO**

o artigo analisa a construção narrativa da historiografia modernista a respeito da época em que o Brasil esteve envolvido nas guerras napoleônicas, especialmente entre 1808 e 1815, e a época em que o país foi elevado à categoria de Reino Unido, entre 1815 e 1822. Para isso, analiso a obra do historiador Theodoro Braga (1872-1953) e a comparo com outras leituras da época.

Palavras-chave: **modernismo, narrativa, Brasil-Reino, Theodoro Braga, guerras napoleônicas.**

## **ABSTRACT**

the article analyses the narrative construction of modernist historiography concerning the period when Brazil (as a Portuguese colony) was involved in the Napoleonic Wars, especially between 1808 and 1815, as well as when the country was raised to the category of United Kingdom of Portugal, between 1815 and 1822. For that, it analyses the historical works of Brazilian intellectual Theodoro Braga (1872-1953), comparing his perspectives with alternative contemporary opinions.

Key-words: **Modernism; narrative; United Kingdom of Portugal; Theodoro Braga; Napoleonic Wars**

# A atuação do naturalista e homem público Manuel Ferreira da Câmara na política siderúrgica do governo joanino (1808-1822)

**Alex Gonçalves Varela**

*Historiador formado pela PUC-Rio, Doutor em História das Ciências pelo Instituto de Geociências da UNICAMP, Pós-Doutorando do Museu de Astronomia e Ciências Afins, alex@mast.br / alexvarelarj@terra.com.br*

A presença do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e Sá na bibliografia especializada se dá em função do seu perfil de político, evidenciando a sua atuação enquanto parlamentar (Sigaud, 1842; Mendonça, 1958; Carvalho, 1978). Essas análises dão relevância à atuação do personagem no período da Independência, e quando atuou como deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1823, e, também, como senador por Minas Gerais no período de 1827 a 1835.

No entanto, Manuel Ferreira da Câmara notabilizou-se não apenas como homem público, mas também como um estudioso e pesquisador do mundo natural. Em sua trajetória histórica, a face de naturalista e os interesses políticos são indissociáveis, fato que caracteriza o homem ilustrado do século XVIII<sup>1</sup>. Não são duas carreiras diferentes ou sucessivas, mas dois perfis de uma mesma trajetória de vida que não podem ser de forma alguma cindidos: o de estudioso das ciências naturais e o de homem público. Portanto, há lacunas que estimulam a reflexão sobre o personagem em novas direções.

<sup>1</sup> A associação entre interesses científicos e políticos é bastante clara na trajetória histórica dos homens da Ilustração. Como exemplo, mencionamos o francês Antoine Laurent Lavoisier (1743-1794) que atuava ao mesmo tempo como químico e *Fermier Général*, coletor de impostos do Antigo Regime francês. Ver: BENSUAUDE-VINCENT, 1996.

Câmara foi nomeado para o cargo público de intendente dos diamantes do Serro do Frio. No desempenho dessa função, teve uma atuação de extrema relevância no contexto da política do governo joanino que buscava promover o desenvolvimento econômico do Brasil, por meio do fomento às atividades siderúrgicas. O ilustrado trabalhou intensamente para o projeto de desenvolvimento da indústria do ferro no Brasil, tendo papel fundamental para conseguir a autorização governamental para a criação da Fábrica de

Gaspar Soares ou do Pilar. O objetivo deste artigo é resgatar e analisar a atuação central do ilustrado para a aplicação firme e concreta dessa política econômica, no campo da siderurgia, do governo de D. João.

Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt Aguiar e Sá nasceu em Minas Gerais, muito provavelmente em Santo Antônio de Itacambira, em territórios da Demarcação Diamantina, por volta de 1764. Ele fez parte de uma geração de ilustrados luso-americanos formados na Universidade de Coimbra reformada pelo marquês de Pombal. O estudioso matriculou-se em Coimbra no ano de 1783 no curso de Leis. No ano seguinte, passou a cursar também o de Filosofia Natural. Tornou-se bacharel em Leis e Filosofia no ano de 1787 e obteve o diploma em junho de 1788. Nesse período, juntou-se às elites cultas da metrópole que também ali estudavam; todos leram as mesmas obras e receberam a mesma formação (Silva, 1999).

Após a conclusão do curso superior em Coimbra, Câmara permaneceu em Portugal, sendo eleito membro da Academia Real das Ciências de Lisboa no ano de 1789. A Academia foi um centro aglutinador do ideário reformista do governo de D. Maria I e um *locus* de debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural. Neste espaço, Câmara integrou-se ao subgrupo de naturalistas, que tinha como personagem principal o italiano Domenico Vandelli (Munteal Filho, 1993; idem, 1998).

No espaço da Academia, Câmara despertou a atenção de alguns membros, entre os quais o duque de Lafões. Como resultado da admiração deste último, ganhou uma bolsa de estudos do governo português para fazer uma viagem científica pela Europa, juntamente com José Bonifácio de Andrada e Silva e Joaquim Pedro Fragoso. Para a realização desse empreendimento, o ministro Luiz Pinto de Souza baixou uma minuciosa *Instrução para a realização da viagem de aperfeiçoamento técnico através da Europa* (31/5/1790). Nela determinou-se que Manuel Ferreira da Câmara seria o “chefe de Brigada”, sendo responsável pela “decisão do tempo dos estudos e das viagens, do destino de cada um dos sócios, e dos sítios onde deviam empregar-se” (Falcão, 1963, p.169).

Nessa viagem, os estudiosos foram enviados para os principais distritos mineiros europeus, bem como para importantes centros técnico-científicos de grande destaque à época, como Freiberg, França, Transilvânia, regiões do Império Austro-Húngaro e Saxônia, entre outros. O intuito dessa viagem foi o de observar o estado das ciências nesses países e se aperfeiçoarem, para assim poderem levar para Portugal os “ares da modernidade”. Essa prática de adesão às ciências modernas era buscada em diferentes lugares, selecionando os conhecimentos que mais lhes interessavam, uma vez que os cen-

tros científicos nem sempre eram os mesmos. A viagem, portanto, deixava transparecer o caráter exterior e eclético da Ilustração portuguesa.

A viagem de formação teórica e prática no campo da metalurgia e da mineração por diversos países da Europa Central e Setentrional fazia parte da política portuguesa que acreditava poder promover a regeneração do império e, para isso, contava com a colaboração dos estudiosos portugueses, nascidos ou não na metrópole<sup>2</sup>. Não era por acaso que a maioria desses ilustrados coloniais, entre os quais Câmara e Bonifácio, pertencia ao grupo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro de D. Maria I desde 1796, que defendia e lutava para colocar em prática a idéia de fundação de um império luso-americano, com sede na sua porção mais rica, o Brasil, como solução para a manutenção da integridade da monarquia portuguesa e preservação dos seus domínios na América (Pombo, 2008).

<sup>2</sup> Todo um conjunto de análises historiográficas tem mostrado como os Ilustrados, tanto do reino, como da colônia, e aí inseridos Bonifácio e Câmara, elaboraram inúmeras propostas de modernização para o Estado lusitano, deixando assim transparecer o interesse pela manutenção da união entre Brasil e Portugal. Ver: ARAÚJO, 2005; LYRA, 1994; DIAS, 1972 e 1968; NEVES, 1995.

Para Câmara e José Bonifácio, a viagem foi imprescindível para a especialização de suas respectivas trajetórias como naturalistas. Os dois tornaram-se, como eles próprios afirmavam, “metalurgistas de profissão”.

A dimensão política vinha acoplada à dimensão científica. A viagem fazia parte do processo de modernização do Estado português no período do governo de D. Maria I. O Estado português buscou, na época, incentivar a formação de funcionários especializados com o intuito de ocupar cargos públicos estratégicos, sobretudo no campo da administração das minas.

Ao retornar a Portugal, em 1798, Câmara foi contratado pelo Estado português para ser o consultor do governo em assuntos de minas e metalurgia. Ele foi convidado a emitir diversos pareceres pelo governo português, dentre os quais se destacaram: o parecer sobre a *Memória Sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América*, do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho; realizou um estudo sobre as montanhas da região do Centro de Portugal; elaborou um parecer sobre o estado em que se encontrava o Pinhal de Leiria; foi também incumbido de dar consultoria ao governo português sobre os meios de obtenção de ferro para a fabricação de armas e sobre o projeto de restabelecimento das ferrarias de Portugal, em especial a de Figueiró dos Vinhos (Varela, 2006).

Câmara e Bonifácio foram arrematados por D. Rodrigo para assumir postos importantes no âmbito da administração central do império português, para a aplicação firme e eficiente da sua política reformista. Eles

iriam ocupar importantes funções no campo da mineração em Portugal e na colônia, destacando-se ambos na administração conjunta das minas, matas e bosques. Bonifácio foi nomeado intendente geral das minas e metais do reino, órgão estatal que seria responsável pela política de pesquisa e exploração dos recursos minerais em Portugal. Por sua vez, Manuel Ferreira da Câmara seria enviado para a América Portuguesa, mais precisamente para a região de Minas Gerais, para desempenhar a função de intendente geral das minas na capitania de Minas Gerais e Serro do Frio. Os dois naturalistas aplicaram o seu saber científico a serviço da nação portuguesa, com o intuito de contribuir para as reformas que acreditavam poder regenerar o império lusitano. Acima de tudo, eles eram portugueses, fiéis vassalos da Monarquia dos Braganças, comungando uma “identidade política coletiva” que remetia ao Estado português (Jancsó & Pimenta, 2000, p.140).

O interesse de Portugal pela exploração das minas é consoante com o espírito do século XVIII, quando ela conheceu um auge considerável em virtude das crescentes necessidades ligadas à revolução industrial (Gohau, 1988). Países como Inglaterra, França e Prússia incentivavam o estudo de seu subsolo e a exploração das suas jazidas minerais. Logo também surgiram várias escolas de minas, entre as quais se destacou a *Bergakademie* (1765), criada em Freiberg, na Saxônia, onde Câmara estudou e cursou Geognosia (formação e história das rochas e minerais) e Oricognosia (identificação e classificação dos minerais) com Abraham Gottlob Werner.

Portugal, seguindo o mesmo caminho dos demais países de além-Pireneus, passou a desbravar o solo do reino e da colônia em busca das riquezas minerais. D. Rodrigo criou a Intendência Geral das Minas e Metais do Reino e nomeou o naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva para o cargo de intendente, pela carta régia de 18 de maio de 1801. Longe de ser meramente burocrático, o cargo era de suma importância, porque seu titular elaboraria a política de pesquisa e exploração dos minerais portugueses, o que exigia dele conhecimentos profundos e experiência na área. Um pouco antes, pela carta régia de 7 de novembro de 1800, o ministro nomeara, para intendente geral das minas na capitania de Minas Gerais e Serro do Frio, o naturalista Manuel Ferreira da Câmara (Mendonça, 1958). Estava criada, ao menos no papel, a ‘filial’ da Intendência Geral das Minas e Metais do Reino na colônia portuguesa americana. De fato, Câmara só assumiu o posto sete anos depois, uma vez que, ao chegar à América portuguesa, no início de 1801, dirigiu-se primeiramente à Bahia, onde desenvolveu pesquisas para averiguar a existência de “minas de ouro, prata, ferro, cobre, ou outras que sejam importantes” (ibid., p.72).

A criação do cargo de Diretor Geral das Minas se insere num contexto em que toda uma série de medidas foi implementada pelo governo português com o objetivo de modernizar as técnicas empregadas na extração mineral, no aperfeiçoamento da formação dos mineiros e, ainda, na preparação de alguém que os instruisse e orientasse os trabalhos. Foram traduzidos e impressos tratados de mineração para que melhor pudessem instruir os mineiros, assim como foram enviados inúmeros naturalistas para os “sertões” (o interior) de diversas regiões coloniais, com o intuito de observar as produções minerais ali existentes (Figueirôa, 1997).

Cabe ressaltar também as várias obras publicadas que, com fundamentação científica e técnica, ou faziam recomendações diretas no sentido de melhorar o desempenho técnico da mineração na América Portuguesa e combater a decadência das minas, ou, não tendo essa intenção liberada, eram potencialmente utilizáveis com tal finalidade. Entre os vários autores que publicaram suas obras nesse campo de estudos, vale destacar Domenico Vandelli, a quem se devem os primeiros inventários sistemáticos dos recursos minerais do Brasil e as recomendações cientificamente fundamentadas acerca da mineração do ouro e dos diamantes brasileiros (Pinto, 2000, p.34).

D. Rodrigo compreendia muito bem a importância que a mineração tinha para a geração de riquezas e tratou de incentivar tal atividade. Além de promover a repressão ao contrabando e aos “descaminhos”, ele insistiu na tecla de que o resgate da mineração só seria possível tendo por base a aplicação das ciências a ela relacionadas (Mineralogia, Montanística e Metalurgia), o aprimoramento técnico e a melhor instrução dos mineiros (Figueirôa, 2002, p.288).

Retomando a análise do processo de nomeação de Câmara ao cargo de intendente, uma nova Carta Régia, datada de 22 de dezembro de 1806, nomeou o naturalista para o cargo de intendente dos diamantes do Serro do Frio. Agora, não mais intendente geral das minas na capitania de Minas Gerais e Serro do Frio, como havia sido designado na Carta Régia de 7 de novembro de 1800. Para o exercício do cargo, o Príncipe Regente lhe fazia mercê do “predicamento de Primeiro Banco; para com ele servir o dito lugar...” (Carta Régia de 22 de dezembro de 1806. In: Mendonça, op.cit., pp.317-319). Câmara tomou posse do cargo no dia 27 de outubro de 1807, quando o governador Pedro Maria Xavier d’Ataíde e Melo pôs o cumpra-se e registre-se nas suas duas cartas de nomeação.

No governo de D. Maria I, tendo à frente o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e suas ações de cunho reformista e esclarecido, pressionado também pela elite local, nomeou o primeiro “português natural do Brasil” para a

função de intendente, Manuel Ferreira da Câmara. O momento de ocupação do cargo coincidia com um período de evidente decadência da exploração diamantífera no Distrito Diamantino, quando as minas do Abaeté já despon-tavam como nova lavra (Furtado, 1996).

A partir da contratação de Câmara para exercer o cargo de intendente das minas, os seus estudos científicos passaram a ter que dividir o tempo com os cargos estatais. Em outras palavras, o perfil de naturalista e o de homem público passaram a caminhar lado a lado na história de vida do personagem, não podendo ser dissociados. Não são duas carreiras diferentes ou sucessi-vas, mas, durante toda a sua vida, ele levou simultaneamente uma vida de funcionário do império e uma vida de naturalista.

Esse processo de arregimentação dos naturalistas pelo Estado, sobretudo no final do século XVIII, permite observar a valorização daqueles que detinham o conhecimento científico e técnico, sobretudo para dar o seu parecer sobre os mais variados assuntos econômicos/ administrativos. Em síntese, isso demonstra o reconhecimento do poder da ciência pelo Estado (Matos, 1998).

A preocupação explícita do ministro com a região diamantífera deixa trans-parecer claramente a sua posição de centralidade para o governo português. Este, reconhecendo a importância e a necessidade de uma intervenção na região, contratou o naturalista Manuel Ferreira da Câmara para exercer o cargo de intendente dos diamantes, indivíduo que tinha as “luzes” do conhe-cimento sobre a mineração. Em sua viagem de especialização científica pela Europa Central e Setentrional, Câmara frequentou cursos com renomados professores, como Abraham Gottlob Werner, e visitou importantes regiões de mineração na Áustria, no Tirol, na Caríntia, na Estíria, no norte da Itália, na Transilvânia, na Suécia, na Noruega e na Dinamarca. Câmara ainda este-ve na Inglaterra, visitando as minas de carvão e as de extração de metais. Tal fato permitiu que ele se inteirasse dos conhecimentos práticos sobre a admi-nistração mineira. Com a nomeação de um estudioso das ciências naturais para tal cargo, a intervenção nos assuntos mineiros passou a ser fundamen-tada e apoiada em medidas técnicas e científicas.

O momento em que Câmara assumiu o cargo de intendente coincidiu, com diferença de poucos meses, com a chegada da Corte portuguesa, fixando a sua sede no Rio de Janeiro. O governo joanino, tendo à frente D. Rodrigo de Sousa Coutinho, agora na função de ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, buscou promover o desenvolvimento econômico do Brasil, por meio do fomento às atividades siderúrgicas (Figueirôa, op.cit.). Câmara trabalharia intensamente para esse projeto. Tanto que, numa carta ao Príncipe Regente D. João, salientou a importância de se

desenvolver a metalurgia do ferro, metal importante para a defesa do “nascente” império centrado nos trópicos que o monarca acabara de fundar, pois esse material era utilizado na manufatura de armas, sobretudo canhões, e protegeria toda a Família Real portuguesa dos seus “inimigos”, leia-se, os franceses:

*“Agora que o Soberano do Brasil, guiado pela Providência, e seguindo os altos destinos para que fora criado, chega a ele, que lhe deverão oferecer os seus vassallos? Os produtos do seu País, e o ouro que até agora desentranharam para enriquecer todos os povos da terra. Não são, porém, Senhor, estas as maiores riquezas, que a nossa pátria tem que oferecer à augusta e sagrada pessoa de S.A.R., outras mais reais e duradouras promete a V.A.R. a cultura de um vastíssimo, e fertilíssimo terreno, que não esperava senão que V.A.R. viesse para ele, para lhe dar o ser e a existência. Qual outro onipotente, com a palavra de V.A.R. tudo se fará; e, sobretudo, se fabricará o ferro, que servindo a rasgar as entranhas da terra, nos armará contra os inimigos de V. A. R.: assegurando assim a V.A.R., e à sua real descendência este nascente Império”* (Câmara, 7 de fevereiro de 1808. In: Mendonça, op.cit., p.143).

A mesma carta de Câmara foi enviada também a D. Rodrigo, que emitiu resposta a 23 de março de 1808. Nesta carta, o ministro da Guerra reconheceu como “tão justo e importante” o estabelecimento de fábricas de ferro como motor de desenvolvimento do Brasil. Esse interesse do ministro em criar fábricas no Brasil vai ao encontro do Alvará de 1º de abril de 1808, que revogou o Alvará de 5 de janeiro de 1785 que proibia a existência de fábricas e manufaturas no Brasil e Domínios Ultramarinos. E, logo que chegou por aqui, não poupou esforços para incentivar o setor mineral: a Decisão Nº 41 de 10 de outubro de 1808 autorizava Câmara a despender uma parte da verba que recebia da extração de diamantes para o estabelecimento de uma fábrica de ferro na Comarca do Serro Frio. Câmara justificava as ações de D. João em prol do investimento na siderurgia do ferro, defendendo que o monarca deveria tudo sacrificar para possuir o metal, “cujo uso distingue o homem civilizado do selvagem” e asseguraria “a liberdade e a independência das nações” (Mendonça, op.cit., p.151). Nesse caso, Câmara chamava a atenção do ministro e do Príncipe Regente para a diminuição da dependência de importação de ferro, sobretudo da Inglaterra, e assim conseguir a auto-suficiência da produção do metal.

O intendente logo se pôs a executar a determinação Régia, escolhendo para o local da fábrica o Morro do Gaspar Soares, situado nas proximidades do Arraial do Morro do Pilar. Criava-se, assim, a Real Fábrica de Gaspar Soares ou do Pilar, sob a direção do intendente Câmara. O terreno lhe foi doado pelo Guarda-Mor Sancho de Barros Heredia, e compunha-se de montanhas



de rochas contendo em sua composição diferentes minerais de ferro como magnetita, especularita, hematita e limonita. As atividades da fábrica só se iniciaram a 5 de abril de 1809 (Gomes, 1983).

O reconhecimento da atuação de Câmara pelos homens de governo, sobretudo pelo Príncipe Regente e por D. Rodrigo, é observado na sua capacidade de influir para a publicação de um conjunto de leis relativas à política mineral do Brasil. Dentre as leis, alvarás, decretos e decisões ganham destaque: a que ordenava a circulação em todas as capitanias do interior das moedas de ouro, prata e cobre que já estavam circulando nas capitanias litorâneas, e proibia o curso do ouro em pó como moeda (Alvará de 01/09/1808); estabelecimento no Real Erário de uma diretoria e de uma administração da Extração Diamantina (Decreto de 05/09/1808); liberação da circulação na capitania de Minas Gerais dos pesos espanhóis (Alvará de 20/09/1808); apresentação de um conjunto de providências sobre a administração diamantina e sobre o estabelecimento de uma fábrica de ferro em Minas Gerais (Decisão de 10/10/1808), entre outras. Todas essas determinações se aproximam dos termos do Alvará de 13 de maio de 1803, lei que substituiu o regimento de Diamantino de 1771 – o chamado livro da capa verde<sup>3</sup> – e regulamentou um novo sistema de mineração para a América Portuguesa, de autoria do próprio Câmara, mas que, segundo Mendonça (op.cit., p.146), nunca conseguiu ser integralmente adotada.

Câmara teve um papel de extrema relevância para o desenvolvimento da indústria do ferro no Brasil. Ele lutou junto aos homens de governo, sobretudo a D. Rodrigo e ao Príncipe Regente D. João, para conseguir a autorização para a criação da Fábrica de Gaspar Soares ou do Pilar, assim como o apoio moral e financeiro. E fabricou pela primeira vez ferro gusa em alto forno em dezembro de 1813 (ibid., p.367), um ano depois de Wilhelm-Ludwig von Eschwege (1777-1855) ter forjado ferro na sua companhia siderúrgica, a Fábrica Patriótica do Prata em Congonhas do Campo, constituída por uma sociedade de ações da qual ele e o Conde da Palma (D. Francisco de Assis Mascarenhas) figuravam entre os acionistas, fato que geraria inúmeras rivalidades entre Câmara e Eschwege (Figueirôa, op.cit., p.66).

<sup>3</sup> Sobre o regimento diamantino de 1771, mais conhecido como *Livro da Capa Verde*, ver: FURTADO, 1996.

Além da indústria do ferro, Câmara também esteve envolvido na política de estabelecimento de fábricas de pólvora. D. Rodrigo convocou o intendente para atuar no estabelecimento de nitreiras artificiais no Tijuco, que depois se estenderia por toda a capitania de Minas Gerais, de onde se poderia extrair salitre e, no futuro, criar uma fábrica de pólvora.

A produção do salitre (nitrato de potássio) era um item de grande importância na pauta de D. Rodrigo, uma vez que a conjuntura internacional desse período de início do XIX exigia investimentos na defesa do Brasil, a sede do império luso-americano. D. Rodrigo, bastante atento a este momento particular, ordenou a pesquisa de depósitos de salitre por todas as regiões da América Portuguesa, uma vez que esse mineral poderia ser aproveitado para a fabricação da pólvora. Exemplo maior dessa política que incentivava as pesquisas de depósitos de salitre encontra-se na trajetória do naturalista João da Silva Feijó, encarregado de tal tarefa na Capitania do Ceará (Lopes, 2005).

Em diversas cartas trocadas com homens de importante participação no governo joanino, como o Conde de Aguiar (Fernando José de Portugal e Castro), Câmara era sempre reverenciado pelos seus trabalhos, tanto pelas melhorias que promovia na extração dos diamantes, como no processo de construção e organização da fábrica de ferro (Mendonça, op.cit., pp.331-337). Numa das missivas com D. Rodrigo, seu protetor, a quem o naturalista-intendente dirigiu muitas súplicas e memórias científicas, aquele, após tecer elogios ao trabalho de Câmara de tentar produzir ferro, deixou transparecer a gratidão pelos inúmeros serviços prestados ao se referir a ele como “seu maior amigo, mais obrigado e fiel venerador” (ibid., p.375). Dessa forma, o Príncipe Regente mandou oferecer ao intendente uma “ajuda de custo de quatro mil e oitocentos réis por dia” pelo “seu zelo, inteligência, e perseverança, com que tem trabalhado no interessantíssimo estabelecimento da fábrica de ferro (...) e que se acha em tão grande adiantamento e promete chegar ao estado de perfeição”. Contudo, tal ajuda nunca foi paga (ibid., p.375).

Pelos serviços realizados na Intendência dos Diamantes e na Fábrica de Ferro do Pilar, Câmara recebeu do Príncipe Regente títulos honoríficos como a nomeação de desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação, conselheiro honorário da Fazenda no Conselho de D. João VI e foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Para o intendente, maior não poderia ser sua glória que ver recompensados com tanta Real Grandeza os serviços que a obrigação de fiel vassalo lhe impunha. Seus serviços viabilizaram uma incrível ascensão social, proporcionando honra e prestígio, e assim afastando-o da base da pirâmide social<sup>4</sup>.

O recebimento pelo intendente dessas mercês régias fazia parte da política de D. João de distribuir títulos de nobreza a todos os vassallos que prestassem serviços à Coroa (Silva, 2005). Por outro lado, essa política de distribuição de favores régios mostra o quanto a América Portuguesa encontrava-se perpassada pelas mentalidades e práticas do Antigo Regime. Enquanto esses títulos

honoríficos podiam aumentar o *status quo* através do reforço da grandeza e da nobreza, eles contribuía para a reprodução de uma sociedade altamente hierarquizada e excludente (Fragoso et al, 2001).

4 Sobre essa relação de história natural e patronagem no caso dos juizes naturalistas ver: RAMINELLI, 2006.

A atuação de Câmara na Intendência foi fundamental para que fosse promovida uma série de iniciativas de melhoria das técnicas de mineração dos diamantes. Dentre as inovações realizadas pelo intendente destacam-se o emprego de guindastes e cabrestantes para a remoção de grandes blocos de pedra, a introdução do transporte mecânico das areias e terras, a introdução de bombas mais perfeitas e práticas do que os chamados “rosários” e as bombas utilizadas nos primórdios da mineração no Brasil, entre outras.

Mesmo com todo o esforço de Câmara em tentar tornar a Fábrica de Ferro de Pilar um empreendimento eficaz, de alta capacidade de produção de ferro, diversos foram os percalços enfrentados pelo intendente para conseguir colocar em pleno funcionamento o mencionado estabelecimento.

Uma das suas maiores dificuldades foi a relação bastante conflituosa com o governador do Arraial do Tijuco, D. Manuel de Portugal e Castro, que tentava cercear ao máximo o prestígio de Câmara junto à Corte. Exemplo de maior evidência ocorreu quando o governador convidou Eschwege para acompanhá-lo ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1817, para que desse a sua opinião sobre a formação das Sociedades de Mineração. E coube a Eschwege organizar os estatutos dessas Sociedades, uma vez que a criação das mesmas foi autorizada por Carta Régia de 12 de agosto de 1817. Câmara, que propôs a organização desses estabelecimentos no Alvará de 13 de maio de 1803, nem sequer foi consultado, sofrendo uma total retaliação por parte do governador<sup>5</sup>.

5 O insucesso dessas Sociedades de Mineração levou Câmara a elaborar a pedido do governo, a 21 de novembro de 1819, um parecer sobre essas Sociedades. Esse parecer está em: MENDONÇA, op.cit., pp.441-458.

Em carta ao ministro Vilanova Portugal, datada de 9 de dezembro de 1820, o governador deixou transparecer o tom ácido dos seus comentários sobre Câmara:

*“Dizem que tem conhecimentos, apesar de que todos têm sido empregados em fazer avultadas despesas à Real Fazenda sem proveito algum. É mais temido do que amado dos seus súditos, pelas grandes violências que com lhes pratica. É altivo e orgulhoso”* (ibid., p.233).

A escravidão foi outro empecilho ao pleno desenvolvimento do trabalho do intendente. A introdução da força motriz para lavar os depósitos, ao invés de se utilizar o braço humano, feria os interesses dos proprietários de escravos. Para Câmara, o que interessava era uma maior racionalidade e velocidade.

de na forma de se transportar os cascalhos extraídos das valas, e uma maior agilidade no processo de lavar os aluviões. O intendente considerava imperativo abolir de vez o sistema de socavões ou catas, prática utilizada pelos escravos na abertura de buracos muito profundos onde se metiam, e pouco a pouco iam tirando a terra para lavrá-la. Ele agia conforme os novos tempos da Revolução Industrial que introduzia cada vez mais máquinas na mineração. Bombas e mecanismos modernos deveriam, portanto, ser empregados na Real Extração, substituindo o lento braço negro, fato que gerou toda uma forte oposição dos proprietários às idéias do intendente.

A falta de pessoal técnico habilitado tanto para a direção dos trabalhos quanto para sua execução foi outro empecilho que Câmara teve que driblar. Câmara era engenheiro, desenhista, mestre-de-obras, fundidor, carpinteiro, oleiro, entre outras atividades, dada a falta de mão-de-obra qualificada. O governo continuou apostando, por muito tempo, na importação e fixação de técnicos estrangeiros, e não na criação de escolas mineralógicas e metalúrgicas que fornecessem a adequada capacitação de profissionais. Como argumentou Silvia Figueirôa, diferentemente de outros países latino-americanos, a criação de escolas de minas ou mesmo de cursos de engenharia foi tardia, e até mesmo descompassada em relação ao desenvolvimento e importância econômica da atividade mineira para o país (Figueirôa, *op.cit.*, p.37).

O Alvará (com força de Lei) de 13 de maio de 1803, projeto de Câmara, que aprovou um novo sistema para a mineração do Brasil, continha em um dos seus pontos a sugestão da criação de escolas mineralógicas e metalúrgicas. Contudo, tal ponto sempre permaneceu letra morta.

Câmara pediu demissão do cargo de intendente a 18 de maio de 1822. A partir desse momento, os interesses políticos se tornaram, em sua trajetória de vida, preponderantes em relação àqueles no campo da mineralogia. Contudo, mesmo atuando na vida política, não deixaria de se preocupar com as questões ligadas às ciências. Ao atuar, como deputado eleito pela província de Minas Gerais, no cerne da discussão sobre a necessidade da criação de universidades no país, discussão essa travada na Assembléia Constituinte de 1823, apresentou na sessão do dia 18 de outubro uma emenda que previa a criação, na mencionada Província, de uma escola mineralógica, deixando transparecer a importância que conferia à instrução dos mineiros<sup>6</sup>. Na “Academia de Minas” seriam ensinadas as seguintes cadeiras:

1<sup>a</sup> química em geral;

2<sup>a</sup> docimasia e metalurgia;

<sup>6</sup> O plano está em: CARVALHO, 1978, p.15.

3ª mineralogia, compreendendo a orictognosia, a geognosia e a teoria dos filões e mais formações metálicas;

4ª geometria e trigonometria, como os primeiros elementos do cálculo, aplicando todos estes conhecimentos à geometria subterrânea, à mecânica e à hidráulica;

5ª a arte de edificar as minas com segurança;

6ª agricultura e a arte veterinária.

O plano do deputado não foi atendido, sobretudo em função da dissolução da Constituinte. O plano deixava transparecer a formação científica européia de Câmara, especialmente o período em que frequentou, como já mencionamos, os cursos de Geognosia e Orictognosia oferecidos por Abraham Gottlob Werner, em Freiberg, na Bergakademie; como também os estudos realizados, em Paris, no curso de química de Antoine François de Fourcroy, um dos estudiosos que participaram ativamente da chamada “revolução química”, e que contribuiu para a formulação da “nova” nomenclatura dos elementos químicos; e com Jean-Pierre-François Guillot-Duhamel (1730-1816), professor da Escola de Minas de Paris.

Câmara teve uma atuação central para a execução da política de fomento à siderurgia do governo joanino. Contudo, na visão do estudioso, o investimento governamental deveria ser ampliado a outros campos, e não se restringir exclusivamente ao incentivo à criação da indústria do ferro e de pólvora. Ele considerava de grande importância o estímulo à difusão das ciências pelo “Reino do Brasil”, elemento que no seu entender era fundamental para o seu desenvolvimento. Daí, a preocupação do personagem em elaborar toda uma série de projetos que contribuíssem para o processo de institucionalização das ciências naturais. Dentre os seus projetos estava a criação de escolas de mineralogia, de viagens de exploração, de sociedades de mineração, dentre outros. Todos esses espaços institucionais públicos<sup>7</sup> e de sociabilidade científica configuram as características da História Natural moderna (Lopes, 2001), transparecendo assim nesses projetos a modernidade do pensamento do autor, o quanto ele estava consciente da importância de se implantar o conjunto das necessidades da História Natural para institucionalizar as ciências naturais como meio de desenvolvimento do “Reino do Brasil”.

No caso das viagens de exploração científica, Câmara defendia que a vinda de sábios estrangeiros para conhecer o país e estudar as suas produções naturais era algo que deveria ser estimulado.

<sup>7</sup> Ao considerar as instituições científicas (academias, universidades, museus, viagens, etc.) enquanto espaços públicos, sigo as considerações de Rupp, uma vez que esse autor considerou a ciência moderna como uma empresa essencialmente pública. Ver: RUPP, 1995.

Numa carta ao ministro Tomás Antônio Vilanova Portugal, datada de 20 de dezembro de 1820, o intendente ressaltou a importância da viagem dos naturalistas Spix e Martius ao “Reino do Brasil” e a descoberta que fizeram de cinco novas espécies de quina. Contudo, lamentava profundamente o fato de o ministro ter impedido o acesso dos dois mencionados estudiosos à Demarcação Diamantina. E chamava a atenção do dirigente para o fato de aquela última localidade ser mais interessante “para os botânicos do que para os mineralogistas; por oferecer-lhes um grande número de novas plantas alpinas, que eles não acham em outra parte”. Além disso, Câmara argumentou que o contato com viajantes europeus lhe permitia adquirir os conhecimentos científicos atualizados, uma vez que estava “desterrado neste recanto do mundo; onde chegam tão tarde as luzes, e as novidades científicas” (Mendonça, op.cit., p.231).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A análise da trajetória de vida do naturalista e homem público Manuel Ferreira da Câmara revela a riqueza do pensamento ilustrado luso-americano. Formado em Filosofia, com ênfase nas ciências naturais, e especialização nas “artes mineiras e metalúrgicas”, foi membro ativo do centro de irradiação das “luzes” em Portugal, a Academia Real das Ciências de Lisboa. Naturalista ligado aos interesses do Estado, teve uma participação ativa no projeto reformista político-científico do governo mariano, sobretudo no que diz respeito aos assuntos de minas e metalurgia. Durante a sua trajetória de vida, os estudos científicos e os interesses políticos caminharam lado a lado, numa íntima e inseparável associação. Ele acreditava que os conhecimentos científicos adquiridos no campo da História Natural, sobretudo os relacionados à mineralogia, deveriam ser aplicados em prol da regeneração da nação portuguesa.

Câmara foi enviado à América Portuguesa, mais precisamente à região de Minas Gerais, para assumir postos importantes no âmbito da administração central do império português, para a aplicação firme e eficiente da política reformista de D. Rodrigo, desempenhando a função de intendente das Minas. Com a vinda da Família Real para a sua colônia americana, o intendente teve uma atuação central para o projeto de investimento do governo joanino no campo da siderurgia, embora considerasse que o investimento governamental deveria ser ampliado a outros campos, como o científico. De acordo com o espírito do século das Luzes, Câmara expressou sua confiança na instrução dos mineiros como uma das mais importantes atitudes a serem tomadas para o desenvolvimento do setor siderúrgico. Tornava-se necessário criar escolas de mineralogia que ensinassem os princípios fundamentais da arte mineira, deixando transparecer a fé na educação e na ciência. Lutou para que esse projeto

fosse concretizado, mas não conseguiu. Do império luso-americano ao império do Brasil, Câmara deixou transparecer a atualidade do seu pensamento, apropriando-se e aplicando ao contexto local os conhecimentos que poderiam transformar a realidade da sociedade em que vivia.

## **Bibliografia**

### **Manuscritos de Manuel Ferreira da Câmara:**

Câmara, Manuel Ferreira da. Carta de Manuel Ferreira da Câmara para o Príncipe Regente D. João. Tijuco, 7 de fevereiro de 1808. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *O Intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835. São Paulo: Nacional, 1958.

### **Cartas Régias:**

Carta Régia de 22 de dezembro de 1806 que faz mercê a Manuel Ferreira da Câmara do lugar de Intendente dos Diamantes do Serro do Frio. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *O Intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835. São Paulo: Nacional, 1958.

### **Artigos, Livros e Teses:**

ARAÚJO, A. C.. Um Império, um Reino e uma Monarquia na América: As Vésperas da Independência do Brasil. In: JANCSÓ, I. (org.). *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: FAPESP/ HUCITEC, 2005.

BENSAUDE-VINCENT, Bernardete. Lavoisier: uma Revolução Científica. In: SERRES, Michel (dir.). *Elementos Para uma História das Ciências*. Lisboa: Terramar, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo/Rio de Janeiro: Nacional/FINEP, 1978.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, vol.278, janeiro-março de 1968, pp.105-170.

\_\_\_\_\_. A interiorização da metrópole. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). 1822 – Dimensões. São

Paulo: Perspectiva, 1972.

FALCÃO, Edgard Cerqueira de (org.). *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*. vol. III. Santos: Revista dos Tribunais, 1963.

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma História Social e Institucional, 1875-1934*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Ciência Mineralogia/Mineração. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, julho-setembro, 2002, pp.370-389.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: o Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

GOHAU, Gabriel. *História da Geologia*. Lisboa: Europa-América, 1988.

GOMES, F. M. *História da Siderurgia no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1983.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um Mosaico (apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (org.). *Viagem Incompleta 1500-2000 – A Experiência Brasileira*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2000.

LOPES, Maria Margaret. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol.VIII, suplemento, 2001.

LOPES, Maria Margaret et al., Scientific Culture and Mineralogical Sciences in the Luso-Brazil-

ian Empire: The Work of João da Silva Feijó (1760-1824) in Ceará. *Science in Context*. Estados Unidos, v. 18, n. 2, 2005, pp.1-31.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1994.

MATOS, Ana Maria Cardoso de. *Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista*. Lisboa: Estampa, 1998.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. *O Intendente Câmara*. Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, Intendente Geral das Minas e dos Diamantes, 1764-1835. São Paulo: Nacional, 1958.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*. Dissertação. Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 1993.

\_\_\_\_\_. *Uma sinfonia para o novo mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do antigo sistema colonial*. Tese. Departamento de História, UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

NEVES, Guilherme Pereira das. *Do Império luso-brasileiro ao Império do Brasil (1789-1822)*. *Ler História* (Lisboa). Lisboa, v. 27/28, 1995, pp.75-102.

PINTO, Manuel Serrano. Aspectos da história da mineração no Brasil colonial. In: FREITAS, F. A. de L. *Brasil 500 anos: a construção do Brasil e da América Latina pela mineração*. Rio de

Janeiro: Cetem/MCT, 2000.

POMBO, Nívia. O Inventor do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, ano 3, n.28, janeiro de 2008, pp.46-49.

RAMINELLI, Ronald. Baltazar da Silva Lisboa: a honra e os apuros do juiz naturalista. In: VAINFAS, Ronaldo et al. (org.) *Retratos do Império*. Trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX. Niterói: EDUFF, 2006.

RUPP, J. C. C. The New Science in the Public Sphere in the Premodern Era. *Science in Context*, v.8, n.3, 1995.

SIGAUD, J. F. Dr. Manoel Ferreira da Câmara de Bittancourt e Sá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, tomo IV, p.515-518, 1842.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: UNESP, 2005.

VARELA, Alex Gonçalves. O processo de formação, especialização e profissionalização do ilustrado Manuel Ferreira da Câmara (1783-1800). *Revista de História*. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Huumanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, n.155, 2º semestre de 2006, pp.223-260.



## **RESUMO**

A trajetória histórica do Ilustrado Manuel Ferreira da Câmara caracteriza-se pela associação entre os interesses políticos e a face de naturalista. No cargo público de intendente dos diamantes do Serro do Frio, Câmara teve uma atuação de extrema relevância no contexto da política do governo joanino, tendo à frente D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que buscava promover o desenvolvimento econômico do Brasil, por meio do fomento às atividades siderúrgicas. Câmara trabalhou intensamente para o projeto de desenvolvimento da indústria do ferro no Brasil. O objetivo central do artigo consiste em resgatar e analisar a atuação central do personagem para a aplicação firme e concreta dessa política econômica do governo de D. João.

Palavras-chave: **Manuel Ferreira da Câmara; siderurgia; governo joanino.**

## **ABSTRACT**

The historical trajectory of Illustrious Manuel Ferreira da Câmara is characterised by the association between political interests and his naturalist calling. In public office as Intendant of *Diamantes Serro do Frio*, Câmara had a role of extreme importance in the context of Dom João's government policy led by Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Minister of Foreign Affairs and War, that sought to promote the economic development of Brazil, by encouraging ironworking activities. Câmara worked intensely on Brazil's iron industry development project. The main objective of the article is to recover and analyse the central activities of Câmara towards the firm and concrete implementation of this Dom João government economic policy.

Key-words: **Manuel Ferreira da Câmara; steel industry; Dom João's government**

# As fontes em tempos de D. João: abastecimento de água e escoamento de esgoto no Rio de Janeiro oitocentista<sup>1</sup>

## Dilene Raimundo do Nascimento

*Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, Pesquisadora e docente do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, dilene@coc.fiocruz.br.*

## Matheus Alves Duarte da Silva

*Bolsista Provoç na Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz*

<sup>1</sup> Este artigo está inserido no projeto de pesquisa *O ambiente da Corte: o Rio de Janeiro visto pelos médicos (1798-1835)*, coordenado por Lorelai Kury, desenvolvido na Casa de Oswaldo Cruz.

## INTRODUÇÃO

Os problemas relativos à água no Brasil são inúmeros e atuais. As secas constantes no Nordeste, a construção de barragens e hidrelétricas, a falta de saneamento básico e de água encanada em grande parte do país e, atualmente, a questão da transposição do Rio São Francisco, são alguns deles. Não é de hoje, contudo, que a população brasileira, em especial a da cidade do Rio de Janeiro, se defronta com tais problemas.

Este artigo pretende mostrar as diversas dificuldades que se interpuseram ao desenvolvimento e ao povoamento da cidade relativos a esta problemática, focalizando o período de permanência da Família Real.

Com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, o Rio de Janeiro tornou-se palco de um significativo crescimento demográfico. Além dos 15.000 novos habitantes vindos do além-mar, a cidade passou a atrair toda espécie de pessoas, da nobreza aos mais simples trabalhadores, que se dirigiam à sede da Corte em busca de novas oportunidades. Amplificaram-se, dessa forma, os problemas já existentes em relação ao abastecimento de água e escoamento de águas pluviais e dejetos. No debate e na busca de resolução desses problemas, a medicina tem uma relevante função<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Sobre a constituição da medicina no Brasil, do período colonial até o surgimento da República, é fundamental a obra de MACHADO, MURICY, LUZ & LOUREIRO, 1978.

As poucas descrições médicas que temos da cidade no período pintam um quadro alarmante: insalubre, úmida, quente, abafada, em função da disposição de seus morros, do traçado das ruas, da localização dos cemitérios, dos pântanos, além dos costumes e asseio de seus habitantes.

Na concepção da época, o adoecimento e a saúde eram compreendidos como intimamente ligados aos hábitos de vida das populações e em decorrência

<sup>3</sup> Sobre a medicina do espaço urbano, ver FOUCAULT, 1979.

do ambiente. Havia uma forte crença nas influências do clima e do ambiente na saúde, nos temperamentos e humores. É nessa concepção que se inscreveu a denominada *medicina do espaço urbano*, que se caracterizava por três grandes objetivos: analisar os lugares onde poderiam se formar e se reproduzir as doenças (por exemplo, a questão da localização dos cemitérios); realizar o controle da circulação das coisas ou dos elementos, essencialmente a água e o ar, na medida em que esses eram considerados os principais fatores etiológicos das doenças, e organizar o esquadrinhamento dos diferentes elementos necessários à vida comum da cidade. Tratava-se principalmente do problema das fontes de água, do escoamento das águas pluviais e dos esgotos<sup>3</sup>. Os diagnósticos médicos da época quanto ao problema de insalubridade da cidade do Rio de Janeiro indicam que, apesar dos problemas de ordem natural, seria possível, com o socorro da arte, o controle dos hábitos, e com medidas gerais de reordenamento urbano, tornar a Corte um lugar habitável.

Dessa maneira, este artigo pretende discutir a questão das águas, seja a obtenção de água potável, seja o escoamento das águas pluviais, bem como o escoamento dos dejetos, na cidade do Rio de Janeiro, no período em que a Família Real aqui esteve (1808-1822). Analisaremos as estratégias adotadas, no sentido de atenuar a insalubridade da cidade, verificando como a população se posicionava e de que maneira instava seus governantes a resolverem esses problemas, assim como as medidas tomadas pelas autoridades públicas no encaminhamento dessas questões.

As fontes utilizadas nesta análise são cartas, jornais, relatórios médicos, relatos de viajantes, bem como obras historiográficas sobre o período estudado, que, na sua maioria, encontram-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). São também utilizadas imagens relativas ao período e mapas, também encontrados no Arquivo, de modo a facilitar o entendimento dos assuntos relacionados.

## 1. O SISTEMA DE ÁGUAS NO RIO DE JANEIRO

### ÁGUA POTÁVEL

Um dos problemas centrais que acompanhou o Rio de Janeiro, desde a sua fundação até a chegada da Família Real em 1808, foi a questão da água, tanto no que diz respeito à obtenção de água potável, ao escoamento das águas pluviais, quanto à drenagem e ao aterramento de regiões alagadiças.

A localização do primeiro sítio da cidade, no alto do morro do Castelo, já impunha dificuldades para os problemas acima descritos, principalmente a obtenção da água potável, pois dado que se encontrava em um lugar elevado e distante dos córregos, esta ocorria rusticamente através de poços artesanais. Com o crescimento populacional, o morro do Castelo foi sendo abandonado progressivamente em relação às várzeas. Com isso, a problemática do abastecimento aumentou consideravelmente, pois era necessária a obtenção de uma maior quantidade de água potável, de modo a suprir a população, uma vez que os poços já não conseguiam mais atender às necessidades satisfatoriamente (Cavalcanti, 2004).

A solução estava no distante rio Carioca, fonte abundante de água potável. A água inicialmente era transportada por aguadeiros e, a partir de 1723, pelo aqueduto da Carioca, que a trazia do rio até o chafariz, localizado no Largo de Santo Antônio. Concluído esse primeiro chafariz, outros começaram a ser construídos pelos vice-reis, de modo a aumentar a rede de abastecimento de água para uma cidade que crescia rapidamente e, até o momento da chegada da Corte ao Brasil, contabilizavam um total de onze. A construção do aqueduto remonta ao ano de 1617, quando a Câmara tomou as primeiras providências em virtude das necessidades da população (ibid.).

A importância do rio Carioca era tão grande para o abastecimento da cidade que havia uma legislação ambiental especial, de modo a proteger as águas que seriam usadas pela população, bem como a mata que as cercava. Tal procedimento fica evidente na carta de sesmaria concedida pela Câmara a Francisco de Pina em 1611, que impõe uma série de regras a serem cumpridas para a manutenção do rio:

*“Com tal que ele não fará prejuízo e água da dita carioca, antes a terá limpa como se requer e não plantará coisa alguma assim de roça como de bananais e legumes e as mais coisas que se plantam. Ao longo do dito Rio ficarão cobertas de mata virgem, o qual não se derrubará, nem se cortará de maneira que esteja sempre de pé, e quando servir-se do dito Rio com sua água assim pra beber e lavar a roupa fará na parte e lugar pra isso” (apud ibid., p.35).*

## ESCOAMENTO DAS ÁGUAS

Se, em 1808, o problema do abastecimento de água estava razoavelmente solucionado, o mesmo não se pode afirmar do seu escoamento. Antes da chegada da Família Real, a questão já era um problema e, à medida que a cidade aumentava, piorava. Desde o ano de 1798, o poder público já era alertado sobre os problemas que as estagnações da água, sendo elas fluviais ou pluviais, traziam para a cidade. Nesse ano, três médicos responderam a questões sobre as doenças “endêmicas” e “epidêmicas” da cidade do Rio de Janeiro, propostas pela Câmara, apontando soluções para diversos problemas da cidade, entre eles as doenças causadas pelas estagnações. Os três médicos que acolheram as indagações da Câmara foram Manuel Joaquim Marreiros, Bernardino Antonio Gomes e Antonio Joaquim de Medeiros. Tais relatos foram publicados no ano de 1813 pelo jornal *O Patriota*<sup>4</sup> e dão conta de diversos problemas que a cidade possuía por conta do escoamento precário, entre eles as doenças que se acreditava serem causadas pela estagnação das águas, como atesta o depoimento do Dr. Manuel Joaquim Marreiros:

*“O Rio de Janeiro, (...), ocupa lugar numa vastíssima planície que representando o fundo de uma baía, e circundada por uma cadeia de serras empinadas, mananciais de copiosíssimas águas, as quais, apesar de caudalosos rios, que as conduzem ao braço do mar, intrometido em forma de uma baía, em muitas partes estagnam, pela pouca inclinação do terreno, todo baixo, a respeito do nível do mar, evaporando-se lentamente por falta do movimento do ar: este degenera da sua pureza impregnado de água, hidrogênio e inflamável, proveniente dos charcos, (...), dispõe os corpos para as acrimônias particulares, matrizes de erisipelas, impingens, sarnas, edemas crônicos e da doença vulgarmente chamada de Mal de São Lázaro, de febres” (O Patriota, 1813 (1), 60).*

<sup>4</sup> *O Patriota* veio a público em 1813 e 1814 por meio da Imprensa Régia, instalada no Rio de Janeiro em 1808. Seu editor, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1778-1838), era, na época, o responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, espécie de órgão oficial do governo.

Não só a estagnação das águas dos rios era um problema para o Rio de Janeiro, mas também a dificuldade de escoamento das provenientes das chuvas. Isto era prejudicial ao clima da cidade, o que fica claro pelo depoimento do médico Bernardino Gomes à Câmara:

*“Segue-se mais que se devem ter por causas, ainda que mais remotas, as que fazem a umidade do clima. (...) A planície da cidade é também visível, que desta sorte não há escoante, ou esgoto para as águas das chuvas, e que, portanto tem estas de secar-se maiormente pela evaporação que exala o sol” (O Patriota, 1813 (2), 57-58).*

Outro documento que corrobora o prejuízo causado pela estagnação das águas é a Memória apresentada em 1816, pelo engenheiro João Manoel da Silva, intitulada “Regime das Águas”. Tal documento encontra-se atualmente no Arquivo

Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e nele o autor tenta mostrar como funciona o ciclo das águas no Rio de Janeiro e quais são os problemas causados por este, bem como propõe soluções, afirmando entre outras que são necessárias obras de aterramento na cidade para melhoria da saúde pública.

Sobre a estagnação e seus malefícios ele discorre:

*“entre o Vallongo e Sant’Anna, onde agora se abriram novas ruas ficam debaixo de água, e posto existem nelas por muito tempo lagoas, os quais não se esgotam senão pela evaporação causada pelo Sol. O quanto isto é prejudicial à saúde é claro e manifesto” (Silva, 1811, p.5).*

Ele finaliza o documento, ressaltando que se a obra proposta não for feita por pessoas competentes,

*“[a cidade] experimentará sempre catástrofes iguais à deste ano, e sofrerá todos os anos a epidemia de biliosas e intermitentes, precedidas das inundações das casas e das pútridas evaporações dos muitos e grandes pântanos que há dentro e fora da cidade” (ibid.).*

Segundo a concepção médica da época, e que era corroborada pelos três médicos, as águas estagnadas, principalmente as dos pântanos e charcos, eram prejudiciais à saúde, pois delas emanavam eflúvios e miasmas pestíferos – o que também fica claro na Memória de João Manoel da Silva –, que seriam capazes de contaminar a população com toda sorte de doenças. Para tanto, não faltavam medidas visando combater as águas estagnadas, entre elas propunham os médicos: o nivelamento das ruas de modo a facilitar o escoamento, o aterramento dos pântanos, e a construção e limpeza das valas. Dentre as medidas citadas, duas merecem destaque pela abrangência que obtiveram na cidade e suas consequências.

## **PÂNTANOS E CHARCOS**

Como já se viu anteriormente, aos pântanos e charcos existentes na cidade era creditada, em parte, a culpa por diferentes males que se abatiam sobre o Rio de Janeiro, principalmente um grande número de doenças. Por esta razão, a grande maioria dos médicos e encarregados da saúde pública achava que destruindo-os se resolveria grande parte do problema.

A relação entre o Rio de Janeiro e as terras alagadiças era antiga e remonta ao início do povoamento da cidade, uma vez que o sítio original encontrava-se sobre uma região de pântanos onde foi vital vencê-los de modo a poder se povoar a região. Somente na área central existiam cinco grandes lagoas, sendo elas:

Boqueirão, Sentinela, Desterro, Pavuna e Santo Antônio. O aterramento destas perfaz um total de duzentos anos, tendo a última — a do Boqueirão — sido aterrada no governo do vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e transformada no primeiro Passeio Público da cidade, em 1783.

Além das lagoas, outro grande entrave à colonização da cidade eram os pântanos. Antonio Joaquim de Medeiros foi bastante enfático ao responder à Câmara sobre as águas estagnadas na cidade do Rio de Janeiro:

*“as águas estagnadas, que apodrecendo pelo grande calor, exalam os mais pestíferos vapores. Somente os eflúvios, que emanam das águas encharcadas, que perenemente existem dentro da cidade, os vapores, que lançam as imundícies amontoadas nos largos e praças, e o grande fedor, que vem de uma grande vala, que se abriu para dar escoante as águas, mais que serve para despejo dos moradores circunvizinhos, bastariam para fazer do Rio de Janeiro endêmico, quanto mais concorrendo outra coisa mais poderosa, que as primeiras. O ar úmido e quente, que combinando-se com os eflúvios das imundícies fica mais alterado, mais corrupto, mais degenerado e mais capaz de produzir enfermidades” (O Patriota, 1813 (3)).*

Medeiros traça um quadro bastante desolador da capital do Brasil. Kury (2007, p.163) assinala que o editor de *O Patriota* teve a preocupação de ressaltar, em nota ao pé da página, que sua intenção ao publicar tais textos teria sido mostrar como grande parte das causas das doenças “se tem desvanecido depois que esta Cidade tem a honra de ser a Corte do Nosso Augusto Soberano”.

Os maiores pântanos existentes na cidade eram o de São Diogo e o de Pedro Dias, o primeiro localizado na Cidade Nova. A drenagem do mangue de São Diogo era imprescindível para a cidade, uma vez que esta se expandia e já não possuía novos lugares para habitar. Deste modo, por meio de sucessivos aterros e drenagens, o mangue foi parcialmente vencido ainda no século XVIII, já estando na época da chegada da Família Real em quase sua totalidade aterrado, existindo diversas habitações na região.

Já o de Pedro Dias estava localizado entre os morros de Santa Teresa, Senado e Pedro Dias Paes Leme. A localização deste pântano encontrava-se em uma área de grande crescimento populacional no século XIX, o que tornava a sua destruição vital, visto que, além de ser um impedimento à povoação, era um foco de doenças. Para seu arrasamento foram utilizadas as terras dos morros que o circundavam, o que já era previsto e solicitado pelo engenheiro João Manoel da Silva:

*“De quanto melhorará a saúde pública com esta obra [o aterramento do pântano] é indizível: basta dizer que se faz desaparecer o maior dos pântanos que há no meio da cidade, o qual existe todo ano exalando vapores pútridos e pestíferos. Para o aterro, a providencia pôs junto do grande pântano dois morros, que são o de santo Antonio e o de Pedro Dias Paes Leme”.*

Ainda em 1798, a destruição desta e de outras regiões pantanosas já era solicitada junto às autoridades, conforme fica claro no depoimento do Dr. Joaquim de Medeiros:

*“É da primeira necessidade que se dêem as últimas providências, para se secar, não somente das águas das chuvas, que se acham represadas dentro da cidade, e sem expedição para o mar, com as águas estagnadas pelas grandes marés nos arrabaldes da cidade. Por enquanto, não somente resultaria ao povo a destruição de uma causa constante e poderosa das enfermidades do País, a respeito dos lugares pantanosos, fermento de febres podres e intermitentes, senão que aproveitaria mais este terreno inculto e sem valia, quer para as casas, quer para a lavoura: o povo vai crescendo consideravelmente, e entretanto não tem a cidade lugar para onde se estenda que não seja pantanosa” (ibid.).*

## **2. O ESCOAMENTO DAS ÁGUAS E DOS DEJETOS**

Em uma época em que não existia sistema de esgotos nem, muito menos, de tratamento destes, havia apenas três soluções para o escoamento dos dejetos humanos no Rio de Janeiro, conforme lista o viajante inglês John Luccock.

A primeira, utilizada pelas casas não tão abastadas, consistia em acumular o lixo no pátio da residência esperando que as chuvas tropicais o levassem. A segunda, e muito pitoresca, era a utilização de escravos que deveriam carregar os dejetos em tinas levadas às costas e despejá-los na Baía de Guanabara. Tal solução obviamente era utilizada apenas pelos mais ricos, que podiam arcar com este serviço. À tina era dado o nome de “tigre” e aos negros que desempenhavam tal função era dado o nome de “tigreiro”, em virtude das listras brancas que se formavam em suas costas decorrente das queimaduras provocadas pela amônia e pela uréia, presentes nos dejetos e que eventualmente escorriam sobre eles (Gomes, 2007).

A terceira solução era derramar o lixo nas ruas que possuíam valas, ou nas próprias, e esperar que estas o levassem até o mar. Dada a facilidade e abundância delas, este se tornou o principal meio de despejo dos dejetos, bem como de outros materiais, conforme se verá a seguir.

É óbvio que todas estas três soluções transformavam a cidade num lugar insuportável para se viver, não só pelo cheiro que exalavam as ruas, por conta das imundícies ali presentes, bem como por todas as conseqüências que essas práticas acarretavam, tais como a multiplicação de ratos e baratas, e uma proliferação de doenças. Quem melhor resume o que era a cidade, nessa época, é o próprio John Luccock, pois para ele o Rio de Janeiro era “o mais imundo dos ajuntamentos de seres humanos de baixo do céu” (Luccock, 1975).



Sobre o escoamento dos dejetos, Manuel Joaquim Marreiros alerta que se deve evitar fazê-lo ao longo das praias, pois:

*“não havendo saída pela fraca ação da maré em tais sítios se exala o mais pestífero cheiro, em que todos experimentam, e menos nos diversos esterquilínios, que a miséria e a indolência continuamente fabricam” (O Patriota, 1813 (1), 62).*

Não faltavam, também, idéias que visassem acabar com esse problema, uma delas, sugerida pelo próprio Dr. Manuel Joaquim Marreiros, dava conta de:

*“Já tem sido lembrado o arbítrio das barcas que recebendo os despejos por pontes as mais extensas, que possível for, na hora da vazante, sejam conduzidas a reboque até fora da barra, por onde válvulas se desonem”.*

Além de muito custosa, a tecnologia da época não permitia a construção de tal engenho, o que foi determinante para que a idéia não fosse posta em prática. Sendo assim, no momento da chegada da Família Real, as formas mais “modernas” de escoamento de esgoto eram as mais conhecidas, sendo a principal delas as valas.

## AS VALAS

Se hoje em dia as valas são sinônimo de regiões subdesenvolvidas e com sérias deficiências ou total falta de saneamento, o mesmo não se pode dizer do Rio de Janeiro do início do século XIX. Nessa época, elas eram a grande solução para diversos problemas na cidade, como o escoamento de águas pluviais e dos dejetos da população, e eram consideradas um grande avanço técnico na resolução destas questões. Com esse objetivo, o povo instava seus governantes para a construção e a manutenção delas.

A primeira grande vala remonta à construção do aqueduto da Carioca e do chafariz no Largo de Santo Antonio. A quantidade de água que jorrava era tão grande que ultrapassava a demanda por ela e acabava transbordando e inundando a região do largo, transformando-o num grande lago. A região, portanto, tornou-se um criadouro de mosquito e um empecilho para aqueles que vinham se servir da água, o que obrigou à construção de uma grande vala, de modo a es-



Gravura de um escravo carregando uma tina de dejetos (acervo FBN).

coar esta água que sobrava para o mar. A esta rua, que abrigava a vala, foi dado o nome de rua da Vala, que hoje se estende pelas ruas Uruguaiana e do Acre, e que desembocava na Prainha.

Outra função a que serviram as valas foi dar escoamento aos pântanos enquanto eles não eram aterrados, conforme lembra o engenheiro José Manoel da Silva:

*“este escoamento [das águas do pântano] não se pode fazer se não por meio de valas espaçosas e multiplicadas enquanto não houver um canal onde vão dar, e enquanto se não fizer o aterro”* (Silva, op.cit., p.2).

A grande função, porém, a que serviam as valas era dar escoamento aos dejetos humanos ou à canalização das águas da chuva. Portanto, o período da estadia da Família Real no Brasil é o momento em que a necessidade das valas aumenta, em virtude do crescimento populacional e da tentativa de saneamento e embelezamento da nova capital do império português, por conta de D. João VI. Tal fato fica atestado pelo grande número de cartas enviadas pela população em geral, ao Senado, à Câmara ou à Sua Majestade, relativas às valas, durante este período.

Estas cartas perfazem um número superior a trinta, encontram-se no Arquivo Geral da Cidade e são excelentes fontes sobre o tema. Aqui será apresentado um número reduzido delas, com o objetivo de mostrar as principais temáticas que abordam e seus desdobramentos.

### **3. MANIFESTAÇÕES DA POPULAÇÃO CARIOCA ACERCA DA QUESTÃO DAS ÁGUAS E ESGOTO**

#### **OS ENCARREGADOS DAS VALAS**

Antes de se mostrar a relação da cidade com as valas é necessário entender como estas valas eram construídas e quem eram os responsáveis por sua realização. O trabalhador que primeiro atuava era o arquiteto do Senado. Cabia a ele vistoriar as terras em que seria construída a vala, traçar o plano no qual ela seria construída e, por fim, alinhá-la. Um bom exemplo das funções do arquiteto fica claro na seguinte carta, enviada por um deles ao Senado:

*“Principia a abertura da dita vala da frente das casas de Salvador de Tal Quintam, lhe atravessando a estrada, e procurando em linha reta, (...), que servira a dita vala nova para esgoto das águas que descem das pedras de Nossa Senhora da Glória e da estrada Real, encaminhando as águas da dita vala até a vala real”<sup>5</sup>.*

Outros que desempenhavam função crucial para a construção da vala eram os mestres valadores. A sua função se apresenta apenas nas primeiras cartas do período que vai de 1808 a 1821, e que são relativas aos pagamentos a serem feitos a eles e que não foram concluídos pela administração anterior à vinda de D. João. A primeira carta analisada é a do mestre valador Antonio Batista, que assim inicia:

*“Diz Antonio Baptista Coelho, que ele trabalhou na vala do mangue que vai ter em Mata-Porcos, cujo trabalho teve principio em 1805 até 1806, sendo procurador deste nobilíssimo Senado o cap. Leandro F. Feranco de Curi”.*

5 Extrato da vala que se acha de abrir no caminho e estrada, que vai de Nossa Senhora até o Catete.

Nela o autor suplica ao Senado que pague seus encargos que a época assim foram combinados em cinco mil cento e vinte réis por braça de vala escavada. Atendendo às súplicas de Antonio Batista, o procurador encarregado destas questões, após receber a ordem por parte de Sua Majestade, ordena o pagamento do que lhe é devido.

Com esse pequeno fragmento procura-se mostrar dois fatos. O primeiro deles, da importância que era dada às valas, chegando elas a possuírem trabalhadores especializados em sua realização, os Mestres Valadores. Outro ponto para o qual se deve chamar a atenção é quem arcará, neste primeiro momento, com a dispendiosa tarefa de abrir as valas, expediente do qual não se encarregará a população, mas sim o governo, o que já fica claro com esta carta, mas que se verá com mais profundidade à frente. As cartas dos mestres valadores são poucas, pois buscam acertar os problemas causados pela mudança de administração, o que não se repetirá nos próximos anos. As cartas que vêm em seqüência são, em sua maioria, da população instando sobre diversos temas, conforme se verá a seguir.

## AS CARTAS DA POPULAÇÃO

“Senhor,

*Dizem os edificadores dos prédios que se estão construindo de novo no Bairro da Glória e Caminho do Catete, que representando ao Senado da Câmara a necessidade que havia de se abrir uma nova vala, para escoamento das águas que vem do morro da Pedreira, por terras da viúva do tenente coronel Antônio Cardoso Ramalho da qual nenhum prejuízo se causa a supra citada, antes é de utilidade absoluta ao Público, foi o mesmo Senado servido mandar proceder a vistoria, a qual se efetuou como consta o documento junto, sendo alinhada a dita vala pelo respectivo arquiteto, pelo mesmo Senado ter confirmado a utilidade que fazia aos requerentes, ao bem publico, porém sucede a supra citada não querer estar pelas determinações do Senado da Câmara e continua com embargos a obra dos representantes; e como Real Senhor, aos supra citados causa um grande prejuízo, ao entrarem em contestações de demandas, não só pelo prejuízo que lhe causa de já terem a*

*dita Vala principiada, mas também pelo prejuízo do bem Público, por isso não podem deixar de rogar a bem conhecida Grandeza de Vossa Majestade se digne em dar por efeito de benevolência seja válida e expectada a vistoria que o Senado da Câmara procedeu sem mais impedimento algum, visto ser justo, a bem dos supracitados, do público e não causará prejuízos à supracitada, portanto.*

Rio de Janeiro, 1816” (Carta relativa à vala do Catete, 1816).

A primeira carta, que aqui se apresenta na íntegra, é o melhor exemplo de diversos fatos que se quer abordar. Em primeiro lugar, a importância das valas. O lugar onde esta está sendo construída é no bairro do Catete, sendo este ainda novo e tendo sua ocupação se iniciado nesta época, carecendo, portanto, de diversas obras de infra-estrutura, entre elas a vala. Julgando apenas o que está contido na carta, esta vala serviria somente para dar escoamento às águas da chuva e, ao menos à primeira análise, não seria utilizada para os dejetos. Esse escoamento das chuvas se fazia necessário, uma vez que estavam sendo construídas habitações e aquelas, por não estarem canalizadas, arrasariam as construções. Contudo, é necessário analisar a recusa da proprietária do terreno por onde a vala passaria. Não sabemos se só o fazia por implicância aos edificadores ou pelas conseqüências que a vala traria para o seu terreno. Logo, é possível conjecturar que a referida vala também seria usada para carregar os dejetos, fato esse muito comum.

Outro ponto de profunda importância que se encontra nessa carta são os papéis desempenhados pela população, pelo Senado e por Sua Majestade. O papel da primeira é evidente, já que é de uma parcela dela que sai a carta, pedindo pela realização de benfeitorias, no caso a permissão para a construção da vala. No entanto, esta não será feita pelo Senado nem por Sua Majestade, como era inicialmente e conforme já foi mostrado, mas sim, nesse caso, pelos próprios edificadores. Coube ao Senado apenas a parte técnica, que incluiu a vistoria do terreno, o alinhamento da vala – o que foi feito pelo arquiteto do Senado –, a confirmação da necessidade da construção e, por fim, a liberação da obra. Ficou a cargo, neste caso, de Sua Majestade a resolução desta pequena desavença entre vizinhos. O que fica claro com isto é que a Câmara, que outrora concorria com todos os passos da construção da vala, passa a ter um caráter secundário, já que agora se tem a figura do monarca para resolver esta pendência. O final desta contenda encontra-se em outra carta dirigida ao mesmo Senado.

*“Dizem os edificadores dos prédios do caminho do Catete que tendo Sua Majestade expedido aval sobre a vala do dito caminho o 1º em 9 de janeiro e o 2º em 30 de março do presente ano, como consta no copiadador das reais ordens neste Senado a folhas do 27º se acha no segundo requerimento em que sua majestade manda que vossas excelências informem o conteúdo da mesma para que assim se execute, portanto, os supracitados” (ibid.).*

1816  
Valle Catete

Senhor

34



**Summa de Especificações dos Pedreiros**  
 que se estáo executando de novo no Bairro da Pina, e Cami-  
 nha de Catete, que requerendo ao Sumado da Camara a  
 necessidade de se fazer de novo uma nova Walla para expre-  
 cao das terras que vem do nome do Caburo, por terras da  
 Chica de Almeida Coronel Antonio Cardoso Namalho da  
 qual nenhum prejuizo se causa a S. Magestade, antes he de utilidade  
 de absoluta a Publico, foi em esse Sumado sendo mandado  
 proceder a dita obra, a qual se effectuou como consta do Docu-  
 mento junto, sendo alinhada a dita Walla pelo Vispitero  
 e Regente, pelo mesmo Sumado ter confirmado a utilidade  
 que foria ao requerente, ao bem publico, por se mandar a  
 S. Magestade nas guiza esta pelo Parlamento das de Suma-  
 do da Camara, e continua com embargo a obra dos Re-  
 querentes, e como Real Senhor ao S. Magestade  
 causa hum grande prejuizo, e entraram em contestação  
 de ditos pedreiros, nao se pelo prejuizo que lhe causa a dita  
 terra solida Walla por se fazer, mas tambem, pelo  
 prejuizo do bem publico, por se nao podem desgrar de  
 pagar a bem conhecida obrando de obra da  
 Justiça, e de se pagar por effeitos de bene-  
 volencia se a Walla se executou a dita obra q. se mandou  
 da obra se proceder sem mais impedimento algum  
 esta em justo ao bem da S. Magestade, do publico, e ao  
 prejuizo a dita obra

Carta relativa à vala do Catete (acervo AGCRJ).

Ao Senado não restava apenas a função de construir, ou de autorizar a construção. Cabia a ele também cuidar da manutenção da vala e coibir as irregularidades. Duas cartas mostram exatamente isso. A primeira, que parte da população, apresenta o problema por que passa a vala. A segunda é a resolução do arquiteto para esta contenda.

*“Dizem os moradores do Rocio da Cidade Nova, que do lado direito da vala se acha edificada a casa de Luis Pereira de tal, e que tendo este o officio de vender madeira, tem posto um grande prejuízo na dita vala, porque arrastando as balsas de madeira desde a ponte de Mata-porcós, tem escalavrado de um lado e de outro a vala, que se acha quase rasa com lugar destinada as caldeiras, tem feito com o trafico das suas madeiras rombos na praça, (...) por conseqüência estourado o lugar da dita caldeira, que se acha ao nível do maior terreno...”* (Carta relativa às Valas da Cidade, 1830).

*“A vala de que trata este requerimento não é vala, mas sim canal, feito bem ou mal para a condução de gêneros para dentro da cidade, e a condução por ele de barcas ou balça de madeira, não pode em nada ter concorrido para a ruína do dito canal as chuvas e a maré no seu fluxo e refluxo é que tem de feito os lados, pois que são de terra e por isso o referido canal se acha raso; pelo que no a caldeira quem fez o requerimento não sabe o que é isso, é porque naquele sitio nunca houve caldeira, nem há intenções dela se fazer. Pelo que diz respeitos as águas irem arruinando a Praça é verdade porque dela se tem tirado areia para diferentes obras, sendo uma delas a Praça dos Foeiros, e como as águas acham mais baixo o centro da praça, acodem ali e no fim da dita junto do canal tem feito sua escavação, mas esta seria maior se a madeira a que se atribui a ruína não obstasse a ser tão veloz a correnteza das águas das enxurradas das ruas que desembocam na praça, e as pedras que o supra citado tem deitado na escavação, pra desviar a corrente das ditas águas ; finalmente este é dos requerimentos urdidos pelo desejo de fazer mas como se deve enferir por não apreciar nele outro nome mais que o daquele em quem se quer dar: é o que a semelhante respeito posso dizer a vossa excelência.*

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1820.

José Joaquim Sant’Anna” (ibid.).

Como se pode ver, coube ao Senado averiguar a denúncia da população e enviar um arquiteto ao local, de modo a constatar se a reclamação procedia ou não. Neste caso, a queixa não correspondia à verdade, segundo o arquiteto, mas caso correspondesse caberia ao Senado ordenar medidas visando a manutenção da vala.

## CONCLUSÃO

A título de conclusão, são ressaltadas várias das questões discutidas ao longo do artigo. A primeira delas trata dos problemas relativos à obtenção de água potável e que continuam atuais, tanto no Rio de Janeiro como no Brasil. Se hoje em dia as secas e as dificuldades de obtê-la ainda atormentam milhares de brasileiros, o mesmo ocorria no Rio de Janeiro dos séculos passados e foram as obras realizadas pelo povo e pelo poder público, para uma melhora na sua obtenção, que permitiram que a habitação da cidade se tornasse viável e se concretizasse.

Assim como alguns problemas, infelizmente, algumas soluções e hábitos ainda continuam atuais. Se hoje em dia os “tigres” se tornaram caricaturas daquela época e conferem um caráter pitoresco quando não cômico, o mesmo não se aplica às valas. Conforme foi mostrado, no Rio de Janeiro oitocentista elas eram consideradas uma grande revolução sanitária, pois solucionavam um grave problema da cidade, que era o escoamento não só das águas, mas dos dejetos. Passados duzentos anos, elas ainda são realidade para inúmeras pessoas em bolsões de miséria de todo o mundo, e não apenas do Brasil. Na cidade, elas ainda se encontram presentes em diversas comunidades, sendo, como no passado, a única forma de dar despejo ao lixo e aos dejetos.

Outro ponto crucial do artigo se concentra nos problemas causados à população pela precariedade do saneamento e do escoamento dos dejetos. Assim como nos dias de hoje, bastava uma chuva um pouco maior do que o esperado para que os rios e as valas transbordassem e as casas próximas fossem totalmente inundadas. Tal como hoje, as pessoas perdiam grande parte de seus bens e estavam sujeitas a uma série de doenças, sendo que muitas dessas continuam a existir na cidade, não tendo sido erradicadas.

Se por um lado esses problemas eram gravíssimos, por outro não faltavam vozes para tentar solucioná-los. Neste artigo, foram utilizados apenas os relatos dos médicos Antonio Joaquim de Medeiros, Bernardino Gomes e Manuel Joaquim Marreiros, e o do engenheiro João Manuel da Silva. Mas, como eles, existiram vários outros que tentavam melhorar as condições de vida dos habitantes e que propuseram uma série de soluções.

No entanto, um dos pontos principais do artigo é mostrar a relação entre o povo e o poder público na questão das águas e de que maneira eles atuaram nessa questão. Conforme foi mostrado, as principais obras de que necessitava a cidade, como o aqueduto da Carioca, eram assaz caras para que a população as fizesse e, portanto, foram realizadas praticamente todas com o capital público. Outras, como as valas, eram realizadas conjuntamente, algumas eram feitas praticamente em sua totalidade com o dinheiro do Senado, outras eram feitas pelo povo, cabendo ao Senado a função de apenas fiscalizar.

Por último e, também, o ponto mais importante, é a relação de tudo o que foi abordado neste artigo com a Família Real. O presente estudo não se preocupou em abordar somente o que a Família Real ou D. João VI fez para a cidade, que obras foram realizadas por ele e que tiveram o intuito de sanear a cidade. O mais importante a ser analisado é de que maneira a vinda da Família Real para o Brasil, e a conseqüente instalação da capital do império lusitano no Rio de Janeiro modificaram a cidade e geraram conseqüências na problemática da água. Tais fatos podem ser vistos de diversas maneiras, tanto no aumento de habitações e no conseqüente aumento das valas, quanto na destruição de pântanos que impediam a cidade de se expandir, ou no aumento de chafarizes e de fontes pela cidade, visando uma melhor distribuição do abastecimento de água. Todos esses eventos estão direta ou indiretamente ligados à Família Real. Se esta concorreu ou não é uma outra análise a ser feita, pois existiram casos em que o rei teve papel principal, seja resolvendo contendas ou ordenando a instalação de valas, e outros em que ele teve um papel de espectador, cabendo muito mais ao Senado as decisões. Um fato, porém, é inegável: a presença da Família Real no Rio de Janeiro provocou muitas mudanças na cidade, seja por um aumento do contingente populacional, seja pela necessidade de atenuar a insalubridade reinante e tornar a cidade mais adequada à sua nova função de capital do império português.

## **Fontes**

Documentos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro:

SILVA, João Manuel, "Regime das Águas. (CÓDICE 39-1-36: Águas na Cidade do Rio de Janeiro -1811).

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830)

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830): Despesas, Vala do Mangue, 1808

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830): Extrato da vala que se acha de abrir no caminho e estrada, que vai de Nossa Senhora até o Catete.

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830): Vala Catete, 1816.

Código 50-3-58: Documento: Valas (1793-1830): Valas da Cidade 1820.

O Patriota, 1813.

## **Bibliografia**

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 79-98.

GOMES, Laurentino, 1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

KURY, Lorelai. Descrever a Pátria, Difundir o Saber. In: KURY, Lorelai (org.). *Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Itatiaia, 1975.

MACHADO, R.; MURICY, K.; LUZ, R. & LOUREIRO, A. *Danação da norma - medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.



## **RESUMO**

Este artigo pretende discutir a questão das águas, seja a obtenção de água potável, seja o escoamento das águas pluviais, bem como dos dejetos, na cidade do Rio de Janeiro, no período em que a Família Real aqui esteve.

A essa época, a cidade do Rio de Janeiro era, segundo relatos médicos, insalubre, úmida, quente, abafada. A construção de chafarizes e aquedutos, a abertura de canais e valas foram algumas das estratégias adotadas, tanto pela população, quanto pelos governantes, para melhorar a condição insalubre da cidade. Para essa análise são utilizadas cartas, jornais, relatórios médicos, relatos de viajantes, bem como obras historiográficas sobre o período.

Palavras-chave: **sistema de águas, saneamento, Rio de Janeiro, século XIX**

## **ABSTRACT**

This article intends to discuss matters related to water, either in obtaining drinking water, or drainage of rainwater and sewage in Rio de Janeiro, during the period the Portuguese royal family was established there.

At that time, accordingly to medical reports, the city was unhealthy, humid and hot. The construction of fountains and aqueducts and the opening of canals and channels were some of the strategies used both by the people and the government to improve the city's sanitary conditions. Contemporary letters, newspapers and medical reports were used to make this analysis, as well as traveler's journals and historical works.

Key-words: **Water system; sanitation; Rio de Janeiro; nineteenth century**

# Um tiro contra o Imperador

**José Sacchetta Ramos Mendes**

*Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), sacchett@usp.br.*

Os últimos dias do reinado de Dom Pedro II envolveram os portugueses radicados no Rio de Janeiro no debate sobre o fim da monarquia e a instituição de uma nova forma de governo. O ambiente político pós-abolição da escravatura favorecia os opositores do regime e combinava-se com o crescimento da propaganda republicana em Portugal, aproximando da discussão alguns setores da comunidade imigrante lusa. Não que entre os brasileiros o tema provocasse grande efervescência. Ao contrário, a historiografia em geral admite que a Proclamação da República foi vista com indiferença por boa parte da população e aponta que o Império vivia, na época, o seu auge de popularidade. Talvez por isso tanto os militares quanto os civis que depuseram o Imperador trataram-no com cortesia e, distinto de outros movimentos antimonárquicos, resguardou-se a integridade dos membros da Família Real até o seu embarque para o exílio na Europa.

Um único episódio de ultraje explícito a Dom Pedro II aconteceu quatro meses antes, na noite de 15 de julho de 1889, por volta das 23 horas, quando, ao sair do Theatro Sant’Anna, um dos principais da capital, o Imperador foi abordado por um jovem imigrante português ao grito de “viva a República!”. O rapaz correu em seguida para a porta do café Maison Moderne, nas proximidades, e dali disparou um tiro de revólver para o alto, assustando a pequena multidão que saía da casa de espetáculos.

Noticiado em tons graves pela imprensa governista carioca, “atentado à vida do rei”, “regicídio”, o caso assumiu proporção extraordinária. Adriano Augusto do Valle, o autor do disparo e do grito de rebeldia, tinha vinte anos de idade e emigrara de Portugal aos oito. A condição de estrangeiro e a naturalidade lusitana ressaltavam, inicialmente, mais que suas idéias políticas, o que teria levado as autoridades consulares lusas a recear que o acontecimento “acendesse as antigas paixões ou os antigos ódios dos brasileiros contra os portugueses residentes no Brasil”<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A correspondência da Legação Diplomática portuguesa no Rio de Janeiro com sua chancelaria em Lisboa guarda acervo significativo sobre o episódio contra o Imperador Dom Pedro II, ocorrido quatro meses antes da Proclamação da República no Brasil. É notório que a documentação de polícia e de imprensa sobre o caso não tenha sido reunida à época por autoridades brasileiras. Ofício reservado nº 10 de Duarte Nogueira Soares, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Henrique de Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; Rio de Janeiro, 25.07.1889; Legação Diplomática de Portugal, correspondência recebida, 1888/1889, caixa 222, maço 8, Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Na noite fatídica, segundo o editorial assumidamente pró-republicano da *Gazeta de Notícias*, “foram transmitidos telegramas para todas as províncias do Império, para as duas Américas, para as regiões cultas da África, para todas as nações da Europa. O cabo submarino estremeceu durante horas, sentindo-se veículo de nova tão aterradora” (ibid., anexo nº5 ao ofício reservado nº10). Assim, os jornais oposicionistas buscavam, cada um a seu modo, dimensionar o fato como um gesto de irreverência juvenil, cuja reação se transformara em histeria do governo imperial e de seus aliados na Legação Diplomática portuguesa.

Qualificado como delito contra o Imperador, um caso de polícia, o evento evoluiu rapidamente para o confronto entre monarquistas e republicanos, entre as idéias de ordem e as de subversão ao regime. A imputação do atentado a um grupo político deslocava o seu foco, ou, antes, o ampliava. “A nacionalidade portuguesa não pode de modo algum ser lastimada pelo acidente de origem do jovem presumido criminoso”, escreveu a *Gazeta de Notícias*. “O desacato que sofreu o chefe de Estado (...) só pode ser levado à conta daqueles que, a todo transe, procuram indispor e vilipendiar o nosso partido”, alertou o jornal *A Republica*, porta-voz oficioso da oposição antimonarquista.

Uma ordem publicada no dia seguinte pelo chefe da 1ª Delegacia de Polícia do Município Neutro determinou que não fosse mais tolerada desobediência a “disposições legais que criminalizam e punem os gritos sediciosos, designadamente o de ‘viva a República’”<sup>2</sup>. A medida proibitiva havia sido lançada dois meses antes, sem repercussão, após um ataque verbal contra o Conde D’Eu, marido da Princesa Isabel. Ela mesma teria assistido a uma cena de gritaria a favor da República, na véspera do incidente em presença do Imperador (*Diário do Commercio*, 17.07.1889).

<sup>2</sup> Trechos do registro policial da ocorrência contra o imperador encontram-se no Relatório de Bernardino Ferreira da Silva, chefe de polícia da 1ª Delegacia do Município Neutro [16.07.1889], anexo nº 1 ao Ofício Reservado nº 10 citado.

O Visconde de Ouro Preto, presidente do gabinete ministerial do Império, e Candido de Oliveira, seu ministro da Justiça, informaram à diplomacia de Lisboa na Corte que Adriano Augusto do Valle, caixeiro desempregado e aparentemente inofensivo, fora instigado a cometer seu ato por dois notórios agitadores do republicanismo, recém-chegados ao Rio de Janeiro: Germano Hasslacher e João Carlos Pardal Mallet, ambos naturais do Rio Grande do Sul, formados nos cursos de Medicina e Direito, na Bahia e em Pernambuco, respectivamente. Pardal Mallet mudara-se para o Rio de Janeiro em 1888, tornando-se colaborador de diversos jornais, como a *Gazeta da Tarde*, a *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias*. O relatório da Delegacia de Polícia sobre a ocorrência, porém, não mencionava seu nome nem o de Hasslacher e indiciou apenas o imigrante português.

Entre as versões difundidas na época, Adriano Augusto do Valle só teria sido capaz de agir depois de se embriagar com absinto, bebida à qual não estaria

acostumado. Álcool e companheiros de má índole política justificariam o ato do jovem, de quem, aliás, não se conhece a palavra. Os jornais não trataram de ouvi-lo, nem divulgaram o teor do seu depoimento tomado pela polícia. Foi o próprio Dom Pedro II quem procurou minimizar publicamente a importância do ocorrido e livrar o rapaz, descartando caracterizá-lo como parte de uma trama para sua deposição: “não foi nada, foi um tiro de louco!” (Dom Pedro II apud *Gazeta de Notícias*, 22.07.1889), teria exclamado, na tentativa de encerrar o caso.

No interior da comunidade portuguesa do Rio de Janeiro, Duarte Nogueira Soares, diplomata responsável pela Legação de Portugal, convocou uma assembléia com o que considerava “os membros mais conspícuos da colônia, a fim de votar uma moção manifestando a mágoa de todos por tão lamentáveis fatos” (Soares, 1889). No dia 24 de julho de 1889, dezenas de pessoas se reuniram no salão principal do Real Gabinete Português de Leitura, no centro do Rio, para definir o posicionamento que a coletividade deveria assumir.

O número de portugueses presentes no encontro, “mais de três mil”, segundo foi divulgado, impediu à maioria de entrar no recinto<sup>3</sup>. Formou-se uma aglomeração barulhenta na rua Luís de Camões, em frente ao prédio novo do gabinete, inaugurado dois anos antes. Na descrição do *Diário de Notícias*, que circulava no Rio de Janeiro, o Real Gabinete Português de Leitura figurava

*“um edifício de gosto manuelino, talhado no mármore, rendilhado em delicadas fantasias da escultura, enobrecido pelas estátuas dos heróis dos séculos ilustres de Portugal, [a] erguer-se do solo desta capital e perpetuar a memória da imigração, que foi nossa compatriota, antes de ser nossa irmã”* (anexo s/n<sup>o</sup> ao ofício n<sup>o</sup> 25).

<sup>3</sup> Além do relato do diplomata Duarte Nogueira Soares, os diários cariocas *Gazeta de Notícias* e *Tribuna Liberal*, de 26.07.1889, e o *Jornal do Commercio* de 29.07.1889 informaram a presença de três mil pessoas reunidas na assembléia e na concentração em frente ao Real Gabinete Português de Leitura, no centro do Rio.

Com efeito, era o local apropriado para o tom solene que se imprimia ao debate.

Em seu relato sobre a realização da assembléia, Duarte Nogueira Soares escreveu que “vários portugueses dos mais antigos no Rio de Janeiro me disseram que não tinham visto aqui reunião tão luzida, pelo número e, sobretudo, pela qualidade das pessoas assistentes”. Mas o ministro reconhecia que nem todos tinham a mesma postura quanto aos fatos do dia 15 de julho contra o Imperador, nem à atitude a se tomar perante o seu autor.

Dissidência ativa contra a necessidade de a representação diplomática se posicionar sobre o atentado era instigada por Raymundo Capello, ex-cônsul de

Portugal na Bahia e no Maranhão. Durante a assembléia no Real Gabinete Português de Leitura, Capello colocou em dúvida a culpabilidade do jovem acusado. Não conseguiu convencer a maioria, nem pôde impedir que se aprovasse por aclamação um documento, escrito por Nogueira Soares, recriminando Adriano Augusto do Valle como “louco e alucinado” que “bebera as idéias subversivas, as ruins paixões ou os incentivos que lhe perverteram o senso moral ou lhe turvaram a razão” (anexo nº3 ao ofício reservado nº10). A divergência entre os portugueses foi ao auge quando o antigo cônsul em Salvador e São Luís abriu uma subscrição pública, entre os seus conterrâneos, a favor de Adriano Augusto do Valle e contra a situação que denominou “simulacro de atentado” (ibid.).

Para Duarte Nogueira Soares,

*“os republicanos, temendo, e com razão, que as ocorrências do dia 15 dêem força ao partido monárquico, procuram tirar-lhe toda a importância e gravidade, alegando que fora uma farsa inventada pela polícia para justificar as medidas repressivas que o governo adotou e projeta adotar”* (Soares, 1889).

Em artigo na *Gazeta de Notícias*, o redator-chefe José Ferreira de Souza Araújo – notório militante abolicionista nos anos anteriores, agora divulgador da República – atacou a reunião realizada no Real Gabinete Português de Leitura e censurou o diplomata Duarte Nogueira Soares por se posicionar a respeito de questões da comunidade emigrada: “esquecendo a sua posição de representante de Portugal e, portanto, de todos os portugueses, constituiu-se chefe de colônia ou de partido, colocando-se em antagonismo com as idéias e os sentimentos de muitos dos seus mesmos compatriotas” (Ferreira de Araújo, anexo nº1).

Grave também, para o jornalista, era a intromissão em assunto interno do Brasil, o que em sua visão bastava para demonstrar que Nogueira Soares tornara-se “parte tão íntima no acontecimento” e representava “uma Corte parente” que enfrentava, ela própria, a questão republicana em seu país. Ferreira de Araújo foi, por fim, incisivo ao dizer que o diplomata português “rasgou na praça pública as suas credenciais de representante oficial do seu país no Império do Brasil, para tornar-se cabeça de uma facção contra uma parte dos cidadãos brasileiros” (ibid.).

Joaquim Saldanha Marinho, redator da *Columna Republicana*, publicada no jornal *O Paiz*, foi outro que investiu contra a reunião no Gabinete de Leitura. Em sua opinião, o evento constituiu aberto desrespeito ao princípio do direito internacional inibidor da intervenção de diplomatas em assuntos internos dos Estados. Saldanha Marinho era presidente do Partido Republicano brasileiro. A seção do jornal em que escrevia era seu espaço de expressão política. Nele, passou a

acusar Duarte Nogueira Soares de falar indevidamente em nome dos imigrantes lusos: “(...) qual dos seus patrícios o autorizou a fazer dos portugueses residentes a famosa *muralha de bronze* defensora da monarquia?” (Marinho, anexo nº 2).

No bojo da crítica publicada em *O Paiz*, a nacionalidade de Adriano Augusto do Valle deveria ser desconsiderada. Para o jornal, um imigrante luso não se diferenciava de um nacional brasileiro. “Nós e os portugueses aqui residentes formamos como que uma só família”, argumentou o líder republicano, evocando o pressuposto laço de parentesco dos dois povos para pedir abertamente ao governo de Lisboa que destituísse Duarte Nogueira Soares de suas funções no Rio de Janeiro. A poucas semanas da Proclamação da República, Saldanha Marinho não perdeu a ocasião para divulgar a proposta de naturalizar coletivamente os estrangeiros radicados no país, diretriz que no seu entendimento reforçaria as bases nacionais do “povo brasileiro”:

*“Viesse, o quanto antes, a grande naturalização e, então, irmanados plenamente, brasileiros e portugueses aqui residentes, formando um só povo, com idênticas aspirações, e a democracia nesta terra se levantaria como um gigante, esmagando para sempre os velhos preconceitos, a hipocrisia e os governos dinásticos” (ibid.).*

Os termos do debate ecoaram forte para além da Corte, destacando-se a publicação de um artigo de Rangel Pestana no jornal *A Província de São Paulo*, na capital paulista, em protesto à alegada intromissão do ministro lusitano nas atividades partidárias de seus súditos no Brasil. Por um estranho caminho, o episódio de desacato ao Imperador conduziu a imigração portuguesa à berlinda do noticiário sobre estrangeiros, no momento em que sua importância numérica havia se tornado relativamente secundária. Assistia-se, então, ao auge do desembarque de italianos nos portos brasileiros, inclusive no Rio de Janeiro. No ano anterior, 1888, entraram no país cinco vezes mais imigrantes da Itália que de Portugal. Pela primeira vez na história étnico-demográfica do Brasil a nacionalidade portuguesa era largamente sobrepujada por outro grupo imigrante europeu.

Quando a poeira baixou e o noticiário sobre o desacato ao Imperador desapareceu das páginas dos jornais, o Visconde de Ouro Preto, chefe do último gabinete ministerial do Império, fez o anúncio do desejo manifestado por Dom Pedro II de conceder comenda de honra, união e lealdade a alguns súditos portugueses residentes na sede da Corte, “para tornar evidente que aqueles acontecimentos [o atentado de 15 de julho] não alteravam os sentimentos de amizade entre os dois povos irmãos” (Soares, 1889). O ministro plenipotenciário e conselheiro Duarte Nogueira Soares foi um dos escolhidos, com destaque e notoriedade, para receber a Grã-Cruz da Ordem da Rosa das mãos do Imperador.

Quebrava-se ali um protocolo estabelecido décadas antes pelo próprio Dom Pedro II, que até então jamais havia agraciado um chefe de missão estrangeira creditado no Brasil, senão no momento de sua partida do país. O sentido do ato inédito para com o diplomata português não chegou a ser explicitado pelas autoridades do Rio de Janeiro, para além da afirmação da antiga e conhecida retórica da fraternidade luso-brasileira. A menos de quatro meses da derrocada do Império e da Proclamação da República, o gesto cerimonial do Imperador pode ser compreendido à luz da atuação de Duarte Nogueira Soares no episódio contra o último Imperador, em defesa política da monarquia no Brasil – não em seu foro diplomático, o que de fato não lhe cabia a competência, como assinalava a imprensa republicana, mas sim junto ao complexo emaranhado social que envolvia a imigração de Portugal e o regime de governo vigente nos dois países.

### **Fontes de arquivo**

Ofício nº25 de Duarte Nogueira Soares, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Henrique de Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; Rio de Janeiro; Legação Diplomática de Portugal no Rio de Janeiro, correspondência recebida, 1888/1889, caixa 222, maço 8, AHD-MNE.

Anexo s/nº: Recorte de jornal. Editorial “Gabinete Portuguez de Leitura” do *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10.09.1889, s/nº. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Ofício reservado nº10 de Duarte Nogueira Soares, ministro plenipotenciário de Portugal no Brasil, a Henrique de Barros Gomes, ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; Rio de Janeiro, 25.07.1889; Legação Diplomática de Portugal no Rio de Janeiro, correspondência recebida, 1888/1889, caixa 222, maço 8. AHD-MNE.

### **Anexos diversos ao Ofício reservado nº10:**

a) Anexo nº1a: Relatório de Bernardino Ferreira da Silva, chefe de polícia da 1ª Delegacia de Polícia do Município Neutro [16.07.1889];

b) Anexo nº1b: Recorte de jornal. Editorial “O Sr. Ministro Portuguez”, de José Ferreira de Souza Araújo, na *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro [28.07.1889];

c) Anexo nº2: Recorte de jornal. Editorial “A colonia portugueza, o Brazil e o Sr. Ministro

de Portugal”, de João Saldanha Marinho, publicado na “*Columna Republicana*” em *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28.07.1889;

d) Anexo nº3: Discurso do diplomata Duarte Nogueira Soares proferido em assembleia no Real Gabinete Portuguez de Leitura, Rio de Janeiro, 24.07.1889. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 25.07.1889.

e) Anexo nº5: Recorte de jornal. Editorial “Chronica da Semana” da *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro [22.07.1889];

f) Anexo nº6: Carta de Raymundo Capello, ex-cônsul de Portugal em Salvador (BA) e São Luís (MA). Recorte de jornal. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro [26.07.1889];

g) Anexo s/nº: Recorte de jornal. *Diário do Commercio*, Rio de Janeiro, 25.07.1889.

### **Bibliografia**

BRASIL. Decretos do Governo Provisório da Republica dos Estados Unidos do Brazil, 1889/1891. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e o Brasil, 1808/2000*. Lisboa: Instituto Camões, 2000.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República*. 7ª ed. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA LEITE, Joaquim da. Emigração portuguesa: a lei e os números (1855/1914). *Análise Social*, Lisboa, n° 97, 1987, pp. 463-80.

HOWELL, Martha; PREVENIER, Walter. The source: the basis of our knowledge about the past. In: *From reliable sources: an introduction to historical methods*. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo/ Lisboa: Hucitec/ Instituto Camões, 2001.

## **RESUMO**

Os últimos dias do Império no Brasil envolveram os portugueses radicados no Rio de Janeiro no debate sobre o fim da monarquia e a instituição do novo regime. Um momento-chave se deu em julho de 1889, quando um jovem imigrante português abordou Dom Pedro II ao grito de “Viva a República”, disparando em seguida para o alto com uma arma. Este trabalho propõe uma narrativa do episódio a partir do noticiário dos jornais cariocas, segundo as duas visões que dividiam a imprensa da época entre republicanos e monarquistas, oposição e governo. Entre as fontes documentais consultadas na realização desta pesquisa estão textos de leis, decretos e outros atos normativos, coleções de jornais e, destacadamente, a correspondência diplomática luso-brasileira, que guarda parte significativa do material jornalístico publicado sobre o tema nas semanas seguintes ao ataque contra o Imperador.

Palavras-chave: **Império; Dom Pedro II; Imigração Portuguesa**

## **ABSTRACT**

The last days of the Empire in Brazil plunged Portuguese citizens established in Rio de Janeiro into a debate about the end of the monarchy and the institution of the new régime. A critical moment occurred in July, 1889, when a young Portuguese immigrant approached Dom Pedro II and shouting “Long live the Republic” fired a shot into the air with his weapon. The present work intends to relate the episode drawing from the articles of Rio’s newspapers and according to the two main views taken by the press at the time – namely, Republican and Monarchist or Opposition and Government. The document sources used conducting this study include the drafts of laws, decrees and other normative statutes, newspaper collections and, more particularly, the diplomatic correspondence between Portugal and Brazil that kept a significant part of the press material published concerning the theme during the weeks following the attack on the Emperor.

Key-words: **Empire; Dom Pedro II; portuguese immigration**



# O duplo cativo: escravos e prisões na Corte joanina (Rio de Janeiro, ca. 1790-1821)<sup>1</sup>

**Carlos Eduardo Moreira de Araújo**

*Doutorando em História Social pela UNICAMP, libambo@hotmail.com*

## PREPARANDO O CENÁRIO

O período de 1790-1821 é marcado por mudanças muito profundas no *status* do que hoje chamamos de Brasil. As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em fins do período colonial serão abordadas para traçarmos a dimensão da influência do poder público no sistema prisional e penal escravo.

1 Este artigo é parte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2004, intitulada *O Duplo Cativo: Escravidão Urbana e o Sistema Prisional no Rio de Janeiro, 1790-1821*, e que recebeu *menção honrosa* no concurso de monografias *Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos/2007* (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro). Esta pesquisa contou com o financiamento do CNPq.

Índios e africanos ajudaram a construir parte importante do Império Ultramarino português. A descoberta de ouro em Minas Gerais na década de 1690 transforma a cidade do Rio de Janeiro num dos principais postos de exploração e domínio do Estado absolutista português nas Américas. Ao longo de todo o século XVIII, o porto da cidade recebe embarcações vindas de Lisboa com o intuito de levar as riquezas que o sul da colônia estava produzindo.

Em 1763, o Rio de Janeiro se transforma na capital do Estado do Brasil e do Vice-Reinado, tornando-se pólo irradiador do controle português no Atlântico Sul. Seja econômica ou politicamente, o Brasil como um todo, e o Rio de Janeiro mais especificamente, é encarado como de suma importância para a sobrevivência do Império Ultramarino Luso (Russel-Wood, 1998, p.189).

Nessa conjuntura histórica, o Rio de Janeiro passa a ser palco de diversas disputas entre os setores privados, os senhores da terra e o Estado português; o público e o privado começam a disputar espaço palmo a palmo na cidade. O controle e a regulação do espaço urbano eram um mecanismo de poder rivalizado durante todo o período colonial pelos representantes dos poderes metropolitanos e locais (Bicalho, 1998, p.44). O controle da mão-de-obra escrava vai paulatinamente intensificando os conflitos entre os senhores

urbanos e a Metrópole. Dentre as diversas atribuições que passam do poder privado para o público está o controle dos escravos no espaço urbano. O que dá início a esse processo é a construção do Calabouço na Fortaleza de Santiago em 1767, destinado exclusivamente à aplicação de castigos aos escravos urbanos<sup>2</sup>.

Além de manter a ordem, as autoridades coloniais utilizavam os detentos nas obras da cidade do Rio de Janeiro. Essa intervenção foi uma prática comum ao longo do século XVIII em todas as possessões portuguesas. As cidades coloniais seguiram o modelo daquelas já existentes na Metrópole. Goa, São Paulo de Luanda, Salvador e o Rio de Janeiro tinham a mesma geografia acidentada com outeiros encravados nos morros, fortalezas, igrejas, sem contar as praças de mercados e trapiches, tão importantes ao caráter exploratório da colonização lusa e que precisavam contar com a intervenção do Estado (Bicalho, op. cit., p.34-35).

Com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, toda a estrutura administrativa, política, jurídica, econômica e militar da colônia se estabelece aqui. A cidade tornou-se o palco físico e simbólico das estruturas do poder político e econômico do Estado português no Brasil. Ao mesmo tempo em que dinamizava a sociedade local, essa transferência transformou o Rio de Janeiro num lugar onde nada deveria escapar à ação e ao controle do Estado. É a partir do embate entre o público e o privado que nasce o duplo cativo.

A disseminação das idéias da Revolução Francesa no Brasil preocupava as autoridades metropolitanas em fins do século XVIII. A conjuntura econômica lusitana mostrava a extrema dependência que Portugal tinha em relação à sua colônia americana. Este fato fez com que os colonos, via participação no Senado da Câmara, fossem capazes de exercer pressões no sentido de modificar as políticas propostas e de negociar acordos menos ofensivos aos seus interesses (Russel-Wood, op. cit., p.206).

Mesmo contando com uma grande atuação política, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro não conseguiu conter o avanço metropolitano sobre os escravos urbanos. A instituição administrava a segurança, as cadeias civis da cidade e as obras públicas, além de outras atribuições. Entretanto, o Poder Executivo metropolitano, através dos vice-reis, e o Poder Judiciário, representado pelo Tribunal da Relação, foram paulatinamente tomando para si algumas dessas atribuições, dentre elas a administração da segurança. O Estado colonial do final do século XVIII já indicava uma transformação na forma de dominação lusa na cidade.

<sup>2</sup> “Desde a fundação da cidade em 1565, a ponta mais tarde denominada do Calabouço, que avançava sobre o mar entre as praias da Piaçaba e de Santa Luzia, foi considerada estratégica para a defesa da Baía de Guanabara. Em 1567, Mem de Sá iniciou a construção da Bateria de Santiago, ampliada em 1603 para se tornar Forte de Santiago, unidade importante do sistema de proteção da cidade”. Fonte: [www.museuhistoriconacional.com.br](http://www.museuhistoriconacional.com.br). Acessado em 10/04/2008.

Um dos instrumentos dessa dominação era o Tribunal da Relação. O papel da magistratura no controle metropolitano era de fundamental importância. Sustentáculos da autoridade real, os magistrados representavam, nas palavras de Russel-Wood, os olhos e ouvidos do rei. Não havia no Brasil colonial classe profissional com tanto poder. Aliados do poder régio contra o avanço dos *homens bons* locais nas questões de ordem econômica, o Tribunal da Relação, estabelecido no Rio de Janeiro em 1752, servia para a execução das políticas reais. Do ponto de vista institucional, a ação mais importante do Tribunal era a nomeação dos vereadores do Senado da Câmara, o que demonstra a insatisfação metropolitana com a atuação política de certos colonos com grande poder local (Wehiling, 1998).

Os diversos fatos ocorridos nas últimas administrações do Vice-Reinado apontam para a hipótese de que a dominação lusa no Brasil somente se estendeu até 1822 porque aqui desembarcou em 1808 o Príncipe Regente D. João com toda a família real e seu séquito burocrático. Todos os órgãos da administração lusitana foram transplantados para o Brasil, o que sufocou a atuação política que já se desenhava no final do século XVIII na atuação dos integrantes do Senado da Câmara.

Ao contrário de Lisboa, o Rio de Janeiro do século XIX era uma cidade escrava, o que forçou a burocracia portuguesa a se adaptar a essa nova condição. Entretanto, não houve muitos empecilhos, pois os colaboradores do Príncipe Regente contavam com uma larga experiência conseguida na administração das diversas possessões do Império na África, Ásia e, principalmente no Brasil. Caso exemplar é a escolha de Paulo Fernandes Viana para a Intendência Geral de Polícia da Corte, acostumado a lidar com os *homens bons* locais, além de profundo conhecedor das estratégias escravas. Amparado por um experiente suporte burocrático e usando da mão-de-obra escrava dos senhores urbanos, D. João conseguiu transformar o Rio de Janeiro numa Corte digna de abrigar o seu combalido poder absolutista.

Não é nossa intenção levantar a idéia de que, desde o final do século XVIII, os senhores foram lesados nos seus direitos de propriedade pelo Estado português, nem vitimizar os escravos que foram alvo desse duplo cativo. Pretendemos demonstrar como os escravos conseguiram agenciar essa difícil condição de vida na tentativa de sobreviver a mais essa faceta da escravidão.

## TEM INÍCIO O ESPETÁCULO: A CORTE NO RIO DE JANEIRO E O DUPLO CATIVEIRO

*“Tomando S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor, na sua Alta Consideração as circunstâncias da Europa determinou largar a sua Capital e dirigir-se ao Rio de Janeiro: o que participo a V. M.ªs. para que tenham lugar todas as demonstrações dos sentimentos, que são próprios nos seus fiéis Vassallos por esta ocasião” (AN. Secretaria de Estado do Brasil, Códice 70, Registro da correspondência do vice-rei com diversas autoridades, Vol.29, Fls. 17. Em 06 / 02 /1808).*

Esse trecho foi retirado de uma Carta Circular enviada pelo então vice-rei Conde dos Arcos a todas as Câmaras Municipais, dando conta de algo surpreendente. O Príncipe Regente e toda a família real estavam a caminho do Rio de Janeiro. As tais circunstâncias levantadas na carta seriam:

*“(…) [Napoleão], este flagelo da humanidade, este hipócrita manhoso, cobrindo com pele de mansa ovelha as entranhas do mais esfaimado e ferino lobo, concebeu logo a fanática idéia de se fazer senhor do Mundo, e com esta proferiu a execranda sentença de extinguir a Dinastia dos Bourbons. Para conseguir estes fins, não houve Lei por mais sagrada, que não transgredisse, direito por mais forte, que não calasse, tratado por mais solene, que não rompesse; aliança mais firme, que não espezinhasse; crimes e maldades, por mais atrozes, que não cometesse” (Soares, 1808, p.11).*

A agitação foi geral. Como receber tão ilustres visitantes? Por mais que a cidade fosse o centro administrativo e econômico do Atlântico Sul, ela não possuía as condições necessárias para receber o Príncipe Regente e grande parte da nobreza lusitana que o acompanhava. A partir de então o Brasil, e especialmente o Rio de Janeiro, nunca mais seriam os mesmos.

A historiografia tem inúmeros trabalhos que dão conta deste fato sob todos os aspectos. Seja política, social ou economicamente, a vinda da Família Real para o Brasil em 1808 é um dos temas de nossa história que conta com um vasto arsenal interpretativo, ampliado com as comemorações dos 200 anos em 2008<sup>3</sup>. Mas queremos lançar um outro olhar sobre esse importante evento histórico.

<sup>3</sup> MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência, 1808-1821*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000; ALENCASTRO, Luís Felipe de (org.). *Império: a corte e a modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997; ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Desde a chegada da família de Bragança, 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, (...). São Paulo: Martins Fontes, 1972; FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 1996; LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990; PROENÇA, Maria Cândida. *A Independência do Brasil. Relações externas brasileiras (1808-1825)*. Lisboa: Horizonte, 1987; SILVA, Maria B. N. da (coord.). *O Império luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Stampa, 1986. Entre outras publicações.

A implantação de novas estruturas de poder no Rio de Janeiro demandou um grande investimento. O séquito e a burocracia que acompanharam D. João só trouxeram a sua nobreza. As despesas teriam que correr por conta dos ricos vassalos coloniais que, no afã de se notabilizarem, “colocaram a bolsa à disposição do rei”. Terminado “o tempo dos vice-reis” foi montada uma nova estrutura administrativa. As prisões, assim como outras inúmeras atribuições, ficaram a cargo da Intendência Geral de Polícia da Corte. Essa instituição foi responsável pela manutenção da ordem e pela implementação das obras públicas necessárias à transformação do Rio de Janeiro de uma cidade colonial a capital de um Império europeu. Tarefa árdua que contou com a mão-de-obra dos escravos prisioneiros, subjugados ao duplo cativo.

A criação da Intendência de Polícia no Rio de Janeiro – nos moldes da existente em Portugal desde 1760 – veio coroar o processo de estabelecimento de estruturas de poder representantes do Estado português no Rio de Janeiro que teve início em fins do século XVIII. A Intendência era o braço estatal mais fortemente sentido pela população do Rio de Janeiro. O cargo de Intendente de Polícia tinha atribuições que iam além do que o nome sugere. No decreto de 10 de maio de 1808, D. João cria o cargo de Intendente Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, que é entregue ao antigo Desembargador da Relação e Ouvidor do Crime do Vice-Reinado, Paulo Fernandes Viana.

Como era próprio na burocracia lusa, os cargos mais importantes eram ocupados por pessoas que contavam com uma vasta experiência no governo das colônias. Paulo Fernandes Viana cuidava da segurança do Rio como ouvidor do Crime desde 1800. Profundo conhecedor dos becos, vielas e ruas da cidade; do trato com os escravos – agora mais abundantes – e principalmente do trato com os *homens bons*, ocupantes do Senado da Câmara, Viana se mostrou a pessoa mais qualificada para a tão ambiciosa missão de transformar a cidade.

Duas grandes frentes de trabalho foram tocadas pelo intendente nos primeiros meses após a chegada da Família Real. Não por coincidência, essas duas empreitadas estão diretamente ligadas ao duplo cativo. A primeira delas foi a transformação da urbe colonial em um local digno da morada de tão nobres cabeças. A segunda, porém não menos importante, foi o controle da criminalidade nas ruas da cidade. O Rio de Janeiro é, nesse início do século XIX, uma das maiores cidades escravistas do mundo atlântico. Além do incontável número de estrangeiros que passavam pelo porto, fossem eles marinheiros, homens de negócio ou mesmo degredados.

## **ORGANIZANDO A URBE**

*“Dando como certo que a Intendência terá o cuidado das ruas, seu asseio, comodidade de suas calçadas, estradas, pontes e fontes, e todos os artigos que por este lado estão ao cuidado da Câmara, embora existindo ela, fique ainda existindo nela; mas fica a Intendência também conhecendo cumulativamente destes objetos (...)” (Coleção de Leis do Brasil (CLB) Nº15 em 22 de junho de 1808).*

A organização da urbe era de fundamental importância para o estabelecimento do poder lusitano no Rio de Janeiro. Não estamos dizendo com isso que ele não estava presente em épocas anteriores. O que queremos salientar é que o poder nunca esteve tão próximo dos moradores como a partir de 1808. Através da documentação podemos dimensionar melhor o que cada um desses itens queria dizer na prática. Para coibir um ato muito comum dos moradores da cidade, Paulo Viana determinou que “(...) toda a pessoa que [fosse] encontrada a deitar águas sujas, lixo e qualquer outra imundície nas ruas e travessas [seria] presa, e não [sairia] da cadeia sem pagar dois mil réis para o cofre das despesas da Polícia” (AN. *Polícia da Corte*. Códice 318, Registro de avisos e portarias da Polícia da Corte, Fl.3. Edital de 20 / 04 / 1808). Editais como esse eram afixados em lugares públicos para que a população tivesse acesso às determinações da Intendência. Não encontramos nos registros prisionais ninguém que tenha sido detido por “deitar águas sujas” nas ruas. Como era uma prática disseminada entre os habitantes, não haveria cadeias que chegassem para prender tantas pessoas.

Ao longo do período de 1808-1821, em que esteve à frente da Intendência, Paulo Fernandes Viana lançou inúmeros Editais determinando a conformação da cidade em Corte de um Império. Esses documentos mostram a ação do poder público influenciando diretamente a vida dos moradores do Rio de Janeiro. Aos moradores que descumprissem as ordens da Polícia eram aplicadas pesadas multas. Como a maioria não queria enfrentar a dura vida do cárcere, a Intendência recolhia o dinheiro que seria aplicado nas intervenções urbanísticas cada vez mais constantes.

O aterramento dos inúmeros pântanos se tornou cada vez mais importante para a salubridade das ruas. O aumento populacional ocorrido no rastro da transmigração real para a cidade tornou essas obras de extrema urgência. Vários desses aterros foram realizados nas ruas dos Inválidos, Lavradio, nos Arcos da Lapa e no Campo de Santana (ibid., Fls. 4v-5. Em 25/ 04/ 1808).

A preocupação com a saúde também era uma das atribuições da Intendência

de Polícia. Paulo Fernandes Viana procurou intensificar um processo ainda do tempo dos vice-reis, o controle do desembarque de escravos no Valongo. Assolada constantemente por epidemias, a cidade precisava manter um rígido controle sobre as doenças altamente transmissíveis, como as “bexigas” que contaminavam os escravos ao longo da travessia atlântica. Segundo a determinação do intendente, os escravos deveriam ser inspecionados pelo provedor da Saúde antes de desembarcarem no Trapiche do Valongo. Os contaminados deveriam ser remetidos para a ilha das Enxadas, próxima à zona portuária, onde seriam tratados e devolvidos aos comerciantes. O tráfico de escravos africanos se torna mais intenso a partir de 1808, aumentando a carga de trabalho dos inspetores de saúde (ibid., Fls.17v-18. Ofício expedido pelo intendente ao juiz de fora em 27 / 05/ 1808).

Outra questão que também preocupava a Intendência de Polícia era o controle da entrada dos escravos africanos na cidade, principalmente os Minas<sup>4</sup>. Em ofício ao Juiz do Crime de Santa Rita, José da Silva Loureiro Borges, o intendente pede ao magistrado que faça listas onde constassem o número de desembarcados, a quem se destinavam, se provinham do porto da Costa da Mina ou de outro porto e se tinha havido “algum desvio de direitos”<sup>5</sup>. Viana informa que esses dados serviriam de base para uma futura deliberação sua. Já estava esboçado assim o controle mais rígido que seria implementado pelo intendente nos anos seguintes. Com o aumento de escravos circulando pela cidade, era extremamente útil saber o número de potenciais desordeiros (AN. *Polícia da Corte*. Códice 318: Registro de avisos e portarias da Polícia da Corte. Fl.132 v. Em 10/ 12/ 1808).

<sup>4</sup> Esta preocupação do intendente se justifica se analisarmos a atuação dos escravos africanos na Bahia, principalmente os Minas, nos diversos levantes ocorridos nesta capitania no início do século XIX. Para maiores detalhes sobre a repressão na Bahia ver REIS, 1996, pp. 332-372.

<sup>5</sup> Para ajudar no controle dos delitos, em junho de 1808 a cidade foi dividida em dois distritos judiciais que ficavam sob responsabilidade de dois juizes do crime. Subordinados ao intendente, esses magistrados exerciam as funções judicial e policial que Paulo Fernandes Viana desempenhava na cidade como um todo. Para mais detalhes ver HOLLOWAY, 1997, p.46.

A partir de 1808 essa preocupação cresceu à medida que o número de escravos que desembarcavam na cidade era maior. A segurança precisava ser reforçada. O principal artifício usado no controle dos escravos urbanos foi o toque de recolher. No período colonial, essa prática foi amplamente utilizada na tentativa de controlar os cativos. Sua eficácia era restrita, uma vez que tal medida foi diversas vezes editada. Tirando-se os salteadores, que perambulavam pelas ruas “ganhando” alguns trocados dos mais distraídos, e um ou outro escravo que estivesse a serviço de seu senhor, as pessoas que circulavam pela cidade tinham um pouso certo – as tavernas, vendas ou mesmo *zungús*. Profundo conhecedor do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana, antes mesmo de estar regulamentada a Intendência de Polícia, lançou um Edital proibindo o funcionamento dessas casas após as 22 horas. Caso a determinação não fosse cumprida, a pena seria uma soma muito pesada para

os donos, caixeiros ou freqüentadores: multa de 1.200,00 réis e cadeia<sup>6</sup>. Era difícil para escravos e livres pobres encontrarem um local para seus divertimentos. A partir deste momento, o controle estava mais intenso e um descuido poderia levar qualquer um para a prisão.

O controle da produção de alimentos também ficava a cargo do Intendente de Polícia da Corte. Este enviou ofícios a diversos distritos próximos à Corte em julho de 1808, ressaltando a importância do cultivo de subsistência, pois “o grande número de pessoas que têm concorrido a esta Corte que excede 12 mil e os mais que nela se esperam” precisavam se alimentar. Os habitantes do Rio de Janeiro sofreram com o aumento dos gêneros alimentícios devido ao grande fluxo de pessoas para a cidade (ibid., Fl.42. Em 16 / 07 / 1808).

Para facilitar a ligação entre a nova Corte e os distritos mais distantes, a Intendência empreende diversas reformas nas estradas. Neste momento, vemos mais claramente como o poder público solucionava os problemas financeiros para a execução das obras – utilizava-se do poder privado. Podemos considerar que os *homens bons* da cidade e seus arredores estavam dispostos a ajudar D. João nesta empreitada, pelo menos num primeiro momento. Paulo Viana não se fez de rogado e utilizou muito a sua pena em ordens aos seus subordinados para que dessem início o mais rápido possível a obras de suma importância.

A comunicação com a fazenda de Santa Cruz, pertencente à Coroa, necessitava de reparos urgentes. A partir da cancela existente em São Cristóvão, cada morador do trajeto deveria fazer a sua parte na obra. Os mais abastados deveriam deslocar alguns de seus escravos para o serviço. Os mais pobres, principalmente os libertos, deveriam dar sua contribuição. Quem se opusesse deveria ser preso e remetido à Intendência para uma conversa com Paulo Viana (ibid., Fl.9, ofício de 01/ 05/ 1808).

Mesmo com a pressão sobre os libertos e a convocação dos senhores locais, a estrada não teve suas obras finalizadas. O encarregado da intervenção, o capitão João da Silva de Almada, informou ao intendente que, apesar dos esforços, não havia conseguido o número necessário de voluntários para a execução do serviço. Cinco meses após o primeiro Edital, Viana decide pagar o aluguel de “meia dúzia” de escravos das redondezas. Os senhores desses escravos deveriam se dirigir à Intendência no fim de cada semana para receber o jornal, pois pensava que deste modo o encarregado da obra acharia a mão-de-obra necessária “sem dúvida nem vexame algum” (ibid., Fl.83, ofício de 07 / 10 / 1808).

6 “(...) Faço saber que importando a Polícia da cidade que as vendas, botequins e casas de jogos não estejam toda a noite abertas para se evitarem ajuntamentos de ociosos e mesmo de escravos que faltando ao serviço de seus senhores se corrompem uns e outros, dão ocasião a delitos que se devem sempre prevenir, e se faz em maus cidadãos, fica da data deste proibida pela Intendência Geral de Polícia a culposa licença com que até agora estas casas se têm conservado abertas, e manda-se que logo às 10 horas se fechem e seus donos e caixeiros expulsem os que nela estiverem (...)”. Ibid., Fl.11 v. Edital lançado em 7 / 05 / 1808.



A utilização de escravos particulares nas obras públicas não foi ‘privilégio’ dos moradores dos distritos mais afastados da cidade. Os senhores urbanos também deram sua contribuição para a urbanização levada a cabo pela Intendência. A euforia inicial devido à instalação da Corte, e também a necessidade de melhorar o saneamento a fim de evitar as epidemias que grassavam na cidade, fizeram com que os proprietários de escravos urbanos não se furtassem em ajudar o intendente a aterrar os pântanos. Num longo ofício expedido ao juiz de fora Agostinho Petra de Bittencourt, Viana explica como se deveria proceder dali por diante na questão das obras e cita como exemplo a intervenção que deveria ser iniciada o quanto antes nas ruas dos Inválidos e Lavradio (ibid., Fls.44-45, ofício de 19/07/1808).

Primeiro os proprietários de terrenos não edificadas deveriam ser avisados para que fizessem o aterro de suas propriedades num curto espaço de tempo. Caso não realizassem a intervenção, teriam como pena a venda forçada de sua propriedade a outra pessoa que realizasse o serviço “(...) por não dever o bem público esperar pelas suas comodidades ou sofrer os seus desmandos (...)”. O entulho utilizado para tal empreitada deveria ser retirado do morro localizado ao fundo da rua do Rezende. Além de próximo, iria ao mesmo tempo abrindo esta rua para a Mata Cavallo (atual Frei Caneca). As carroças e carros de aluguel deveriam ser convocados para o serviço. Estes seriam controlados pelos almotacés<sup>7</sup> para o posterior pagamento do serviço pelo Senado da Câmara. Somente os transportes que faziam ponto no campo dos Ciganos (atual Praça Tiradentes) não seriam utilizados neste serviço.

Paulo Fernandes Viana também queria que os moradores se empenhassem nessas obras, pois para ele não havia “(...) razão alguma para que os moradores não concorram para este trabalho (...)”. A ajuda viria através dos braços escravos. Cada morador deveria ter um escravo retirando o entulho do morro e “outros” a carregá-lo e “outros” a espalhá-lo pelo trecho de rua em frente às suas casas. Esse serviço seria acompanhado por um homem capaz de feitorizar e imprimir um ritmo maior ao trabalho. Como vimos, os senhores deveriam dispor de, pelo menos, cinco escravos para a realização de um serviço de aterro público.

<sup>7</sup> Este cargo foi criado ainda no século XVI e era subordinado ao Senado da Câmara. Entre as suas atribuições destacamos: fiscalização do abastecimento de víveres e das obras, divisão da carne dos açougues entre os moradores da cidade, cuidar para que os profissionais de ofício guardassem as determinações da Câmara e zelar pela limpeza da cidade. Para mais detalhes ver SALGADO, 1985, pp.134-135.

Muito provavelmente esse serviço foi levado a cabo, mas não deve ter agradado aos moradores das ruas do Lavradio e dos Inválidos, e muito menos aos senhores que tinham seus escravos ao ganho nas carroças e carros de aluguel pela cidade. Mas não eram somente os aterros que contavam com um apoio mais direto do poder privado. O simples ato de se desfazer dos excrementos, hábito diário que mobilizava os escravos conhecidos como tigras, a partir de 1808 contou com a

normatização da Intendência. O Campo de Santana e as praias da cidade eram os locais mais utilizados para esse tipo de serviço, porém Viana, ao andar pela cidade, percebeu que alguns locais deveriam ser limpos e controlados.

As ruas do Rosário, Sabão, São Pedro e das Violas estavam repletas de “ciscos e imundícies”, que tornavam a marinha desses locais “intransitável, mal sadia a ponto de já não poder disfarçar”<sup>8</sup>. Só havia uma solução para este caso: usar os escravos dos moradores “mais vizinhos” dessas localidades. Um serviço que não contava muito com a atenção dos senhores – a eliminação dos excrementos – passou a ser caso de Polícia. A partir daquele momento, os senhores deveriam dispor de seus escravos para realizar a limpeza daquela região. Os cativos deveriam “deitar tudo ao mar” sob os olhares dos oficiais e cabos da polícia.

<sup>8</sup> As ruas do Sabão e S. Pedro não existem mais. Eram perpendiculares à atual rua Primeiro de Março. Com as obras realizadas na década de 1940, foram incorporadas à atual Avenida Presidente Vargas. A rua das Violas é a atual rua Teófilo Ottoni. CAVALCANTI, 1998, pp.73-90.

De pás e enxadas em punho, os cativos deveriam realizar um serviço que antes de 1808 seria inimaginável – limpar as ruas da cidade. Paulo Viana sabia muito bem que somente esta medida não resolveria o problema. Por isso, através do juiz de fora, ordenou que alguns homens das rondas policiais, ao principiar a noite, deveriam montar guarda naquela localidade e “(...) insinuarem aos pretos que devem fazer os despejos na água e não na terra (...)” (AN. *Polícia da Corte*. Códice 318, Registro de avisos e portarias da Polícia da Corte. Fl.94 v. Ofício de 22/10/1808). Esses foram alguns exemplos, entre tantos que encontramos nas fontes, para mostrar como foram esses primeiros momentos da Intendência de Polícia no seu trabalho de normatização da cidade.

A generosidade dos moradores da cidade não ia ser suficiente para dar conta do volume de obras de que a nova Corte necessitava. Paulo Fernandes Viana precisava contar com um número maior e regular de braços para tocar o projeto de transformação do Rio de Janeiro numa Lisboa tropical. Como resolver esse impasse? Na época do Vice-Reinado, quando vários delitos tinham como pena os trabalhos forçados ou galés, os detentos eram utilizados nos mais diversos serviços. Essa prática chegou ao século XIX, contudo deveria ser intensificada. A maior parte das obras públicas realizadas durante os primeiros anos da Intendência de Polícia contou com a presença maciça dos escravos prisioneiros. Vejamos agora como o duplo cativo se tornou mais visível aos olhos dos senhores urbanos, e principalmente dos escravos.

## **AS OBRAS PÚBLICAS E O DUPLO CATIVEIRO: PRIMEIROS TRABALHOS**

*“Faço saber aos que (...) andarem nos carros pelas ruas e estradas dos subúrbios da Corte sem levarem os candeeiros diante e as carroças sem os pretos conduzirem as bestas pela arriata,*

*mas atrás ou sentados no leito delas se terem seguido grandes males ao que passam pelas ruas e se tolhe o curso livre das segas, quando tudo se pode evitar indo os condutores diante em seus respectivos lugares. Serão desta data punidos os carreiros e pretos de carroças que assim se encontrem com a pena os que forem escravos de 50 açoitos no Calabouço e os livres com 15 dias de trabalhos em obras públicas e uns e outros por si, seus amos e senhores pagarão além disso mil réis ao cofre da Polícia” (ibid., Fl.27, Edital de 12/06/1808, grifo nosso).*

Este foi um dos primeiros Editais lançados por Paulo Fernandes Viana tratando da questão do uso de infratores nas obras públicas. Sabemos que o serviço de transporte neste período era realizado por escravos e libertos. Por isso, o Edital faz questão de frisar que estes seriam os primeiros alvos do intendente.

Viana poupou, a princípio, os senhores dos escravos carreiros deste tipo de infração, pois eles eram constantemente convocados para dar apoio logístico às obras, como vimos no caso do aterro das ruas dos Inválidos e do Lavradio. Os libertos – devido à sua condição – conseguiam muitas vezes escapar dos trabalhos forçados nas obras públicas. Também não eram enviados ao Calabouço para serem açoitados. Ao analisar a historiografia da escravidão urbana na primeira seção, tivemos a oportunidade de ver que esse grupo era considerado o mais perigoso ao estabelecimento da ordem pública.

Como estamos tratando de um período em que as práticas absolutistas ainda estavam em voga no Império português, quem iria controlar o prazo de 15 dias estabelecido no documento? Geralmente esses pequenos delitos dos quais tratavam os Editais não se convertiam em processos judiciais. O Juiz do Crime, ao receber das mãos das patrulhas os “criminosos”, encaminhava-os de acordo com as determinações da Intendência de Polícia da Corte. Logo, o uso desses libertos poderia exceder o prazo de 15 dias nas obras públicas. Escapar do cativeiro senhorial através da alforria não significava que os libertos conseguiriam escapar do cativeiro público no início do século XIX na cidade do Rio de Janeiro.

A questão da mão-de-obra era muito importante para o projeto de Paulo Viana, mas não era o único problema enfrentado pela Intendência. Os materiais e principalmente as ferramentas necessárias para a execução das obras também precisavam estar disponíveis. A solução encontrada foi utilizar as ferramentas da Casa do Trem<sup>9</sup>. Os Editais e a maneira como Viana vinha conduzindo a intervenção na cidade não contavam com o apoio unânime de outros representantes do poder público. Mesmo que não tenhamos encontrado nenhum manifesto contra a política do intendente neste primeiro período.

do, julgamos que as atitudes de alguns membros do governo deixavam isso claro. O intendente da Casa do Trem não havia atendido às inúmeras solicitações de ferramentas feitas por Viana. Para solucionar o problema, o intendente de Polícia pediu a intervenção de D. Fernando José, ministro de Estado dos Negócios do Brasil, para que a Casa do Trem emprestasse algumas ferramentas para a construção da estrada que ligaria o campo de Santana à Gamboa, pois se tratava de uma obra “pública e do serviço do Estado”. Na lista de ferramentas apresentada, constavam 18 enxadas, 6 carrinhos, 6 alabancas (sic), 12 picaretas e 40 cestos. Todo esse material deveria ser fornecido aos escravos que realizavam o serviço (AN. *Polícia da Corte*. Códice 318: Registro de avisos e portarias da Polícia da Corte. Fls. 92, ofício de 20/10/1808).

Esta obra, ligando o campo de Santana à Gamboa, estava tirando o sono do intendente de Polícia; isto porque os moradores da localidade não estavam colaborando. Numa atitude extremada, Viana recomenda ao Juiz do Crime da freguesia de Santa Rita, José da Silva Lourenço Borges, responsável pela obra, que obrigasse os vizinhos da estrada a ajudar, usando para isso penas “que [julgasse] conveniente cominar”. Ao contrário do que ocorreu com a estrada entre São Cristóvão e Santa Cruz, esta obra não iria contar com o jornal pago aos escravos. A única despesa que a Intendência cobriria seria com a pólvora utilizada na pedreira (ibid., Fl.107v, ofício de 15/11/1808).

A freguesia de Santa Rita nesse período contava com uma grande movimentação, pois aí se localizava a praia do Valongo, ponto de desembarque e negociação dos escravos africanos na cidade. Era uma área carente de obras, principalmente porque ali morava um dos homens fortes do Império luso, D. Rodrigo Coutinho, ministro de Estado dos Negócios da Guerra. Os moradores do largo de São Joaquim e das ruas do Sabão e São Pedro deveriam construir muros em seus terrenos não edificados para evitar que fosse despejado lixo e, além disso, aterrar o “meio da rua com cascalhos das pedreiras”. A recomendação ao Juiz do Crime era a mesma do ofício anterior – A Intendência não arcaria com despesa alguma e por isso o magistrado estava autorizado a tomar as medidas que lhe parecessem “mais convenientes e cômodas” para tais melhoramentos (ibid., Fls.114v-115, ofício de 20/11/1808).

Como podemos verificar, as atitudes de Paulo Viana à frente das obras públicas foram pragmáticas. Se a Intendência não tinha condições de arcar com os custos, que o ônus recaísse sobre os moradores. Mesmo contrariados, os

9 “Em 1762, o então vice-rei conde de Bobadela manda erigir a Casa do Trem, ao lado do Forte de Santiago, destinado à guarda dos armamentos (trens de artilharias) das novas tropas enviadas por Portugal para reforçar a defesa da cidade, ameaçada por corsários em busca do ouro vindo das Minas Gerais. Com a elevação do Rio de Janeiro à condição de capital do Estado do Brasil, foi construído, em 1764, junto à Casa do Trem, o Arsenal de Guerra destinado ao reparo de armas e fabricação de munições”. Fonte: [www.museuhistoriconacional.com.br](http://www.museuhistoriconacional.com.br). Acessado em 10/04/2008.

senhores locais tinham que fornecer seus escravos para os desmandos do intendente, ou então arcar com as conseqüências. Definitivamente, Viana era o braço do absolutismo português mais pesado nos ombros dos moradores e escravos da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1808.

### **PRETOS HENRIQUES: UMA VIGILÂNCIA SOLIDÁRIA**

Assim como o intendente de Polícia sofria para conseguir escravos para a realização das obras públicas, os oficiais militares também sofriam para montar seus destacamentos. Muitos homens eram forçados a se alistar nas fileiras militares. Vários deles desertaram, alegando diversos motivos. Na tentativa de suprir as necessidades na composição dos batalhões da cidade e controlar o número de libertos, foi criado, ainda no século XVIII, o Batalhão dos Pretos Henriques<sup>10</sup>. Uma das atribuições desse batalhão à época era vigiar os escravos condenados às galés e os libambos<sup>11</sup>. Os escravos eram retirados todos os dias pela manhã do Calabouço na Fortaleza de Santiago em magotes de 4 a 6, atados por correntes e acompanhados pelos Henriques para a realização dos trabalhos. No final do dia eram conduzidos à prisão para o merecido descanso, pois no dia seguinte tudo se repetiria novamente.

<sup>10</sup> Os regimentos de libertos da capitania da Bahia e do Rio de Janeiro receberam o nome de Henriques em homenagem a Henrique Dias, negro livre que organizara a resistência contra os holandeses no século XVII. MATTOSO, 1992, p.227.

<sup>11</sup> Os libambos eram prisioneiros condenados a carregarem água para as repartições públicas acorrentados pelo pescoço durante todo o dia. Geralmente esta pena era dada a negros suspeitos de serem escravos fugidos. Por freqüentarem um dos locais de maior concentração de pessoas nos centros urbanos – as fontes de água – estes apenados travavam contato com diversos agentes sociais, colhendo informações e levando-as até a cadeia. Os libambos seriam as “janelas das prisões”, uma das poucas possibilidades de o detento saber o que se passava no mundo extra-grades.

Os Henriques foram tirados desse serviço ainda no governo do Marquês do Lavradio (1769-1779) devido, segundo Paulo Viana, às constantes fugas ocorridas, muitas delas facilitadas pelos próprios vigilantes. As tropas de linha substituíram os Henriques. Com o tempo, as fugas recomeçaram, desta vez com maior freqüência. Para evitar transtornos, o marechal de campo e os chefes dos Regimentos de Linha solicitaram ao ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho que os Pretos Henriques fossem reconduzidos ao serviço de vigilância dos escravos condenados às galés. Como a administração das obras estava a cargo da Intendência de Polícia, Paulo Fernandes Viana recebeu os ofícios e emitiu um parecer nada favorável ao regresso dos Henriques a este serviço.

*“Negros neste país não devem guardar outros negros e até eu quisera que eles ignorassem o manejo das armas, e muito menos os das peças de artilharia em que com muita mágoa minha os vi adestrar de poucos anos a esta parte”* (AN. Polícia da Corte. Códice 318: Registro de avisos e portarias da Polícia da Corte. Fls. 15 v-17. Em 23/05/1808)<sup>12</sup>.

As constantes fugas dos apenados levaram o mar-  
quês do Lavradio a entregar a vigilância às tropas  
regulares, pois temia que a *solidariedade da cor* con-  
tinuasse a libertar diversos condenados. Chegando  
ao século XIX, a situação não melhorou em nada,  
ao contrário. Com o intenso ritmo de trabalho imprimido por Viana nas  
obras públicas após 1808, os escravos passaram a contar com a conivência  
dos militares para algumas fugas. Viana esqueceu de atentar para o detalhe  
de que não era somente a cor da pele que poderia ser um fator de aliança  
entre aqueles homens. O que vigias militares e escravos apenados teriam em  
comum? O fato de estarem ali contra a vontade. O recrutamento forçado e  
a pena de galés foram os maiores responsáveis pelas constantes fugas nas  
obras públicas. Entretanto, não podemos deixar de mencionar que, provavel-  
mente, muitas fugas ocorreram graças aos laços de solidariedade construí-  
dos entre aqueles agentes.

<sup>12</sup> Os trechos que seguem foram retirados do  
mesmo documento. Grifos nossos. Agradeço a  
indicação deste documento ao professor Marcos  
Luiz Bretas.

Para o intendente de Polícia, os Pretos Henriques deveriam ignorar o manejo  
das armas e de peças de artilharia, coisas que viu com muita “mágoa” serem  
passadas a esta tropa. Ele também não podia entender como os militares  
não conseguiam acabar com a “indecência” das fugas enquanto as tropas  
regulares vigiavam os trabalhos nas ruas, se naquele momento o número de  
soldados e o cuidado no recrutamento eram maiores.

O longo ofício escrito por Viana, em resposta à consulta feita por D. Rodrigo  
de Sousa Coutinho, ainda traz outros detalhes importantes. Destacamos a  
esperança gerada na população escrava de que a vinda da Corte representa-  
ria a liberdade, o fim do cativeiro.

*“Todos sabem que os muitos milhares de escravos que existem no Brasil têm estado esperan-  
çados que a vinda de VAR aqui os vinha libertar de seus cativos. Já não conhecendo, e já se  
lhe tem feito conhecer que não é assim, e por isso mesmo devemos contar com o seu desgosto  
só por esta parte” (ibid.).*

No clima conturbado por que estava passando a cidade do Rio de Janeiro ao  
receber a Corte, as notícias que vinham do Caribe e da Bahia sobre levan-  
tes escravos deixavam as autoridades policiais aterradas. Como conter um  
levante escravo numa cidade onde havia um grupo de negros autorizados a  
portar armas e guardar presos? Paulo Viana sabia que não tinha força para  
controlar uma situação dessas. E deixa isso claro a D. Rodrigo Coutinho:

*“Os Henriques são homens forros mas são mais amigos de outros negros seus parceiros, e de  
quem descendem, e dos mulatos com quem mais convivem do que dos brancos. Tenhamos isto  
por verdades infalíveis e não lhe vamos mesmo a meter nas mãos influência, representação*

*que eles não tem, e permita-me V. Ex.<sup>cia</sup> dizer-lo assim, temos sempre mudar o pelourinho, que é ainda muito cedo para inovações desta natureza que as mais das vezes de pequenas faíscas se levantam grandes incêndios” (ibid.).*

O intendente apresentou fortes argumentos na tentativa de mudar a intenção do ministro de pôr os Henriques na vigilância das obras. O fator financeiro e os brios que estes libertos possuíam não foram esquecidos. Cuidadoso com os cofres da Intendência, Paulo Fernandes Viana não queria investir num serviço que para ele era ineficiente e perigoso. O soldo oferecido aos Henriques não compensaria, posto que esses homens tinham ofícios mecânicos importantes não só para a sociedade como para as obras públicas. Obrigá-los a “perder dinheiro” significaria abrir uma brecha para não desempenharem direito suas funções, o que acarretaria corrupção e conseqüentemente um aumento das fugas.

Já que o assunto lhe foi trazido, o intendente não perde a chance de lembrar ao ministro que havia um plano para a criação da Guarda Real de Polícia da Corte e que até aquela data nada tinha sido feito a respeito. Entre outras funções, esta Guarda, composta de “soldados brancos, e dos de melhor nota”, ficaria responsável pela vigilância dos condenados às obras públicas<sup>13</sup>.

Paulo Fernandes Viana tinha todo o cuidado de não se envolver nas questões militares, procurando respeitar as decisões dos comandantes, mas o parecer dado por estes quanto ao uso dos Henriques deixou-o à vontade para se intrometer, mesmo que levemente, nas atribuições militares (AN. *Polícia da Corte*. Códice 318: Registro de avisos e portarias da Polícia da Corte. Fls.15 v-17. Em 23/05/1808)<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Somente em maio de 1809 a Guarda Real de Polícia da Corte foi criada. Para mais detalhes ver HOLLOWAY, op. cit., pp.47-55.

<sup>14</sup> “Cuide-se no recrutamento dos regimentos continuamente como eu vou fazendo por ordem de V. Ex.<sup>cia</sup> já de muitos dias e não se move nada deste respeito mas se for possível não se saibam destas razões e fiquem as coisas no mesmo pé com a única alteração de se castigar rigorosamente o soldado que deixar fugir o preso (...).”

Os apelos do intendente geral de Polícia da Corte não foram suficientes. D. Rodrigo Coutinho autorizou a mudança na vigilância das obras públicas, atendendo ao pedido dos militares. Mas Viana não se deu por vencido. Qualquer deslize praticado pelos Henriques era motivo para ofícios ao general das tropas João Batista de Azevedo Coutinho de Monteauray. Em dezembro de 1808, Viana reclama de que os Henriques não estavam conduzindo os presos que se encontravam no Calabouço para as obras públicas e para o serviço dos libambos (ibid., Fls.130 e v, ofício de 09/12/1808).

Parece que este ofício de Viana deu algum resultado, mas não por muito tempo. Três meses depois, já estava novamente o intendente reclamando dos

serviços prestados pelos Henriques:

*“Os pretos Henriques que andam de guarda dos presos que do Calabouço saem para diversas obras públicas falham muitas vezes, e quando não falham vão tão tarde que se faz de todo inútil este serviço, como não seriam se fossem cedo, e se fossem tantos quantos são necessários para regular a corrente (...) e como toca a V. Ex.<sup>cia</sup> remediar tudo isso, vou representar a V. Ex.<sup>cia</sup> para se evitar que esteja S. A. pagando o sustento e vestiário a estes presos sem eles prestarem o serviço que podem e devem prestar”* (ibid. Fls. 179 e v. Ofício enviado ao general das tropas, João Batista de Azevedo Coutinho de Monteaury. Em 17/02/1809. Grifos nossos).

As “falhas” às quais Viana se refere eram as fugas que constantemente ocorriam nas obras públicas e que, segundo seu entendimento, eram facilitadas pela solidariedade entre os Henriques e os condenados, em sua maioria negros e pardos. O curioso neste ofício é o trecho final. O intendente só se refere aos custos que D. João tem com a manutenção dos presos, mas esquece de mencionar o prejuízo que os senhores desses escravos estavam tendo pelo uso da mão-de-obra nas obras públicas.

Lentamente Paulo Fernandes Viana montou a estrutura da Intendência de Polícia e, a partir de maio de 1809, a Guarda Real de Polícia passa a tomar conta dos condenados que estão a seu serviço. Por alguns meses, o intendente teve que conviver com a solidariedade existente entre vigilantes e vigiados.

## **DESCENDO A CORTINA**

O tom festivo em torno dos 200 anos da chegada da Família Real no Brasil e as inúmeras novidades trazidas por D. João e sua Corte para o Rio de Janeiro promoveram a publicação de vários trabalhos que buscaram reconstruir parte importante da história do país. Para além do Jardim Botânico, da Biblioteca Real, do Teatro S. João, do Banco do Brasil e de tantas outras instituições erguidas no período joanino, este artigo trouxe à tona os responsáveis pela construção (no sentido literal da palavra) do legado deixado pelo aqui coroadado rei de Portugal.

A proposta dos inúmeros eventos e trabalhos publicados em torno da fuga da Família Real para o Brasil em 1808 teve como principal objetivo reconstruir a imagem de D. João VI. Transformar um príncipe que entrou para história como “fujão”, “medroso” e “glutão” em um estadista de visão, atropelado pelas tragédias familiares e contingências políticas da Europa no início do século XIX, e, ainda assim, conseguindo ser o único rei europeu a não sucumbir ao poderio militar de Napoleão Bonaparte.



Os dois extremos em torno da figura do Príncipe Regente não contribuem para o avanço das análises historiográficas. Relativizar as questões em torno deste episódio e uma ida aos arquivos nos quais se encontra vasta documentação sobre o período provoca grandes surpresas. Uma delas foi encontrar a rotina, os percalços e vitórias que cercaram a transformação do Rio de Janeiro em capital do Império português.

Como não podia ser diferente, a escravidão africana contribuiu de forma determinante para a realização das obras necessárias para abrigar a nobreza e o aparato estatal que acompanhou a aventura da Família Real portuguesa no país. Além de todos os marcos que cercam o ano de 1808, acrescentamos mais um. Foi nesse ano que teve início o confronto direto entre o poder privado e o poder público pela exploração da mão-de-obra escrava. Embora já estivesse presente desde o “tempo dos vice-reis”, o duplo cativo transformou-se em algo concreto para todos os envolvidos, senhores, escravos e o Estado.

Tema pouco explorado pela historiografia nacional, as prisões e seus detentos emergem com força da documentação produzida durante a execução da árdua tarefa confiada ao primeiro ocupante do cargo de Intendente Geral de Polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana. Os limites espaciais impostos a um artigo nos forçaram a optar pela exposição do mundo extra-grades e a dinâmica de exploração dos agentes detidos pelas autoridades policiais no momento de expansão da cidade. Entretanto, é preciso ressaltar que as prisões da cidade foram as grandes responsáveis pelo fornecimento contínuo de mão-de-obra para a revolução urbana da cidade do Rio de Janeiro no período joanino.

Foi nesse momento único na história da colonização europeia nas Américas que escravos e libertos forjaram suas ferramentas de resistência a dois senhores, a dois cativos. Das palmeiras reais plantadas no Jardim da Aclimação aos aterros utilizados para extinguir pântanos, tornando mais confortável e salubre o trajeto de Sua Alteza Real do Paço à Quinta de São Cristóvão, por trás de tudo isso, havia um negro sentenciado. O ano de 2008 também é apropriado para celebrarmos os 200 anos do trabalho escravo na transformação do Rio de Janeiro em capital de dois impérios.

## Bibliografia

- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: Estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1974. 5 vols.
- AZEVEDO, Moreira. *Pequeno panorama ou descrição dos principais edifícios da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1862. 4 Vols.
- BICALHO, M<sup>a</sup> Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: O exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS. Vol. XXIV, n<sup>o</sup> 1, 1998. pp. 31-57.
- CAVALCANTI, Nireu de Oliveira. *A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: As muralhas, sua gente, os construtores, 1710-1810*. Tese de Doutorado. UFRJ/ IFCS, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Rio de Janeiro, centro histórico: marcos da colônia, 1808-1998*. São Paulo: Hamburg/ Dresdner Bank Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp, 1988.
- CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Tradução Sérgio Milliet. São Paulo: Sérgio Milliet, 1954. 3 v.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis, 1763-1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FONSECA, Paloma Siqueira. *A presiganga da Marinha: exclusão e distinção social*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-graduação em História Social e das Idéias da Universidade de Brasília, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 25<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Ed. 34/ Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GOMES, Flávio dos Santos. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- GOMES, Flávio dos Santos & SOARES, Carlos Eugênio L. “Dizem as quitandeiras...”. Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. In: *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, V. 15, n<sup>o</sup> 2, Julho / Dezembro de 2002.
- GOUVÊA, M<sup>a</sup> de Fátima S. Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820. In: *Tempo*. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. Vol. 7, n<sup>o</sup> 13, Jul. 2002. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002, pp.111-155.
- \_\_\_\_\_. Redes de poder na América Portuguesa – O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH: Humanitas. Vol. 18, n<sup>o</sup> 36, 1998, pp.297-330.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- LARA, Silvia. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa. In: GALLEGOS, José A. *Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica Ibero Americana*. Cd-rom. Espanha: Fundacion História Tavera, 2000.
- LIMA, Solimar Oliveira. *Triste Pampa. Resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCS, 1997.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência, 1808-1821*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

- MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MORAES, Evaristo de. *Prisões e instituições penitenciárias no Brasil*. Rio de Janeiro: Conselheiro Candido de Oliveira, 1923.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. Escravos e coiteiros no Quilombo do Oitizeiro. Bahia, 1806. In: Reis, JJ. & GOMES, Flávio S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996, pp.332-372.
- REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, pp. 62-78.
- RUDÉ, George. *A Multidão na História*. Estudos dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. Centros e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1800. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH. Humanitas. Vol. 18, n.º 36, 1988, pp.187-249.
- SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e meirinhos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, Marilena Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava no Rio de Janeiro – 1808-1850*. Tese de Doutorado – UNICAMP, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio Janeiro, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A negregada instituição: os capoeiras na Corte Imperial. 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.
- \_\_\_\_\_. Escravos, senhores e policiais: o triângulo da desordem no Rio de Janeiro de D. João VI. In: *Revista do Mestrado de História*. Universidade Severino Sombra: Vassouras, 1999.
- SOARES, Joaquim. *Compendio histórico dos acontecimentos mais célebres motivados pela revolução de França, e principalmente desde a entrada dos franceses em Portugal até a 2ª restauração desta, gloriosa aclamação do Príncipe Regente o Sereníssimo Sr. D. João*. Oferecido ao ... Sr. Antonio S. José Castro. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1808.
- SOARES, Luís Carlos. *Slavery Urban in Nineteenth-Century*. Tese de Doutorado – Universidade de Londres, 1988.
- \_\_\_\_\_. O Estado e a punição dos escravos infratores da Lei no Brasil do século XIX. In: *Cadernos do ICHF*. Universidade Federal Fluminense. Niterói, n.º 19, Abr. 1990, n.º temático, Estudos sobre escravidão, pp.21-33.
- THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa. A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, 1v.
- \_\_\_\_\_. A Economia moral da multidão inglesa no século XVIII, In: *Costumes em Comum*. Estudos sobre a Cultura Popular Tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial, 1500-1808*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- WEHILING, Arno. Atuação política do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro. In: *Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica (SBPH)*. Anais da XVIII Reunião Rio de Janeiro, 1998, pp.199-204.
- WYNZ, Pimentel. *História da Casa do Trem*. Estudos e Documentos. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 1962.
- Abreviações:**
- AN - Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

## **RESUMO**

Este artigo apresenta um estudo sobre o papel de escravos libertos e sentenciados à construção da nova capital do Império português a partir de 1808. Para contarmos esta história, recuamos no tempo até fins do século XVIII. Em concomitância, analisamos diversos aspectos da escravidão urbana e o grau de interferência do Estado nas relações senhor-escravo. Com a expansão urbanística do Rio de Janeiro no início do século XIX, os escravos detidos pelas autoridades policiais foram amplamente utilizados nas obras públicas. Surgia assim o *duplo cativo*. Os escravos passaram a ter dois senhores: o poder privado e o poder público. Além dos cativos, outros agentes sociais estão presentes nesta análise: libertos, homens livres pobres e militares também passaram pelas prisões do Rio de Janeiro, que, neste período, resumiam-se à Cadeia Pública – posteriormente transferida para a prisão do Aljube –, ao Calabouço – destinado somente aos escravos – e às masmorras das diversas fortalezas que circundavam a Baía de Guanabara. A investigação se concentrou nas correspondências da Intendência Geral de Polícia da Corte.

Palavras-chave: **Rio de Janeiro, escravidão urbana, sistema prisional.**

## **ABSTRACT**

This article presents a study of the roles of slaves, freedmen and convicts in the construction of the new capital of the Portuguese Empire after 1808. The account actually begins in the late 18<sup>th</sup> Century. Several aspects of urban slavery and the amount of State interference in the owner-slave relationship shall also be analysed concomitantly. With the urban expansion of Rio de Janeiro in the early 19<sup>th</sup> Century, slaves arrested by police authorities were broadly used in public work. This led to *double captivity*. The slaves became privately and publicly owned. Together with these captives, other social agents are subject of this analysis: freedmen, poor free citizens and soldiers were also held in the gaol of Rio de Janeiro which at the time was the Public Prison – and later transferred to Aljube – the Calabouço [Dungeon] – intended only for slaves – and the cells of the several fortresses that surrounded the Guanabara Bay of Rio de Janeiro. The study concentrated on the correspondence of the General Intendancy of the Court Police.

Key-words: **Rio de Janeiro; urban slavery; prison system.**

# O Avaliador de escravos: poder local e hierarquização (Rio de Janeiro, 1808-1831)<sup>1</sup>

**Luciano Rocha Pinto**

Mestre em História Política (UERJ) e Bacharel com Licenciatura Plena (UGF). É Pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDDES-UERJ) e Professor da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-Rio) e do Instituto Jesus Eucarístico, [luciano@novahistoria.com.br](mailto:luciano@novahistoria.com.br) / [lucianonorocha@msn.com](mailto:lucianonorocha@msn.com)

<sup>1</sup> Este artigo faz parte da dissertação “O Avaliador de Escravos: Política e Negócio na Câmara Municipal Carioca (1808-1831)” (dissertação de mestrado em História na UERJ), que recebeu menção honrosa no concurso de monografias Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos/ 2007 (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

O presente artigo tem por específico o *avaliador de escravos*, figura que teve seu ofício a serviço do Senado da Câmara. Ocupação provisória de muitos, carreira vitalícia de alguns, o avaliador está envolvido numa atmosfera de interesse, *status* e poder. Nosso objetivo, neste trabalho, é apresentar a função, identificar suas atribuições básicas e respectivas relações de poder que envolvem tanto o acesso quanto a permanência dos indivíduos na referida ocupação. Para compreender tal processo, voltaremos nossa atenção para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, capital e centro do “comércio de almas”, não só do Brasil, mas de todas as Américas, durante os anos de 1808, com a chegada da Família Real, e 1831, como efetivação do tratado comercial assinado em 1827 entre o império brasileiro e a Grã-Bretanha.

Na primeira metade do século XIX, a sociedade da Corte luso-brasileira possuía um *habitus*<sup>2</sup> baseado na ostentação, a um só tempo diferenciado e excludente. Na capital do império, não havia outro projeto político-social que não o de conservação das forças características da sociedade estamental, visando a manutenção do trabalho escravo, e, portanto, do *status quo* dominante, que em torno de si garantia o funcionamento político, social e econômico do Brasil. A marcante dependência da escravidão reiterava uma hierarquia que se nor-teava à sombra do trabalho compulsório, de forma que a ociosidade ganhava ares de fidalguia e funcionava como instrumento de inclusão subordinada da massa cativa, e, sobretudo, exclusão daqueles homens livres pobres marginalizados.

<sup>2</sup> *Habitus* corresponde à antiga noção aristotélica de *hexis*, convertida pela escolástica em *habitus*. Segundo Pierre Bourdieu, “é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 2004, p. 61).

O *avaliador de escravos* é um caso típico de agente legitimador da estrutura e do regime de verdade. A gênese desta funcionalidade pode estar ligada ao crescimento da importância da cidade que entre os anos de 1790 e 1840 constituiu-se no centro econômico e político do Sudeste brasileiro (Fragoso, 1998, p.305). Dois fatores ocorridos nos setecentos contribuíram para a integração da capitania no mercado atlântico: a descoberta do ouro na região das minas e o açúcar fluminense. Em meados do século, um terço dos escravos importados na colônia permaneciam no Rio de Janeiro. Seu porto crescia em importância, conhecendo maior desenvolvimento após a chegada da Família Real em 1808.

A marcante dependência da mão-de-obra cativa, portanto, pode explicar-se na própria razão de ser da colonização e, mesmo, na condição social que tal domínio proporcionava. Promover a manutenção da ordem, com o ingresso de novos braços no mundo do trabalho era necessário à conservação de uma sociedade agrária e da elite dominante, cujo projeto arcaizante incluía estratégias de manutenção. Enquanto o mercado Atlântico animava a sociedade com “novos braços”, o avaliador reintroduzia “braços já gastos”, mas ainda úteis. Leilões de ladinos, vendas informais, anúncios em jornais, aluguéis... animavam as praças da cidade. Mas onde estava o avaliador dos escravos? Ele surge neste contexto de crescimento econômico e maior utilização da mão-de-obra cativa. Não estava a serviço de particulares, mas do próprio Estado. Era a legalidade que tomava as ruas. O oficial da função, licenciado por um ano, gerava divisas aos cofres públicos, ao apreçar o escravo para ser leiloadado e, assim, mediava o reingresso dos escravos no mundo do trabalho, da mesma forma que reiterava em nome do Estado a hierarquia escravista e seu *status quo*. A criação da função na cidade do Rio de Janeiro remonta à lei de 20 de junho e 25 de agosto de 1774...

*“... por q. Sua Mag<sup>e</sup> há por bem de promulgar em benefício dos seus vaçalos para que os bens penhorados aos executados se não rematem em praça pública sem que primeiro sejam avaliados por pessoas peritas e inteligentes que os saibão avaliar, nomeados pelas Câmaras dos seus respectivos Districtos...”* (AGCRJ, 6-1-10, f.16).

Sabemos, contudo, que a gênese da função é da década de trinta daquele século (AGCRJ, 6-1-11, f.45v). A efetivação do ofício na cidade, apenas em 1774, surgiu da necessidade de organizar a crescente utilização da mão-de-obra cativa e de promover a manutenção do mundo da ordem. Não podemos perder de vista que a gênese do ofício, até aqui descrito, está fortemente imbricada com o comércio de escravos que, no século XVIII, foi atividade importante para o Sudeste, tanto na extração de metais preciosos como no cultivo da agricultura. Com a descoberta de ouro na região das minas cresceu o número

de importações com vista à ocupação e exploração das datas. “Entre 1715 e 1727, do Rio de Janeiro para Minas saíam anualmente cerca de 2.300 cativos” (Florentino, 1995, p.45). Na década de 1730, a colônia importou cerca de 16.600 africanos/ano. Sendo que deste total um terço passou a permanecer no Rio de Janeiro. “Não seria de todo absurdo pensar que o porto carioca tenha absorvido no mínimo 50% do total de exportações de africanos para o Brasil durante o século XVIII, ou seja, mais ou menos 850.000 africanos” (ibid., p.46). Com a crise do ouro, ocorre “a reanimação da agricultura brasileira provocada pelas reformas pombalinas (...) [acompanhada pela] demanda por escravos na década de 1760 – pela primeira vez desde o colapso do tráfico para Minas Gerais” (Pantoja & Saraiva, 1999, p.35). A preocupação com a agricultura fomentou, principalmente a partir das décadas de 1780 e 90, a busca por escravos na África Central Ocidental por comerciantes do Rio de Janeiro (IBID., P.45).

*“Podemos quantificar 37.114 escravos referentes aos anos de 1731 a 1735; 281.323 escravos para o período de 1759 a 1792; e 28.385 escravos para os anos de 1799, 1800 e 1801” (Cavalcanti, 2005, p.53). Esta gama de escravos, como propriedade de alguém, poderia ser alienada como bem entendesse seu proprietário. O uso de tão desejada mão-de-obra promoveu junto às autoridades, que dela também se beneficiavam, algumas iniciativas visando ordenar as diversas negociações e as relações provenientes de tal comercialização. Uma delas é a mudança dos armazéns de negros novos da Rua Direita e do Paço Imperial para o Valongo em 1779. A partir de então, por determinação do Marquês do Lavradio, vice-rei do Brasil, os escravos desembarcados na alfândega deveriam ser conduzidos, em botes, ao lugar denominado Valongo, pois pareciam – segundo ele – “animais selvagens, nus, cheios de moléstias (...) [ademais] as pessoas honestas não se atreviam a chegar às janelas, e os inocentes, vendo-os, aprendiam o que ignoravam” (Gerson, 2000, p.150).*

Outra é a efetivação do ofício de avaliador de escravos, objetivando precisar o valor daqueles à disposição do Estado, que os leiloava em praça pública e revertia esta importância em benefício próprio. Desta forma, gerava divisas aos cofres públicos, reintegrava o escravo ao exercício do trabalho – promovendo, assim, a manutenção do mundo da ordem – e garantia a legitimidade do ideário escravocrata, do processo de hierarquização baseado na posse do trabalhador cativo e o *status quo* da elite detentora de bens e “almas”. Constituía-se, o trabalhador compulsório, em bem de grande circularidade, que com o tempo passou a ser penhorado juntamente com outros bens por dívidas contraídas, de forma que era preciso que, assim como outras propriedades que ficavam a cargo do Estado, fossem os escravos, da mesma forma, avaliados antes de serem leiloados. Sabemos que todos os aspectos da vida municipal estavam sob o controle das Câmaras Municipais. A promoção de leilões dos bens confiscados mediante o não resgate de hipotecas era comum. Pessoas que não conseguiam resgatá-las tinham seus bens confiscados

e arrematados em leilões públicos pelo porteiro da Câmara<sup>3</sup>.

Hipotecava-se tudo, inclusive escravos. Podemos percebê-lo em diversas escrituras de dívida, cuja garantia endereçava-se a pessoas, como foi o caso de João Baptista dos Santos, que hipotecou seus escravos por dívida contraída a José Pedro Pereira de Lima, em junho de 1846 (AN: 10-13-79 – Microfilme. Livro de Escrituras nº199, 3º Ofício de Notas, f.8v). O mesmo se fazia com relação aos cofres públicos. Isso ocorreu no mesmo ano com D. Cândida Gomes, que hipotecou seus bens ao Cofre de Órfãos da Corte (AN:10-13-79 – Microfilme. Livro de Escrituras nº195, 3º Ofício de Notas, f.20). O que importa aqui é perceber que os bens apreendidos eram avaliados antes de irem a leilão público. Vale lembrar que nos dois exemplos de arrematações, do *Diário do Rio de Janeiro*, vistos anteriormente, havia avaliações em inventários. Estas, por sua vez, não eram feitas sem critérios. O Senado da Câmara possuía à sua disposição diversos avaliadores que apreçavam os bens penhorados. Desde avaliadores de gêneros alimentícios (AGCRJ: 40-1-27, f.2) e prédios urbanos (AHCF: cx.11, lv.33, ff.119-120) a avaliadores de bens móveis (AHCF: cx.11, lv.33, ff.41v., 50-51) e escravos (AGCRJ: códices 6-1-10, 6-1-11 e 6-1-12, 40-1-27), conforme a lei de 20 de junho e 25 de agosto de 1774, na qual “os Officiaes das Câmaras são obrigados a nomear annoalme Avaliadores de deversos Officios, e de differentes coizas para avaliarem os bens penhorados pr execuçoens” (AGCRJ:6-1-11, f.41).

<sup>3</sup>Regimento dos Provedores, Tesoureiros e Officiaes das Fazendas dos Defuntos e Ausentes, de 10.12.1613 (atribuição número 1), em *Raízes da Formação Administrativa do Brasil*, vol.2, pp. 481-492 e *Sistema ou Coleção dos Regimentos Reais*, vol.3, pp. 142-160.

Quando vencia uma hipoteca, o Senado da Câmara apreendia os bens penhorados e os avaliava mediante homens encarregados deste ofício. Portanto, é a partir da documentação referente à Câmara que encontramos diversas pessoas que concorriam a este ofício. Para ser avaliador de escravos, era necessário encaminhar à Câmara uma petição e, se fosse aprovado, receberia provisão de um ano para exercer a função em nome de Sua Majestade Imperial. Aqueles que se dedicavam a avaliar escravos não avaliavam outras coisas, mas tão somente escravos. Alguém que não fosse “digno” do ofício de modo algum poderia exercê-lo.

A obtenção da licença anual incluía uma rígida seleção para o preenchimento de apenas duas vagas (ibid., f.47). Para isso, o candidato deveria ser detentor de uma série de capitais que o elevassem a tal posição. Vale lembrar que para preencher os quadros da Câmara o candidato já deveria ser, *a priori*, portador de alguns signos que lhe garantissem o predicado da “bondade”. Assim, era a dita “boa sociedade” que endossava seu aceite ao ofício. O espaço denominado Senado da Câmara estruturava-se a partir de uma série de critérios para o preenchimento das funções menores, escolhidas por meio



de processos internos que selecionavam para os diversos ofícios, a saber: avaliador (de escravos, bens da Câmara, prédios rurais, prédios urbanos e fazendas), arruador, capitão do mato, demarcador, cobrador, alferes de ordenanças, tabelião, solicitador, capitão de ordenanças, inspetor de quarteirão, fiscal, agente portuário, administrador das obras públicas, fiscal suplente, escrivão do juízo, professor público (AHCF: cx.11, lv.33 e 44). O preenchimento destes ofícios passava pela comprovação da posse de capitais exigidos.

### **OS DIVERSOS CAPITAIS REQUERIDOS PARA O PROVIMENTO NA FUNÇÃO**

Os avaliadores de escravos, de modo geral, possuíam uma função primeira que lhes garantia certo *capital econômico*, como a grande maioria daqueles que preenchiam os quadros do Senado da Câmara. Na cidade do Rio de Janeiro, a função estava entregue àqueles que tinham negócios com escravos. Em fevereiro de 1808, uma disputa foi decidida em favor daquele que “negocea em escravos e sabe p’ esta razão o justo valor q’ cada hum delles pode ter segundo as suas ides e configurações, rebustes, ou invalides” (AGCRJ: 6-1-11, f.7).

A razão de ser explícita é, sem dúvida, o conhecimento da função evidente que isso interessava. No entanto, esta não parece ser a causa determinante. No exemplo citado, o candidato perdedor, segundo os autos, “não tem negocio de escravos, *nem outra algúa ocupação*” (ibid.). Não ter ocupação implica uma dicotomia em sua percepção social, podendo esta provir de alguém bem localizado ou não. Era o capital econômico que determinava o lugar da pessoa. Seria inadmissível alguém sem posses enfileirar-se junto aos membros do Senado. Não ter ocupação, pois sua posição lhe permite eximir-se do trabalho braçal, é sinal de distinção. Ao contrário, estar simplesmente desempregado é localizar-se ao lado da “desordem”. O vencedor da disputa, Joaquim José Pereira do Amaral, por sua vez, tinha negócio com escravos, setor que rendia a maior porcentagem de lucros na primeira metade do século XIX. Estando junto ao Senado da Câmara, aproxima-se do centro de decisões e ao mesmo tempo torna-se mediador de tão procurada mercadoria: o escravo. Ser avaliador era de alguma forma identificar-se com o poder. É esta a razão de ser da procura que se estabelecia em torno de uma função extremamente restrita, com apenas duas vagas (ibid., f.47) para a capital do Império. *Status*, na sociedade de corte, contudo, se adquiria não apenas por razões econômicas. Outros tipos de capitais faziam-se igualmente importantes.

O avaliador de escravos deveria ser detentor de um *capital cultural*, que não era sistematizado, mas acumulado e cultivado no cotidiano. Incorporado

pela práxis da labuta no negócio que lhe confere conhecimento sobre os demais membros da sociedade, de forma que o reconhecimento pelo acúmulo deste capital socialmente sancionado provém das pessoas, compradores, negociantes... Mas também do Estado, que lhe outorga um título. Neste sentido, o avaliador, por ser portador de um conhecimento específico, é capaz de promover o devido valor da “mercadoria humana”, hierarquizando-a mediante padrões, culturalmente estabelecidos, que objetivavam sua qualidade. Era comum avaliar, antes de comprar, parte corriqueira no processo de comercialização. Nas aquisições particulares, era costume levar um cirurgião, “a fim de fazer passar o escravo pelas provas e exames necessários” (Debret, s/d., p.229). Estas avaliações tinham um objetivo bem específico: verificar a integridade física do escravo. Era necessário certificar-se da saudável cor da tez, a consistência das gengivas, a idade e a origem; “em seguida fazem-nos saltar, gritar, levantar pesos, a fim de apreciar o valor de suas forças e sua habilidade. As negras são avaliadas de acordo com a idade e os encantos” (ibid., p.225). O avaliador, a serviço do Estado, fazia as vezes dos cirurgiões a serviço dos particulares.

No entanto, não eram apenas as qualidades físicas que estavam em jogo. Era preciso verificar o conhecimento que aquele cativo possuía. Havia serviços exigiam conhecimento, e para isso o negro ladino, conhecedor da língua e de um ofício, valia mais. Os escravos eram utilizados em todos os setores da vida urbana: sapateiros, cirurgiões, mecânicos, balconistas... Todas, funções que exigiam inteligência e habilidade. Um cativo que fosse oficial, sem dúvida, valia mais que o “boçal”. Ao falarmos, portanto, de um capital cultural, do qual o avaliador é detentor, pensamos em todos estes fatores nos quais o encarregado da avaliação devia estar atento. Conhecer escravos não significava apenas averiguar sua força física, mas sua adequação ao mundo da ordem. Ao deter um capital cultural, o avaliador devia promover a hierarquização do negro no campo da escravaria. A exatidão que a posse de tal capital lhe conferia fazia dele alguém experimentado para julgar e precisar o lugar específico da mercadoria humana, atribuindo-lhe valor. Por isso, como vimos, era importante que o avaliador fosse também negociante de escravos (AGCRJ: 6-1-11, f.7). Em pedido encaminhado ao Senado da Câmara, pelo Capitão Daniel Luiz Vianna, em 18 de outubro de 1824, por exemplo, havia um anexo comprovando seu conhecimento da função, pois negociava escravos havia vinte anos (AGCRJ: 6-1-12, f.44). Sua experiência no trato com escravos garantiu-lhe acesso à Câmara.

A importância que tinha o escravo para a economia e a sociedade luso-brasileira pode ser facilmente percebida pela exigência conferida àquele que deveria ocupar o cargo de avaliador. Era necessário que ele fosse portador não apenas de capital econômico. Para preencher os quadros do Senado da Câmara, fazia-se necessário que, para seu justo exercício, o candidato fosse

portador de um conhecimento específico, daquele conjunto de qualificações intelectuais exigidas para o exercício do ofício. Qualificações estas que já as possuía um negociante de escravos. Na primeira metade do século XIX, portanto, ser avaliador, licenciado pelo Senado da Câmara e negociante de escravos, no maior “mercado de almas” das Américas, sem dúvida alguma, representava, além de divisas, *status* e poder.

Na indissociável relação entre os capitais econômico e cultural, temos outros dois que tornam a percepção social do objeto em questão ainda mais precisa. Licenciado para atuar em conformidade com a legalidade, em benefício do próprio Estado sobre a escravaria, o avaliador passaria a gozar de um conjunto de relações sociais, junto ao Senado e fora dele, que garantiriam o endosso e a legitimação necessária à permanência na função. Bourdieu denomina a instauração e a manutenção das relações de *capital social*. Como parte deste jogo de relações, existe o ritual: um conjunto de boas maneiras relacionado à honra e ao reconhecimento. O *capital simbólico* efetiva os demais capitais na própria relação social, tendo por fim a legitimação pelo reconhecimento da distinção. As relações sociais derivam do acúmulo de diversos capitais e, portanto, do lugar que o indivíduo ocupa. Pretender o cargo de avaliador significava certificar-se desta questão. Sabemos que os membros do Senado zelavam pela comprovação da honra de seus pares. Ninguém que não fosse reconhecidamente “bom”, conceito que implicava seu lugar social, poderia ocupar um posto no centro instituído do poder local. Neste sentido, uma das partes do processo de seleção ao ofício consistia em averiguar sua conduta. Evidente que o sucesso, ou o fracasso, de tal acareação dependia bastante do *capital social* do nome em questão.

Joaquim José Pereira do Amaral, em 4 de julho de 1807, apresentou anexa à petição uma carta referendando-o ao cargo. O autor, José da S. Loureiro Borges, foi Juiz de Fora, ex-presidente do Senado e auditor das Tropas de Mar e Terra (AGCRJ: 6-1-11, f.16). Sabemos que Pereira do Amaral permaneceu por mais de vinte anos no ofício de avaliador. Sua primeira petição foi feita em 1805 (AGCRJ: 6-1-10, f.8), encerrando furtivamente sua carreira, aos 18 de outubro de 1827 (AGCRJ: 6-1-12, f.47), quando embarcou para Portugal deixando quatro filhos. Sua longa permanência em uma função que pedia apenas dois membros e estimulava o desejo de tantos outros se devia não apenas à sua competência, mas também à malha relacional que construiu e, de certo, preservava. O que levaria um ex-presidente do Senado a indicar um nome ao cargo de avaliador? Seria apenas expressão de bondade e reconhecimento de um valor? Aparentemente, Pereira do Amaral tinha mais a ganhar do que o então auditor das Tropas de Mar e Terra da Corte. Mas o que poderia este auferir com a indicação?

Se há um local que podemos situar como o *locus* privilegiado do poder no século XIX, em especial na sua primeira metade, é a Câmara Municipal. A vida política centrava-se ali. Todos os aspectos da vida municipal eram cogitados em suas dependências. Tudo passava pela Câmara. Preencher seus quadros era cercar-se do poder instituído, distinguir-se e dominar. O avaliador de escravos, de modo especial, vivia esta relação no cotidiano de sua práxis, pois, atuando nas praças (AGCRJ: 6-1-11, f.17), era a mão do Estado, que em nome de Sua Majestade, a quem jurava bem servir (AGCRJ: 6-1-12, ff.5-5v), versava sobre a escravaria. Seu reconhecimento social, decerto, motivava outros à troca de favores. Em dado momento, o auditor das Tropas lhe presta um favor, certamente esperando o mesmo em tempos futuros, ou agrados diversos, no que tange à ocupação do avaliador. *Capital social* era algo que realmente aparecia nos autos de Joaquim José Pereira do Amaral. Em 1817, ele recebe indicação para permanecer na função vinda do próprio D. João (AGCRJ: 6-1-10, f.60). O avaliador em questão jamais permaneceria tanto tempo na função, se não pelo *capital social* que detinha. Decerto, a nomeação concedia uma série de vantagens sociais, cuja consequência imediata era o acúmulo de capital simbólico.

Do ponto de vista da legitimidade, o porta-voz do Estado está cercado de uma atmosfera, de um simbolismo, cuja oficialidade garante o modo de ser do agente e seu trato pelos demais. A nomeação tem a capacidade de “subtrair os seus detentores à luta simbólica de todos contra todos, dando acerca dos agentes sociais a perspectiva autorizada, reconhecida de todos, universal” (Bourdieu, op.cit., p.147). O avaliador de escravos era portador de um *capital simbólico* profundamente arraigado na cultura da sociedade oitocentista luso-brasileira. Entendemos cultura em seu sentido amplo, um conjunto de normas, valores e práticas que se adquire e se partilha no campo social. Neste sentido, podemos pensar que a produção cultural do século XIX engendrou uma lógica de distinção baseada no trabalho compulsório, que predominava francamente no Rio de Janeiro. Tudo aquilo que parecia desprezível ao homem branco era função dos escravos.

A vida rentista que levavam aqueles que podiam adquirir um escravo muito surpreendia os viajantes estrangeiros.

*“A ociosidade, a propósito – comenta Pierre Sonnerat, navegador francês que permaneceu no Rio de Janeiro por quase dez meses (22 de abril – 10 de maio de 1748) – passa, entre eles, por sinal de dignidade (...) Todos querem ser nobres e (...) coisas simples como dar ordens aos escravos e fiscalizar o seu trabalho parecem-lhes contrárias à grandeza e à opulência que ostentam” (Sonnerat, Pierre, apud França, 2000, p.211).*

Mas não eram apenas os pobres que desejavam o *modus vivendi* da elite dominante. Muitos dos negros forros, como vimos, assim que podiam compravam sapatos e escravos. Estas categorias de visão de mundo são próprias da legitimação da violência simbólica. Os axiomas são aceitos e vividos como óbvios. Em três séculos de escravidão, nada mais óbvio do que a acomodação das representações dominantes, cujo processo de condicionamento já estava mais do que legitimado no século XIX.

A institucionalização muito contribui para a difusão de valores e crenças. Ao instituir a realidade, materializando-a num órgão específico, cria-se uma instância de socialização. Socializar, nada mais é do que a incorporação de *habitus*, produzidos, interiorizados e transmitidos, promovendo assim a interação do indivíduo com a sociedade. A concessão de crédito às instâncias de poder, processo natural de acomodação e legitimação, promove ainda mais o uso da autoridade como normalizadora do real. Por que crer algo como natural? Parece natural pelo consenso, que delega valor a determinada visão da realidade. Assim, o Senado da Câmara, como centro de irradiação do poder político, determinava e precisava a realidade nas múltiplas instâncias da vida social. Isso, contudo, se deve à capacidade de nomeação.

Atribuir títulos e rótulos oficiais é instituir a realidade. A promoção de indivíduos tem em vista a distinção no campo social, a fim de garantir a representatividade da realidade instituída. Essa eficácia simbólica, na qual o agente sente-se representante da instituição, só funciona devido ao funcionamento do espaço social. O *capital simbólico* alcança sua razão de ser no crédito, naquilo que é visto como justo, digno, e que é consentido e percebido assim pelos demais membros da sociedade. Existir socialmente é ser percebido e reconhecido. De modo geral, o processo de representatividade passa por este viés. A reputação e o prestígio de determinada instituição atravessa seu agente representante, de forma que este passa a fazer as vezes da instituição apropriando-se de um capital, do qual ele participa pelo simples fato de representar. O nomeado oficialmente é reconhecido pelas demais pessoas com as quais se relaciona. É a instituição que dá prestígio ao indivíduo. Ocupar um determinado lugar e compartilhar de seus direitos e reputação é antes de tudo adquirir um capital distintivo. Assim, onde está o agente representante está, também, a instituição que o nomeou.

Esta é a relação do avaliador de escravos com o Senado da Câmara. Funções representativas do poder político nos oitocentos eram garantia de *status* e posição social, que estabelecia inevitáveis ligações na malha relacional do indivíduo nomeado a outros indivíduos e grupos diversos. Principalmente, no que tange ao “mercado de almas”, havia muito interesse de pessoas variadas, empresas mercantis e casas comerciais, que se acotovelavam neste campo.

A empresa escravista, ao mesmo tempo em que garantia a reestruturação da mão-de-obra pelo comércio transatlântico, com o tráfico de africanos, promovia o reingresso de braços já cansados, recomercializando-os em um mercado altamente diversificado.

Vendas informais e leilões estavam disponíveis nos jornais, em placas pelas ruas e na boca das pessoas. Escravos de diversos ofícios eram comercializados em distintas valorizações. O comércio da mão-de-obra escrava movia a economia e a sociedade, implicando o processo de hierarquização. Onde, as diferenciações sociais podiam ser facilmente observadas nas transações comerciais de escravos novos e ladinos. Enquanto o branco não abastado possuía um ou dois escravos, colocados no ganho ou na sua pequena propriedade, os mais enriquecidos regalavam-se em nada fazer, pois tinham diversos cativos à disposição, servindo de portas adentro e afora. É neste ambiente que se insere o avaliador, versando sobre os escravos hipotecados ao Estado. O prestígio de que gozava a função, sem dúvida alguma, promovia a distinção social (cf. Elias, 2001, p.35 e p.116) do agente nomeado para, em nome de sua Majestade, promover o reingresso dos “bens semoventes” apreendidos pelo não-resgate da hipoteca. As vendas ocorriam “sempre em leilão público, e a quem mais der” (AHCF: cx.11, lv.54, f.7), ritual que tem no centro negociável o avaliador, representante da legalidade, a quem cabia o valor. O crédito conferido à sua autoridade e a crença natural da realidade dada promovia aquele que se identificava com este *constructo* um capital cujo simbolismo fomentava a dominação e a hierarquização de pessoas e bens, mesmo que estes se confundissem num bem pessoal: o escravo.

O simbolismo, inerente ao cargo, portanto, promovia a personificação do poder. Numa sociedade de relações pessoais, em que o prestígio era fator de hierarquização, aquele nomeado para exercer um determinado cargo de mando vivenciava uma realidade na qual o reconhecimento adquiriu fator fundamental. Neste sentido, era preciso, para não perder o prestígio e, também, a legitimação, corresponder ao conjunto de rituais que o *capital simbólico* impunha, relativo a boas maneiras, conduta e relação interpessoal. A efetivação deste capital dependia da capacidade relacional do nomeado. Este capital, na verdade, poderia ser considerado um bem, pois adquirir tal simbolismo, na sociedade de corte, significava promover, a seu tempo, as três outras formas de capital.

## **O CAMINHO DA PROVISÃO**

Para que alguém pudesse preencher uma das duas vagas disponíveis à função de avaliador de escravos, na cidade do Rio de Janeiro, em primeiro lugar deveria fazer uma carta de petição destinada ao Senado da Câmara. Assim o fez

Joaquim José Pereira do Amaral, aos 21 de agosto de 1805:

*“Diz Joaquim José Per<sup>a</sup> do Amaral, negociante de escravos, q se acha próximo de acabar hum dos avaliadores de escravos do Concelho, q servem homens de deferentes ocupaçoens, e por q no Sup<sup>e</sup> convem todas as sirconstancias precisas recorre a V. M<sup>es</sup> queirão provir ao Sup<sup>e</sup> (...) o emprego q suplica, o q justificará sendo necessário”* (AGCRJ: 6-1-10, f.45J).

Sem dúvida era preciso justificar sua adequação ao ofício. Os candidatos, de modo geral, dependendo do capital social que ostentavam, apressavam-se em comprovar sua adequação aos princípios de idoneidade e conhecimento requerido para acomodação na função, levando consigo carta comprobatória. Um bom exemplo por nós já citado é a carta de José da S. Borges, auditor das Tropas de Mar e Terra do Brasil, que endossava o acesso ao cargo de Joaquim José Pereira do Amaral, como podemos ver em sua carta que se segue:

*“José da S. loureiro Borges, Juiz de fora, Crime Provedor exprezidente do Senado, Auditor das Tropas de Mar Terra deste Estado do Brazil p<sup>r</sup> S.A.R.*

*Atesto que Joaquim José Pereira do Am<sup>al</sup> servindo de Avaliador de Escravos se portou de tal maneira que nunca me constou Cometer crime que o mal conceituasse e por esta me ser pedida lhe mandei passar que assignei.*

*Rio de Janr<sup>o</sup>, 4 de Agosto de 1807.*

*José Loureiro Borges”* (AGCRJ: 6-1-11, f.16)

O mesmo podemos observar com relação ao Capitão Daniel Luiz Vianna:

*“Nós abaixo assignados atestamos e juramos, sendo necessário em como o Capitão Daniel Luiz Vianna, tem todo o conhecimento do negocio de Escr<sup>os</sup> pela grande prática que tem tido, e tem de os vender a mais de 20 annos, e por nos ser esta pedida a mandam os passar & só a assignamos.*

*Rio de Janeiro 18 de Outbr<sup>o</sup> 1824”* (AGCRJ: 6-1-12, f.44).

No entanto, a própria Câmara se encarregava de averiguar a idoneidade do pretendente. Após abrir o processo com pedido formal ao Senado, um segundo momento consistia em fazer *Correr Folha*. Era uma acareação pública na qual os escrivães atestavam, após consulta junto aos cidadãos, a idoneidade do pretendente, ou seja, sua adequação ao regime de verdade, necessário à manutenção e reiteração temporal do *constructo* e do *status quo* dominante. Acarear a idoneidade nada mais é que perceber seu lugar no campo social. Estamos falando, então, de prestígio. Participar da Câmara, ser considerado cidadão,

era uma honra devida a alguém reconhecido por seus pares. Afinal, honradez neste caso significa existir socialmente, estar conforme à ordem e por ela constituído singularmente.

Esta parte do processo objetivava perceber o lugar social do pretendente. Fazia-se preciso reconhecer sua distinção e honradez, ou seja, sua diferenciação em relação à desordem. Era comum tanto para o primeiro pedido de provisão, quanto para sua renovação, como podemos ver no exemplo a seguir:

*“Diz Joaquim J<sup>e</sup> Pereira do Amaral Avaliador dos Escravos desta corte que se lhe faz preciso correr folha p<sup>os</sup> Escrivains que costumão responder as mesmas. Facão o Sup<sup>te</sup>. P. a V.As Seja Servido mandar paçar Alvara de folha Corrida” (ibid., f.2).*

*“O D<sup>r</sup> Ant<sup>o</sup> Corr<sup>a</sup> Picanço, Fidalgo, Proffesso na Ordem de Christo, Dez<sup>or</sup> da Caza da Supp<sup>am</sup> e nella Correg<sup>or</sup> da Côrte, e Caza, &*

*Mando aos Escrivaens criminaes, q’ nesta dicta Côrte costumão responder as folhas dos culpados, respondão a do Supp<sup>e</sup> com culpa ou sem-Na. Rio 10 de Dezbr<sup>o</sup> de 1821” (ibid., f.2v).*

Vale notar a importância das titulações. Adequado perfeitamente ao mundo da ordem, segundo o regime de verdades em vigor no século XIX luso-brasileiro. A resposta ao D<sup>r</sup> Antonio Correa Picanço não tardou; de modo geral não demorava mais que uma semana:

*“Rio 15 de dezembro de 1821*

*Manoel Xavier de Barroz guarda Menor do Tribunal da Caza da Supp. desta Corte &*

*Certifico que esta folha vai respondida por todos os escrivaens criminaes que nesta dita corte costumão a responder em fé do que passøy a presente e assigney.*

*Rio, 15 de Dezembro de 1821*

*Manoel Xavier de Barroz” (ibid., f.3).*

Como o desenrolar destes processos nem sempre se dava com tranquilidade, era prudente fazer procuração a algum vereador a fim de garantir os fins desejados. Apenas duas vagas não eram suficiente para a satisfação do desejo daquela gama de pretendentes, de forma que agravos e acordos diversos faziam parte da rotina destes processos. Era prudente cercar-se de precauções. Muitos candidatos, então, concediam plenos poderes a um procurador que deveria, com a devida procuração lavrada em cartório, fazer valer os direitos do suplicante, como fez Pereira do Amaral.



“Aos seis de Fevereiro de mil oito centos e Oito annos, nesta Cidade do Rio de Janeiro, em O meu escritório o \_\_\_\_\_ [sic] Joaquim José da Rocha digo do Amaral e por elle me foi dito que para esta cauza de agravo faria seus procuradores aos Senadores Jose de Oliveira Fagundes e Barilis [sic] Ferreira Duarte e aos solicitadores Maximiliano Alves de Araújo, e Antonio de Pires e Silva, aos quais todos juntos, e a cada hum (...) dava todos os poderes que em Dir<sup>to</sup> sejam concedidos de opitarem, agravarem, embargarem e jurarem em Sua alma todo e qual quer licito juram<sup>to</sup> e de calunia, e que So para Sy rezervava toda \_\_\_\_\_ [sis] citação; e para Constar fiz este termo em que Me assinou em Antonio Martins Pinto de Britto. Escrivão.

Joaq<sup>m</sup> Joze Per<sup>d</sup> do Am<sup>al</sup>” (AGCRJ: 6-1-11, f.6).

Uma vez admitido no ofício, o candidato recebia provisão para exercício de um ano na função, devendo jurar diante do presidente do Senado bem servir ao emprego que recebia em nome de Sua Majestade Imperial, para o bem público, atuando conforme as posturas do poder local, conforme podemos conferir no exemplo descrito:

“O Senado da Câmara desta Corte do Brazil &.

Fazemos saber aos que a presente Provizão virem que Joaquim Jozé Pereira do Amaral nos requereu Provimto para continuar a servir o emprego de Avaliador de Escravos nesta Corte e Constando-nos que bem tem servido: em attenção ao referido. Achamos por bem prover (como por esta fazemos) ao dito Joaquim Jozé Pereira do Amaral no emprego de Avaliador de Escravos desta Corte por tempo do futuro anno de 1823. Se tanto nos parecer conservallo, ou S. Magestade Imperial não Mandar-o contrário: e com a dita serventia ficará sugeito a alteração que houver, e haverá os seus endumentos [sic] na forma do seu Regimento. E por firmeza de tudo jurará perante o Dezembarg<sup>or</sup> Juiz Presidente de que se fará termo nesta que vai por nós assignada e com o sello do Senado. Dada em Vereação de 13 de Novembro de 1822. Eu, Joze Martins Rocha, Subscrevi.

Provizão pela qual V.S. há por bem prover a Joaquim José Pereira do Amaral no emprego de Avaliador de Escravos desta Corte por hum anno na forma acima” (AGCRJ: 6-1-12, f.5).

“Jurou perante o Dezembargador Juiz Presidente do Senado de servir bem o Emprego de Avaliador na forma da Provizão retro, guardando em tudo o serviço de Sua Magestade Imperial, bens públicos e as Posturas do Senado. Rio aos 13 de Novembro de 1822. Eu José Martins Rocha a escrevo” (ibid., f.5v).

Vale a nota na qual havia certa insegurança no exercício do ofício. Era um direito de sua Majestade e/ou dos membros da Câmara poder retirar o concedido. No mais, restava ao recém-avaliador, após provisão, receber licença para exercer o ofício junto à praça.

“18 de Dez<sup>bro</sup> de 1824.

*Diz Joze Antonio de Abreu Guimaraens, que para bem de sua justiça se lhe faz preciso que o Escrivão do m<sup>mo</sup> Senado lhe passe p<sup>r</sup> Certidão. Seo Sup<sup>te</sup> jurou o projecto da Constituição deste Império.*

*Pa V.V. SS. se dignem mandar-lhe passar a ditta Certidão na forma requerida” (ibid., f.16).*

Estes eram, portanto, os principais passos previstos pela burocracia em sua legalidade operacional. Na prática as coisas não eram tão simples ou mesmo tranqüilas. Uma rede relacional privilegiava poucos homens bem localizados no campo social, portadores de uma série de capitais que, valendo-se do poder que exerciam junto à Câmara Municipal, beneficiavam-se mutuamente com um sistema de apadrinhamento e troca de favores que, inclusive, dificultava o provimento de muitos pretendentes ao ofício.

A busca pelo ofício de avaliador de escravos deixou diversos candidatos frustrados, pois não possuíam as “qualificações necessárias” para ocupar a função. Jozé Antônio Teixeira de Carvalho, segundo seus autos de 1797 (AGCRJ: 6-1-10, ff.22-24), aparece agravando-se daquele que a Câmara havia escolhido para a função: Alexandre Pereira da Silva Xavier, que fora afastado posteriormente por não ter comportamento exemplar (ibid., f.39). Essa razão impossibilitou-o de regressar em 1804. Estava marcado, estigmatizado. Quais as razões do estigma não sabemos, fato é que, de alguma forma, ele também não correspondeu ao esperado para alguém que ocupava tal ofício.

O poder exige, de seus nomeados, adequação ao *constructo*. Vontade e representação se complementam e colaboram com o mesmo fim: reiterar temporalmente uma determinada construção social. Assim, todos os indivíduos cooperam para a sobrevivência de determinada dominação. Enquanto alguns têm seu desejo de poder satisfeito e tornam-se representantes, outros vêem sua vontade restringida. No entanto, pelo simples fato de desejarem, legitimam o regime que os excluiu. Inclusão e exclusão são as duas faces da mesma moeda cunhada pelo poder em suas representações.

Jozé Soares Pinho é outro caso típico de não-adequação ao mundo da ordem. Em 4 de novembro de 1826 tentou indicar seu filho para a função de avaliador de escravos. O jovem, no entanto, não preenchia as exigências da Câmara. Era menor de 25 anos. Até aí nada de mais. Porém, cigano. Este fato dependeria dos demais capitais que o jovem fosse capaz de ostentar. Contudo, “se achava reduzido ao estado de indigência” (AGCRJ: 6-1-12, f.32). Esta informação vetou definitivamente o acesso do jovem pretendente ao cargo. É adequação exacerbada ao concebido por “desordem”. Não entrando o filho, tentou o pai: Jozé Soares Pinho, ho-

mem branco, maior de cinqüenta anos e arrasado financeiramente (ibid., f.42). Em inventário aberto após a morte de sua mulher D. Thereza Maria de Jesus, em 1833 (AN: Inventários *post mortem* da Vara Cível do RJ, nº882, cx.301), o juiz dizia não entender por que tanta briga por uma escrava apenas. Parecia, segundo o inventário, que seu genro Bento estava obcecado pelo único bem da família, sobre o qual pediu, inclusive, uma avaliação. Definitivamente, Soares Pinho não parecia ostentar cabedal suficiente, o esperado pelos *homens bons* do termo, para assumir a função de avaliador de escravos. A família Pinho conheceu o pior das relações de poder: a exclusão e a segregação. Mas não foram os únicos.

Antônio José Pereira do Amaral estava tentando a vaga de seu sobrinho Joaquim José Pereira do Amaral. Este que, como vimos, foi para Portugal e deixou filhos pequenos. O pretendente, tio-avô das crianças, por elas se responsabilizou e tentou assumir as funções deixadas pelo sobrinho (AGCRJ: 6-1-12, f.50). Disputando a função com o capitão Daniel Luiz Vianna e José Soares Pinho, poucas chances couberam-lhe. Soares Pinho, já vimos sua situação. Luiz Viana, no entanto, era “capitão” e traficava escravos havia mais de vinte anos (ibid., f.43). Levou testemunho sobre seu trato com escravos e idoneidade (ibid., f.44). Antônio José Pereira do Amaral, por sua vez, apresentou apenas a necessidade e o parentesco com alguém que abandonou a função, sem dar explicações (ibid., f.47). O que identifica nossos excluídos é a pobreza, a exclusão e a legitimação do *constructo* pela vontade e/ou necessidade.

Se levarmos em consideração que na sociedade de corte os privilégios dão sentido à existência – melhor dizendo, criam-na –, os indivíduos estavam a todo instante rivalizando uns com os outros para melhor se posicionarem no campo social, hierarquizando-se mediante o acúmulo de benefícios simbólicos, porta aberta a outras formas de beneficiamento. A busca por privilégios é sempre uma busca pelo poder. O desejo de poder, portanto, cria a vontade mediante aquilo que é valorizado em cada sociedade singularmente. É através da manutenção do desejo que o poder pode garantir sua reiteração temporal de forma que mesmo o excluído pode, pelo simples fato de desejar, garantir a sobrevivência do sistema que o excluiu. O caso do avaliador de escravos é singular e indiciador desta realidade.

Licenciado para atuar em conformidade com a legalidade, em benefício do próprio Estado sobre a escravaria, o avaliador, como agente nomeado, passava a gozar de um conjunto de relações sociais, junto ao Senado, a quem jurava bem servir em nome de Sua Majestade para a satisfação pública. Vimos o quanto uma indicação era importante para a permanência na função. Mais que isso, era preciso reciprocidade com quem detinha o poder político num duplo beneficiamento. Decerto, o avaliador de escravos fazia mais do que apreçar, ele localizava socialmente o escravo a partir de uma série de

predicações, conforme o regime de verdade estabelecido e segundo os quais hierarquizava os cativos ao mesmo tempo em que também ele se hierarquizava na luta de todos contra todos.

## **Bibliografia**

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *O comércio de escravos novos no Rio setecentista*. In: FLORENTINO, Manolo (org.). *Tráfico, cativo e liberdade (Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s.d.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FLORENTINO, Manolo Garcia. *Em costas negras: uma história do tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (Séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 -1839)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Outras visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos - 1582-1808*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

PANTOJA, Selma & SARAIVA, José Flávio Sombra. *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *Negro na rua: A nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

## **RESUMO**

A Câmara Municipal carioca, palco de inúmeras relações de clientelismo e lutas por poder, foi o *locus* da elite local detentora das regalias e da própria cidadania no primeiro quartel do século XIX. Enquanto tal hierarquia promovia a uns, outros, no entanto, viam-se à margem da sociedade. Daí o espírito gregário e o sentimento de solidariedade que promovia os mais simples pela pertença a um determinado grupo de poder, que levou muitos a assumirem ofícios menores nas municipalidades. É o caso do *avaliador de escravos*, representante da legalidade que promovia a legitimação da ideologia escravista que hierarquizava os indivíduos mediante a posse do trabalhador cativo. Mais que gerar divisas aos cofres públicos, reiterava a estrutura escravista e o *status quo* daquela elite camarária que se beneficiava com a ordem vigente na América portuguesa.

Palavras-chave: **História Política, Câmara Municipal, avaliador de escravos.**

## **ABSTRACT**

The Municipal Council of Rio de Janeiro, which was the stage of several relationships of clientage and power struggles, was the *locus* of the local elite who held all privileges and, indeed, citizenship in the first quarter of the 19<sup>th</sup> Century. While this hierarchy led to the promotion of some, others were relegated to the fringes of society. This gave rise to the gregarious spirit and the sentiment of solidarity of the more simple citizens trying to gain access to the group in power that led many of them to accept lesser professions in the municipalities. This is the case of the Slave Assessor, an established representative that gave legal grounds to the slave ideology that hierarchised individuals by their capacity of owning slave labour. More than just providing monies to the state coffers, he reinforced the slave structure and *status quo* of that political elite that benefited from the established order of Portuguese America.

Key-words: **Political history; Municipal Council; slave evaluator.**

# A exclusão social do consumo em uma sociedade escravista<sup>1</sup>

**Pedro Henrique Pedreira Campos**

*Professor de História Econômica do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e professor stde História da Rede Municipal de Duque de Caxias. [phpcampos@yahoo.com.br](mailto:phpcampos@yahoo.com.br)*

A chegada da Corte à capital da América portuguesa não representou apenas uma ruptura para a condição do Brasil enquanto colônia, também a cidade do Rio sofreu profundas modificações a partir de então. Além da alteração demográfica, a presença do Estado português levou a constantes intervenções urbanas, o que fez com que os historiadores Francisco Falcon e Ilmar de Mattos afirmassem que, no período joanino, a cidade perdeu o seu ar colonial e passou a sofrer um processo de europeização. Essas mudanças trouxeram uma urbanização maior da cidade, sendo sintomático disso o aumento do número de ruas, que eram 46 em 1808 e passaram a 90 em 1828. Houve também perseguição às habitações e construções irregulares por parte da Intendência Geral de Polícia e por Tomás Antonio de Villanova Portugal, ministro que ficou com a incumbência de resolver as questões urbanísticas da nova Corte (Falcon, Mattos, 1972, p.293; Renault, 1985, pp.19-20 e 103; Silva, 2000, pp.99-100).

1 Artigo retirado de um capítulo da dissertação: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-1835*. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 2007. 262p., que recebeu *menção honrosa* no concurso de monografias *Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos* 2007 (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro).

A despeito dessas modificações e políticas urbanísticas, é possível ver muitas continuidades na capital ao longo da primeira metade do XIX em relação ao período anterior a 1808. A cidade manteve suas características coloniais básicas (Linhares, 1979, p.155-159; Campos, 2007, pp.157-159) e a própria estrutura social carioca não sofreu grandes alterações com a vinda da Corte, muito pelo contrário, parecem ter se acentuado as fortes distinções sociais vividas na capital da América portuguesa.

## A ESTRUTURA SOCIAL DA CIDADE DO RIO NA ÉPOCA JOANINA:

A sociedade brasileira na primeira metade do século XIX era altamente hierarquizada e excludente e a capital não fugia a essa regra. João Frago e Manoel Florentino estabeleceram interessantes estudos da estratificação social

vigente na cidade e na área rural em seu entorno a partir dos inventários *post-mortem*, o que exclui os escravos e os indigentes, que representavam algo como metade da população da Corte. Mesmo com esta exclusão significativa, nota-se uma estrutura social bastante hierarquizada entre os homens livres. Para o período entre 1790 e 1840, João Fragoso afirma que cerca de 14% dos mais ricos inventários continham mais de 60% da riqueza total, enquanto mais de 45% dos inventários dos mais pobres contavam com 4% da riqueza. Além disso, o mesmo autor destaca que, nas primeiras décadas do XIX, essa disparidade se acentuou, acompanhando a transferência da Corte, a vinda de estrangeiros e a chegada de inúmeros escravos à cidade depois de 1808 (Fragoso, 2000, p.149)<sup>2</sup>.

2 Dados mais detalhados podem ser encontrados em FRAGOSO, 1992, pp.255-126; FLORENTINO, 1997, pp.186-187.

Maria Beatriz Nizza da Silva, em um livro dedicado especialmente à estratificação social no Rio de Janeiro na época joanina, ilustra bem a dinâmica dessa hierarquização. Pretendendo apenas descrever e classificar a estratificação no período, e não analisá-la, a autora afirma que se vê uma grande desigualdade na cidade. Os salários de funcionários públicos eram muito variáveis, indo de 150\$000 réis ou menos para um escrivão anualmente, até 4:800\$000 réis para um ministro de Estado, uma variação de 3.100%. Também no comércio, ela descreve o que já foi visto aqui e o que João Fragoso depois caracterizou (ver Fragoso, 2000, pp.173-174), que existia uma pequena parcela de poderosos homens de negócio, seguida por uma multidão de comerciantes e caixeiros. Usando dados de John Luccock, ela fala de quarenta negociantes, dois mil retalhistas e quatro mil caixeiros na cidade, números que, apesar de excessivamente arredondados, denotam a hierarquização existente no ramo mercantil (Silva, 1975, p.7; pp.20-24; pp.93-97).

O mercado de consumo também tinha a sua desigualdade, como na compra e venda de escravos. Usando o inventário de Elias Antonio Lopes, Nizza da Silva nota que existiam escravos de 6\$400 réis até outros de 153\$600 réis, o que variava de acordo com experiência, sexo, idade, saúde e outros fatores. Ela nota e enumera diversos adjetivos, conotações, nomes e títulos que emitem um valor hierárquico aos trabalhadores e às pessoas, o que caracteriza, segundo a sua análise, uma sociedade de ordens, mais do que de classes. As classes dominantes urbanas eram compostas pelos negociantes e os altos funcionários do Estado português e, segundo a autora, a estratificação social na cidade era maior do que em outras sociedades pré-industriais (*ibid.*, pp. 142-143; 156-161; 164-165).

Entende-se que a sociedade brasileira da primeira metade do XIX era extremamente desigual, mais do que outras contemporâneas ou não-capitalistas, em função da existência da escravidão, o que, além de separar a existência

entre livres e cativos, cria distâncias no controle da propriedade entre os livres, em que alguns não têm escravos, outros têm poucos, e alguns poucos têm muitos, gerando uma forte desigualdade social. Portanto, era o fato de essa sociedade de classes ser escravista que a fazia tão hierarquizada, mesmo entre os não cativos ou, como afirma Gorender, era a propriedade de escravos sobretudo que posicionava o indivíduo na estrutura de classes (Gorender, op. cit., pp.205-209).

### **OS HÁBITOS DE CONSUMO:**

As obras dos viajantes que vieram ao Brasil e ao Rio de Janeiro após 1808 constituem a fonte mais rica sobre os hábitos de alimentação aqui existentes no período. Seus relatos são bastante diversos, havendo alguns que afirmam ser péssima e escassa a comida brasileira, e outros que indicam haver aqui uma superabundância de alimentos. Essa diversidade dos registros pode ser explicada pela diversidade da origem geográfica dos mesmos, da origem de classe e também de períodos diferentes de suas estadias na cidade. Apesar da contradição entre as descrições, a riqueza do detalhamento transmitido nesses livros supera os problemas, permitindo que seja apresentado um quadro amplo da alimentação dos cariocas desde a chegada da Corte. No entanto, não se pretende aqui mostrar quais eram os gêneros consumidos e as minúcias da alimentação, mas sim a divisão social do consumo, particularmente na obtenção de proteínas animais.

Algo geral a todas as descrições sobre a alimentação dos brasileiros era a surpresa com o grande número de frutas e iguarias ausentes na culinária européia. Eles notaram a grande quantidade de água, frutas e pouca carne no cardápio nacional, vinculando-a ao clima tropical. Segundo Debret, a temperatura também era responsável pelo abandono da etiqueta, o que era visível em todas as partes da cidade e classes sociais. Há um grande número de produtos estrangeiros e gastrônomos europeus, que vieram com a Corte e os estrangeiros, com o objetivo maior de atender a estes. Várias casas de pasto faziam refeições, especialmente para os estrangeiros não acostumados à cozinha brasileira, e ainda botequins, pastelarias e confeitarias vendiam petiscos e empadas. Muitos estrangeiros, porém, reclamavam da falta de boas casas de pasto na cidade que atendessem aos hábitos alimentares do paladar dos negociantes e viajantes (Silva, 1993, pp.219-220; 224-225; Debret, 1989, vol.2, p.60-63; Kidder, 2001, pp.87-88).

Debret mostrou como o horário das refeições variava de acordo com a profissão das pessoas, citando uma casa de um negociante inglês, onde o proprietário jantava às 18 horas e os empregados faziam a mesma refeição



às 14 horas. Era costume fazer uma sesta após o jantar, descanso que podia se estender por 2 ou 3 horas (Debret, op. cit., pp.60-3). Foi também deste viajante o melhor relato sobre a diferenciação social do consumo, obtida a partir de um jantar na casa de um negociante britânico. Primeiramente, ele descreve refeições cotidianas deste homem de negócios:

*“Quanto ao jantar em si, compõe-se, para um homem abastado, de uma sopa de pão e caldo gordo, chamado de caldo de substância, porque é feito de enorme pedaço de carne de vaca, salsichas, tomates, toucinho, couves, imensos rabanetes brancos com suas folhas, chamados inapropriadamente nabos etc, tudo bem cozido” (ibid.).*

A esses alimentos se acrescentava, ao longo de um extenso banquete, o seguinte: folhas de hortelã, “e mais comumente outras de uma erva cujo cheiro muito forte dá-lhe um gosto marcadamente desagradável”; um cozido com carnes e legumes variados; escaldado – flor de farinha de mandioca – junto com caldo de carnes, tomates ou camarões; galinha com arroz; verduras cozidas extremamente apimentadas; suco; uma “resplendente pirâmide de laranjas”; molho a frio feito com malagueta esmagada no vinagre; salada com cebola crua e azeitonas; como sobremesa, doce-de-arroz frio com canela, queijo de minas, queijos holandeses e ingleses, laranjas, ananases, maracujás, pitangas, melancias, jambos, jabuticabas, mangas, cajás, frutas-do-conde e outras frutas. Tudo era acompanhado de vinhos Madeira e Porto, servidos em cálices, juntamente com um copo de água sempre mantido cheio pelos criados, com um café no final da refeição (ibid.).

De toda essa descrição, deve-se salientar o luxo e sofisticação do banquete, com produtos de origens diversas e, principalmente, a presença destacada de todos os tipos de carne, em especial o “enorme pedaço de carne de vaca”, que se refere à carne verde. O consumo ilimitado de proteínas é uma das grandes características da alimentação das pessoas abastadas da cidade, fundamentalmente, quando comparada com a dos homens livres pobres e dos escravos. É impossível saber a data certa das refeições que o viajante fez com este negociante inglês, sabendo-se apenas que Debret ficou no Brasil entre 1816 e 1831. Na mesma parte da obra do memorialista francês, destinada a descrever a alimentação no Brasil, há o relato do jantar de outras classes sociais:

*“Passando-se ao humilde jantar do pequeno negociante e sua família, vê-se, com espanto, que se compõe apenas de um miserável pedaço de carne-seca, de três a quatro polegadas quadradas e somente meio dedo de espessura; cozinham-no à grande água com um punhado de feijões-pretos, cuja farinha cinzenta, muito substancial, tem a vantagem de não fermentar o estômago. Cheio o prato com esse caldo, no qual nadam alguns feijões, joga-se nele uma grande pitada de farinha de mandioca, a qual, misturada com os feijões*

*esmagados, forma uma pasta consistente, que se come com a ponta de uma faca arredondada, de lâmina larga. Essa refeição simples, repetida invariavelmente todos os dias e cuidadosamente escondida dos transeuntes, é feita nos fundos da loja, numa sala que serve igualmente de quarto de dormir” (ibid.).*

É possível constatar o contraste com a refeição tida por Debret na casa do homem de negócios inglês. Apesar de o texto acima afirmar se tratar de um pequeno negociante, o termo não é o mesmo que o usado nesse artigo, devendo ser a pessoa retratada pelo viajante francês um simples comerciante da cidade, proprietário de uma loja e não um grande comerciante que atuava no atacado. Nota-se também que o comerciante não consome carne verde, mas sim o charque, gênero de preço mais compatível com a sua condição social. A quantidade de carne é pouca, como ressalta o próprio relato, e não há diferentes tipos de carne, como no caso do banquete do homem de negócios britânico. Além disso, há nesse prato o feijão e a farinha de mandioca, gêneros de caráter mais popular inexistentes no cardápio do negociante.

O indigente se alimentava dos “restos que a caridade lhe prodigaliza” e os escravos que nasciam na casa dos senhores eram inicialmente

*“mimados até a idade dos cinco ou seis anos, [e] são em seguida entregues à tirania dos outros escravos, que o domam a chicotadas e os habituam [...]. Essas pobres crianças, revoltadas por não mais receberem das mãos carinhosas de suas donas manjares suculentos e doces, procuram compensar a falta roubando as frutas do jardim ou disputando aos animais domésticos os restos de comida que sua gulodice, repentinamente contrariada, leva a saborear com verdadeira sofreguidão” (ibid.).*

Os escravos eram de tal forma mal alimentados que tinham que lançar mão de artifícios como o roubo para conseguir alimentos essenciais. Isso era patente para a obtenção de proteínas animais, visto que estas eram muito escassas ou mesmo ausentes de sua alimentação.

Vê-se que a hierarquização social se fazia visível na alimentação da população urbana. Enquanto os negociantes podiam fazer diariamente amplos banquetes, comerciantes e setores médios urbanos não tinham acesso a todos os tipos de alimentos, principalmente algumas carnes. Já os indigentes eram sustentados majoritariamente por caridade, enquanto os escravos tinham muitas vezes que criar formas improvisadas para conseguir seu sustento básico. John Luccock dá mais exemplos dessa prática dos cativos, ao falar da dispensa dos restos de bois no mar após os trabalhos diários no matadouro:

*“Também se atira à água o rebotalho onde fica a boiar, a menos que um número bastante de pretos da mais baixa casta se achem presentes para apanhar e lavar as tripas a fim de enchê-las com lingüiça ou para finalidades de natureza doméstica ou medicinal” (Luccock, 1975, p.30).*

Vê-se que, muitas vezes, os restos animais descartados pelo matadouro eram consumidos por escravos. Da mesma forma, Luccock afirma que “tudo quanto tem vida, exceto, talvez, alguns répteis, [...] e todas as criaturas pareciam igualmente bem-vindas pelas classes baixas dos nativos e pretos” (ibid., p.32). Enfim, muitas vezes os escravos tinham que improvisar para conseguir seu sustento básico cotidiano, em especial as carnes.

O viajante também afirma que, logo que chegou à cidade, em 1808, a carne bovina era bastante escassa, levando o boi a ser “empregado quase que unicamente na confecção de sopas”. Porém, com a relativa normalização do comércio de carnes verdes, “começou a aparecer à mesa em postas e sob a forma de bifês, mas neste estado seu uso se limita às classes mais altas” (ibid., p.30). Essa distinção social do consumo é visível no relato de quase todos os viajantes, mas é sempre mais acentuada quando o alimento é a carne. Isso era destacado na cidade colonial, especialmente no Rio de Janeiro daquele período, que vivia uma grave crise de abastecimento, sendo diferente do que acontecia em regiões como o Rio Grande do Sul, onde as diferenças sociais no consumo de proteínas eram mais tênues, devido à ampla oferta de carne na região (Silva, op. cit., p.219).

Os escravos e indigentes quase nunca comiam a carne verde, apenas em épocas de muita fartura e em festas especiais na cidade. A carne geralmente consumida por estes era a carne seca ou o toucinho, porém quando havia falta ou excessiva carestia destas, os escravos apelavam para a carne verde, mesmo que seu preço fosse desvantajoso. O vereador Luís José Vianna Gurgel do Amaral Rocha explica essa distinção no consumo:

*“Todos sabem que o charque, ou carne secca he diario, e indispensavel sustento, não só da escravatura, que trabalha nas mais laboriosas fabricas do Brasil, que na sua falta he que procurão então suprir-se de carne verde, augmentando por isso o seu consumo, e carestia: senão também mesmo de inumeraveis familias, que igualmente só na falta do charque lanção mão de carne verde [...]” (AN. Fundo: Diversos códices – SDH (NP). Coleção de memórias e outros documentos sobre vários objetos. 1763-1819. Códice 807, vol.22).*

O vereador escreveu esse relato ainda sob o choque da crise de 1818, portanto, em um momento em que o charque era caro e a carne verde era escassa na cidade. Como o preço da carne fresca no período era tabelado, era

possível consumir esse gênero, porém a alimentação corrente dos pobres e escravos não incluía esse tipo de carne bovina. O relato de Spix e Martius é esclarecedor:

*“Também a alimentação das classes inferiores do povo dá pouco ensejo às doenças. A mandioca (Cassava), o fubá e o feijão preto, em geral cozidos com toucinho e carne seca ao sol e salgada, formam a principal parte do embora pesado e grosso alimento, mas saudável para quem faz muito exercício e toma vinho português ou cachaça” (Spix; Martius, 1981, p.60).*

A descrição dos viajantes alemães coincide com a feita por Debret e também com a de Robert Walsh, que afirma que “o alimento do pobre é o feijão-preto e a farinha de mandioca. O primeiro é sempre preparado com toucinho [...] [e] a mandioca é servida também com carne-seca” (Walsh, 1985, pp.215-216). Assim, as carnes mais consumidas por escravos e homens livres pobres eram o toucinho e o charque, sendo a carne verde um gênero principalmente consumido pelos setores dominantes da estrutura social urbana e por alguns grupos dos homens livres não abastados.

Várias já foram as análises da alimentação na economia colonial escravista feitas na historiografia. Em seu livro clássico, Josué de Castro se volta contra Gilberto Freyre, discordando de sua afirmação de que os senhores e os escravos eram os mais bem alimentados na colônia, ao contrário dos homens livres pobres, que tinham uma alimentação insuficiente. Castro prova como os escravos tinham diversos problemas de saúde em função do déficit de nutrientes, devido à má alimentação, o que corresponde às descrições dos viajantes arroladas acima. Castro afirma que se a alimentação dos homens livres pobres era ruim na época colonial, a dos escravos era pior ainda ou, na melhor das hipóteses, similar à dos homens livres pobres (Castro, 2002, pp.127-128).

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva demonstram como, desde o século XVI, vêem-se duas faixas de consumo na colônia, com uma classe dominante que optava pelos produtos estrangeiros, como o pão de trigo, o vinho, o azeite, o vinagre, azeitona, queijos e outros (Silva, 1990, p.100; Linhares, op.cit., pp.29-32). Amaral Lapa, ao caracterizar o comércio das monções, também notou a distinção social na alimentação através do consumo de artigos estrangeiros, em que a maioria dos moradores do sertão consumia produtos nacionais, ao passo que uma fina faixa dominante podia consumir produtos portugueses e estrangeiros (Lapa, 1973, pp.75-110). Esse consumo de importados por parte das pessoas mais ricas também era visível no Rio de Janeiro da primeira metade do XIX, mas não se pode falar, nesse contexto, de apenas duas faixas de consumo de alimentos.

Toda a descrição feita permite uma síntese de como era a alimentação na cidade no período recortado em sua distinção social. Pode-se afirmar que há, pelo menos, três faixas de consumo na Corte no período analisado. Em primeiro lugar, uma classe dominante constituída por homens de negócio e também os altos funcionários públicos com grande poder de compra que podiam se alimentar de gêneros estrangeiros e diversas fontes de proteínas animais, em especial a carne verde. Em seguida, um setor intermediário, constituído por comerciantes, médios e pequenos funcionários do Estado português e da Câmara, caixeiros, artesãos e outros trabalhadores livres com alguma renda ou salário. Essas pessoas não podiam consumir produtos estrangeiros correntemente e nem todos os tipos de carne, porém podiam consumir a carne verde esporadicamente, principalmente quando o seu preço era tabelado, apesar de não em quantidade significativa. Por fim, os escravos e indigentes, que consumiam os produtos mais simples e baratos, como o feijão e a farinha de mandioca. No que se refere às proteínas, consumiam a carne seca e o toucinho, sempre em uma quantidade reduzida, sendo a carne verde quase nunca consumida por esse grupo, a não ser em ocasião de festas, fartura ou saque.

Deve-se ressaltar, porém, que há certa diversidade dentro de cada um desses três grupos em função da grande hierarquização da sociedade carioca. O primeiro grupo incluía o grupo dos negociantes, que se caracteriza pelo forte escalonamento de suas fortunas e, portanto, do seu poder de compra. O grupo intermediário é o mais diverso, contando com comerciantes com certo destaque econômico-social e também com caixeiros, que tinham um poder de consumo bem menor, devendo existir no grupo pessoas que podiam consumir a carne verde todos os dias e outras que quase nunca consumiam o item. E também o terceiro grupo tinha a sua diferenciação em função da própria diversidade intrínseca à escravidão urbana e à inclusão dos indigentes neste grupo. Essa divisão do mercado consumidor da cidade em três grupos distintos entre si e hierarquizados internamente é fruto da sociedade escravista e retrata um mercado escravista que, muito restrito, criou dinâmicas sociais próprias.

### **A EXCLUSÃO SOCIAL DO CONSUMO:**

As denúncias de atividades ilícitas realizadas pelos contratadores e outros agentes do comércio de carne verde feitas por funcionários do Estado, como almotacés e coletores, foram correntes em todo o período trabalhado. Uma dessas denúncias, no entanto, tomou um vulto maior e teve repercussões mais graves que as outras, sendo uma de suas conseqüências o próprio fim do sistema de contrato exclusivo da venda de carne (ver Campos, 2007, capítulo

2). Em 1820, o juiz almotacé, Antonio Luiz Pereira da Cunha, afirmou que o arrematante do contrato das carnes verdes no período, Antonio Joaquim do Carmo, havia criado um mecanismo ilegal de venda de carne para pessoas abastadas da cidade. Esse almotacé, pelo grande número de acusações feitas e pela constante atividade como funcionário municipal, merece uma abordagem pormenorizada em sua trajetória.

Antonio Luiz Pereira da Cunha (1760-1837), natural da Bahia, cursou estudos na faculdade de Leis de Coimbra e, após isso, permaneceu em Portugal cumprindo cargos públicos no aparelho de Estado do império. De origem fidalga – de acordo com Maria Beatriz Nizza da Silva –, foi transferido para o Brasil, exercendo cargos destacados, como o de chanceler da Relação da Bahia e do Rio de Janeiro. Foi nomeado para diversas funções durante a época joanina, tendo acumulado diversos cargos, dentre eles o de juiz almotacé ao menos nos anos de 1816, 1820, 1821 e 1826 por indicação do Rei, sendo na Câmara ligado ao juiz de fora José Clemente Pereira. Tornou-se intendente geral de Polícia da Corte em 1821, em substituição a Paulo Fernandes Vianna. Era deputado da Real Junta de Comércio em 1818 e foi eleito deputado pela província do Rio de Janeiro para a Assembléia Constituinte em 1823. Na Assembléia, fez parte do grupo dos moderados e teve atuação constante, sendo membro de várias comissões e exercendo o cargo de vice-presidente em outubro de 1823. Tornou-se um grande aliado de D. Pedro I durante o I Império, fazendo parte da comissão que elaborou a Constituição outorgada de 1824 e da comissão que investigou as questões internas da Fazenda e do Banco do Brasil em 1827, antes da liquidação do banco. Essas duas comissões tinham a mesma composição, e junto de Antonio Luiz Pereira da Cunha estavam figuras políticas altamente destacadas no período, no chamado grupo dos marqueses: Mariano da Fonseca, o marquês de Maricá, José Egídio Alves de Almeida, o marquês de Santo Amaro, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, o marquês de Baependi e José Joaquim Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas. A partir de 1823, Cunha se tornou membro do Conselho de Estado, até o fechamento temporário deste órgão em 1834. Foi nomeado senador por Pernambuco em 1826, exercendo esse mandato até a morte, sendo presidente do Senado em 1837. Foi ainda diversas vezes ministro de Estado: ministro da Fazenda em 1825, dos Estrangeiros em 1826 e do Império em 1831. Por fim, acumulou diversos títulos, como a Comenda de Cristo, de 1811, o Hábito de Cristo de 1825, tornando-se visconde e, depois, marquês de Inhambupe (Moliterno, 1974, pp.236-237; Gouvêa, 2002, pp.145-146; Franco, 1973, p.127; Silva, 2005, p.284).

Essa rica trajetória pelo aparelho de Estado realizada pelo almotacé Cunha não deve ser vista esquecendo-se sua origem social, da fidalguia portuguesa. Mesmo assim, ele se vinculou a diversos negociantes da praça do Rio de Janeiro, entrando também em disputa aberta com vários outros. O maior exemplo deste último

caso foi esta disputa realizada em 1820, quando entrou em choque com Antonio Joaquim do Carmo, Joaquim José de Siqueira e José Joaquim de Almeida Regadas, todos eles destacados homens de negócios da Corte.

Em maio de 1820, após diversas denúncias feitas pelo almotacé Cunha contra o contratador Antonio Joaquim do Carmo, este último pediu ao Senado da Câmara um “juiz privativo para fiscalizar a matança e distribuição das carnes”. Os vereadores defenderam o almotacé Cunha e voltaram-se contra o arrematante do contrato e, em seguida, Antonio Luiz Pereira da Cunha escreveu uma resposta aos vereadores explicando o ocorrido e o motivo do pedido do contratador em uma longa carta. Antonio Joaquim do Carmo perdeu a disputa, permanecendo sob a fiscalização dos almotacés, após o envio de cópia do documento para o rei D. João VI (AGCRJ. Representação do arrematante das carnes verdes contra o almotacé Cunha. Códice 53-2-21, f. 2-11).

No início do documento, Cunha chamou Antonio Joaquim do Carmo de “funcionário público”, dando a entender que este tinha obrigações tal qual um funcionário do Estado. Mas, de acordo com o relato, ao contrário do que deveria acontecer, o contratador não cumpria as funções determinadas, tendo achado o almotacé “neste homem o verdadeiro espírito da Cabala” (ibid., f. 4-11). Em seguida, parte-se para a acusação de fato:

*“Sim. Mata-se o número de vezes prescrito, matando-se outras muitas e porventura sera para se distribuírem pelo povo? Sera para o fornecimento dos açougues desta cidade? O administrador assim o confessa, mas eu indo fiscalizar a verdade desta confissão, achei que além da carne, que em abundância se deve distribuir pela Real Uxaria, pelas mães, pelos hospitais, pelas casas de parto se distribuía para ilustres particulares a maior parte da carne, e melhor, [...]” (ibid.).*

O estilo apelativo e o padrão culto eram características dos escritos do almotacé Cunha, o que não tira a dureza da denúncia. Grande parte da carne ou “a maior parte”, como dizia Cunha, e os melhores pedaços eram distribuídos em um comércio paralelo para “ilustres particulares”. Esse mercado negro criado pelo contratador, de acordo com a acusação do juiz almotacé, tinha seus efeitos sobre o comércio regular, de acordo com a mesma denúncia:

*“[...] sendo alias certo, e escandalosamente público que numerosas pessoas se sentirão dos açougues sem carne, espancadas e que correm a minha porta clamando como podem atestar os meus vizinhos contra esta falta, e sem dúvida a mais sensível porque este gênero é de primeira necessidade e nas circunstâncias atuais, em que não há recursos de carnes de porco, em que há carestia de outros gêneros [...].”*

He verdade que tenho distribuído muitos bilhetes por pessoas, que todos os dias e ainda mesmo quando não estou de semana vem me pedir que lhes mande dar a carne para o seu alimento [...]” (ibid.).

De acordo com o relato deste funcionário, havia escassez nos açougues da cidade, que era explicada, ao menos parcialmente, em função do mercado paralelo de carne fresca que abastecia mesas de grandes fortunas. Um relato da Intendência Geral de Polícia de dezembro deste ano confirmou que este foi um período de grave falta de carne verde nos açougues, ficando, em um dia simples, 27 pessoas sem a carne (BN. OFÍCIO referente ao abastecimento de carne da cidade do Rio de Janeiro com um relato completo aos acontecimentos do dia 01/12/1820. Coleção Augusto de Lima Junio. Rio de Janeiro: 1820. Seção de Manuscritos, II-34,32,22).

O almotacé afirmou ainda neste trecho que distribuía bilhetes para pessoas comprarem carne, o que denota que a venda de carne no período era racionada em função da escassez, dizendo que fazia isso mesmo quando não era a sua semana de trabalho no cargo.

Pereira da Cunha continuou a sua denúncia afirmando querer acabar com a “predileção de particulares”, fazendo distribuir a carne ao “povo pobre”. Em seguida, ele aprofundou a acusação, destacando que havia uma grande desordem no matadouro e nos açougues “pela prepotência do contractador, abrigado a sombras poderosas que o sustentão, grite embora o povo”. Nesta carta, no entanto, ele não afirmou quem eram essas “sombras poderosas” (AGCRJ. Representação do arrematante das carnes verdes contra o almotacé Cunha. Códice 53-2-21, f.4-11), mas em uma carta anterior ao Senado da Câmara, em que ele já havia se referido à mesma denúncia, foram citados nomes:

“O contratador Ex<sup>mo</sup> S<sup>or</sup> e seus administradores e fautores não querem que se coíba a arbitrariedade com que distribuem para casa de fidalgos e poderosos grandes porções de quartos de carnes que mandam buscar para si e seus afilhados contra a ordem do L<sup>o</sup> 1<sup>o</sup> T 68, §4<sup>o</sup>, pois que esta distribuição cede em prejuízo do povo. Eles não querem que eu vede a distribuição que se faz em favor de pessoas que são recomendadas pelo dito Regadas e pelo comendador Joaquim José de Siqueira [...]” (AGCRJ. Representação do almotacé Cunha sobre as carnes verdes (1820). Códice 53-2-22, f.7-9).

Ele acusou o fiador do contrato, José Joaquim de Almeida Regadas, e o antigo contratador, que continuava vinculado ao contrato, Joaquim José de Siqueira, de organizarem o mercado ilegal de carne verde para “fidalgos e poderosos”, referindo-se provavelmente à primeira faixa de consumo da cidade: negociantes, traficantes e altos funcionários do Estado. Tanto Regadas como Siqueira eram



conhecidos traficantes de escravos da praça de comércio, podendo o grupo de consumo privilegiado por ambos ser constituído especialmente por traficantes. Da mesma forma, em outra parte da mesma carta, ele afirmou que despertou o “ódio do antigo e novo contratador e [...] das figuras que os ocultam” (ibid.). O almotacé Cunha fez referência às Ordenações Filipinas, que condenavam este tipo de prática em suas determinações.

Nesta mesma carta, datada de março de 1820, Cunha afirmou que foi procurado por Regadas para receber “oferecimentos”, provavelmente incitando-o a participar ou, ao menos, fazer ‘vista grossa’ ao mercado paralelo:

*“O contratador das carnes ainda não me apareceu uma só vez e apenas à minha morada foi ter José Joaquim de Almeida Regadas, inculcando-se sócio e administrador geral do contrato a pedir a minha condescendência e a fazer-me muitos oferecimentos, eu lhe respondi que o maior obséquio que podia me fazer seria remover os inconvenientes que resultavam ao público de comprar a carne por menor preço que o taxado legalmente e de sofrer uma diminuição de seu verdadeiro peso, o que seria devido a imoralidade de certos carniceiros [...]” (ibid).*

O almotacé Cunha afirmou no texto ter recusado os oferecimentos, só aceitando benefícios em favor do bem público. Além disso, essa passagem reforça a tese de que o fiador dos contratos, muitas vezes, era mais importante do que o contratador em si. Regadas e Siqueira controlavam o comércio, ao passo que Antonio Joaquim do Carmo era o encarregado direto pelo contrato, sendo dependente dos dois poderosos negociantes cariocas. Em outra passagem da mesma carta, ele afirmou que o administrador dos matadouros, Joaquim José Nunes foi escolhido não por Carmo, mas pelos dois negociantes citados, sendo um “afilhado de Regadas e Siqueira” (ibid.).

Por fim, o almotacé Cunha atacou a proposta do contratador Carmo de ter para si um juiz privativo:

*“Sim Ill<sup>mo</sup> Senado o contractador não pediria tal juiz, porque elle quer antes hum fantasma revestido de autoridade sem exercicio que hum juiz activo e observador dos seus deveres. Eis aqui porque o almotacé Cunha se reputa hum homem prejudicial aos interesses do contracto, e protesto a V<sup>sa</sup> S<sup>ya</sup> que hei de ser inflexível sobre este ponto inspecionado todos estes artigos como maior disvelo possível” (AGCRJ. Representação do arrematante das carnes verdes contra o almotacé Cunha. Códice 53-2-21, f.4-11).*

O almotacé expôs o que era nítido, que o pedido do contratador de um juiz privativo era uma tentativa de fuga das denúncias e coerções impostas por Antonio Luiz Pereira da Cunha.

Não se pode afirmar, apenas a partir desse relato do almotacé Cunha, que havia um mercado ilegal de carne verde que abastecia a mesa de pessoas ricas da cidade no período. Há, no entanto, outras notícias deste ou de outros períodos que convergem na mesma denúncia.

No mês de outubro do mesmo ano de 1820, o juiz almotacé Alexandre Ferreira Vasconcellos Drummond, contemporâneo de Pereira da Cunha na almotacaria, fez uma série de propostas para reordenar a venda de carnes verdes, a fim de evitar roubos, comércio ilegal e outros problemas. Ele afirmou que os donos de talhos tinham que ser coibidos e fiscalizados “a fim de se evitar o monopólio que estes costumão fazer, vendendo de noite quartos de carne a fregueses que lhe pagam maior preço” (AN. Fundo: GIFÍ (OI), Ministério dos Negócios do Brasil, do Reino, dos Estrangeiros, dos Negócios do Império (Intendência geral de polícia). 1820-1821, 6J-86). Trata-se do mesmo mecanismo exposto pelo almotacé Cunha, mas cujos agentes eram os donos de talhos, o que não quer dizer que o contratador não estivesse também envolvido em um esquema similar. O almotacé Drummond acusou também Antonio Joaquim do Carmo de venda ilegal das carnes frescas, afirmando que é preciso

*“[...] bem vedar o mesmo monopólio que o contratador ou seu caixeiro costuma fazer de dar a seu arbitrio os quartos de carne que lhe parece aos fregueses que também a fim de vender, como vende a estes com excesso de preço, segundo os tractos e ajustes particulares que tem feito sendo por isso preferidos da melhor carne, ficando a pior, e rejeitada, para ser repartida e vendida ao povo” (ibid.).*

Trata-se da mesma denúncia feita pelo almotacé Cunha, agora por um agente diferente, um outro almotacé. Os elementos eram os mesmos, venda da melhor carne a um preço mais alto do que o tabelado para pessoas afortunadas da cidade e conhecidas dos controladores do contrato em um mercado ilegal. Assim como na denúncia do almotacé Cunha, Drummond demonstrou as repercussões dessa prática no povo pobre da cidade, que era obrigado a comprar as piores carnes, muitas vezes não em quantidade suficiente.

Houve ainda outras denúncias, como uma em 1827, quando Antonio Joaquim do Carmo foi novamente acusado de vender carne ilegalmente. O juiz almotacé do período, João Silveira do Pillar – que era um negociante da praça matriculado na Real Junta de Comércio (AN. Fundo: Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação (7X). Secretaria da Real Junta de Comércio. Livro de matrícula dos negociantes de grosso trato e seus guarda-livros e caixeiros. 1809-26, Códice 170, vol.1) –, fez acusações ao negociante de reses, afirmando que este tinha posto no matadouro um cepo para “cortar, e vender carne [...] aos seus amigos, e aos revendedores, que a vão vender com ajustado monopólio”<sup>3</sup>. Logo, as denúncias não se reduziam unicamente a 1820 e, também, não atingiam unicamente Antonio Joaquim do Carmo.

Em agosto de 1816, o almotacé Cunha relatou que nos açougues da cidade a carne estava sendo vendida a 40 e 50 réis a libra, quando o seu preço tabelado naquele momento era de 30 réis, e estava sendo vendida primeiramente a amigos dos carnicheiros. Indo juntamente com dois oficiais de justiça, encontrou açougues com a carne escondida e “balanças desconcertadas e pesos falcificados”. Os carnicheiros foram presos e o almotacé Cunha acabou sendo saudado pela população, que fez um abaixo-assinado com 193 assinaturas endereçado à Sua Majestade pedindo a “conservação dos almotacés que muito bem vêm fazendo seus trabalhos” (AN. Fundo: Diversos códices – SDH (NP). Documentos manuscritos do Senado da Câmara sobre vários assuntos. Códice 812, vol.1. (1808-17)). Possivelmente, esse histórico de ações do almotacé Cunha a favor dos consumidores foi importante para a sua eleição para a Assembléia Constituinte em 1823.

Por fim, um edital municipal proibiu a venda privilegiada de carnes pouco depois dos relatos de 1820. Trata-se de um edital especial feito em julho de 1821 que aditava cinco condições aos contratos das carnes verdes, sendo a segunda condição bem nítida em seu objetivo:

*“Que todos os talhos se distribuão as reses inteiras, sem distinção, a fim de que a carne possa chegar com qualidade a todo o povo e fica proibido o abuso de separar os quartos traseiros a favor de huns e com prejuízo de outros, e infração dos direitos em que todos são iguais”* (AGCRJ. Editaes do Senado da Câmara de 1821 a 1828. Códice 16-4-22, f.7).

3 BN. CARMO, Antonio Joaquim do, negociante no Rio de Janeiro. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império solicitando livre pastagem para seu gado na fazenda de Santa Cruz; solicita providências contra a administração do matadouro por atitudes arbitrarias e violentas; Requerimento encaminhado ao Ministério do Império solicitando a execução da carta da lei de 1823 e providências contra os arrematadores, visto esses possuírem o monopólio das carnes a favor dos marchantes; Requerimento encaminhado ao Ministério do Império solicitando licença para ter no matadouro um cepo e utensílios necessários para pesar as carnes. Fundo/Coleção Documentos biográficos. Rio de Janeiro: 1825-1827. (Seção de Manuscritos, C-899,13).

Esse edital parece ter sido concebido especialmente em função das denúncias apresentadas pelo almotacé Cunha, dado que se menciona “o abuso de separar os quartos traseiros”, prática que não era nada mais do que a separação das melhores partes do boi, relatada pelos almotacés Cunha e Drummond.

Enfim, as acusações e denúncias de um mercado ilegal de carne fresca circulando paralelamente ao mercado regular, no qual as melhores partes da carne eram vendidas a um preço maior que o tabelado, são múltiplas. A partir de tantos relatos e descrições convergentes, é possível supor que esse comércio ilegítimo realmente existiu, tendo repercussões graves para os setores médios que tentavam adquirir a carne nos açougues.

Esse mercado negro não pode, no entanto, ser visto como uma exceção ou algo extraordinário na sociedade escravista, já que estava inscrito na lógica social vigente. A estrutura social da cidade do Rio de Janeiro, de caráter altamente excludente e hierarquizado, fazia com que fenômenos deste tipo surgissem, excluindo setores médios que buscavam consumir a carne verde, e tornando o gênero farto na mesa de traficantes, negociantes, altos funcionários e pessoas ricas em geral. O mercado ilegal é uma adequação, perversa, do consumo de carne verde àquela estrutura social escravista. Não cabia em uma sociedade escravista um racionamento, que dava a mesma possibilidade de consumo para todos os compradores, ainda mais porque se tratava do gênero da carne verde. Não cabia também que todos pagassem o mesmo valor pela carne, sendo que alguns poucos afortunados podiam pagar mais do que o preço tabelado. Portanto, o mercado ilegal é uma adequação perversa do consumo de um gênero específico a uma estrutura social bastante excludente e hierarquizada. Esse impasse só se resolveu com a liberação do comércio e dos preços do gênero em 1823, que fez o seu preço disparar, tornando o caráter excludente do consumo deste item normal e, mais importante ainda, legal, visto que inserido na lógica do mercado.

Enquanto negociantes, traficantes e altos funcionários se valiam do mercado negro para encherem as suas mesas de uma boa e farta carne, os setores médios da sociedade carioca ficavam alijados do consumo da mesma, ou então comiam os piores pedaços em uma quantidade racionada. Enquanto isso, indigentes e escravos tinham que improvisar ainda mais para poderem suprir suas necessidades de proteína com carne bovina.

Em 1834, o juiz de paz de Irajá relatou que naquela região, caminho das boiadas em direção à Corte, passavam reses gordas que, aparentemente saudáveis, caíam mortas inexplicavelmente. Alguns escravos e “pessoas miseráveis” retalhavam esses bois e comiam sua carne, descumprindo as normas das posturas municipais e acabando por se acometer de uma doença, o “carbúnculo”. Os escravos acabavam morrendo e outros ficavam um bom período em tratamento, levando o dono dos cativos a reclamar ao juiz de paz. Este afirmava que, em Campo Grande, havia relatos também de escravos que morriam por “afecção carbunculosa”. Ele pediu à Câmara providências e os vereadores ordenaram que todo o gado fosse enterrado em Irajá e em Campo Grande (AGCRJ. Carnes verdes e matadouros: talhos, açougues, ofícios, portarias, representações, memórias, impostos sobre o gado a abater, pareceres, etc (1832-1837). Códice 53-3-14, f.53-4).

Da mesma forma, o almotacé Cunha descreveu em 1826 roubos de carne e quartos de reses no caminho desses do matadouro para os açougues:

*“[...] a condução das carnes he sempre de tarde de poes das tres horas, com tal aceleramento, e confusão que debaixo desse lábyrintho fervem os roubos, huns perpretados pelos caixeiros dos compradores de gado cujo numero me espanta; outros pelos negros de ganho coadjuvadas pelos mesmos esfoladores”* (AGCRJ. Matadouros e açougues (1822-1830). Códice 53-3-2, f.86-9).

Tratava-se também do consumo ilegal de reses por parte de escravos, assim como o caso de Irajá e de Campo Grande. A passagem relata o roubo feito por caixeiros de vendedores de gado e aquele feito por escravos de ganho. No primeiro caso, pode se tratar de uma guerra comercial entre os vendedores de carne e não de roubo para consumo, o que não se pode, no entanto, afirmar com certeza. Porém, no segundo caso, o roubo era feito por escravos de ganho, provavelmente se tratando de roubo com o objetivo de consumo de carne fresca.

Enfim, escravos e indigentes não tinham como consumir a carne fresca segundo canais legais e formais, dada a própria situação social dos mesmos. Assim, eles lançavam mão de artificios como o consumo de reses pestilentas e o roubo de pedaços de carne na cidade, o que caracteriza a exclusão social do consumo deste gênero. A estrutura e a lógica da sociedade escravista colonial se impunham de uma forma muito excludente e perversa, sendo a alimentação, especialmente de proteínas, um campo em que ficava patente essa exclusão.

## **Bibliografia**

- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro, 1808-35*. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 2007.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1989. vol. 2.
- FALCON, Francisco José Calazans; MATTOS, Ilmar Rohloff de. O processo de Independência no Rio de Janeiro. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. O império escravista e a República dos plantadores. In: LINHARES, Maria Yedda Leite (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *História do Banco do Brasil*. vol I. Brasília: Banco do Brasil, 1973.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*.
- GOUVÊA, Maria Fátima. Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820. In: *Tempo*. vol. 7, nº 13, jul. 2002. Rio de Janeiro: Sette letras, 2002.
- KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A economia colonial*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975.
- MOLITERNO, Dylva Araújo. A atuação dos fluminenses na Constituinte de 1823. In: GRAHAM, Richard (org.). *Ensaio sobre a política e a economia da província fluminense no século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974.
- RENAULT, Delso. *O Rio antigo nos anúncios de jornais, 1808-1850*. 3ª ed. Rio de Janeiro: CBBA/Propeg, 1985.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A morfologia da escassez: crises de subsistência e política econômica no Brasil colônia (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*. Tese. Niterói: UFF/ICHF/PPGHIS, 1990.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Análise de estratificação social: o Rio de Janeiro de 1808 a 1821*. São Paulo: USP, 1975.
- \_\_\_\_\_. Tradições alimentares e culinárias. In: *Vida privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.
- \_\_\_\_\_. Medidas urbanísticas no Rio de Janeiro durante o período joanino. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. vol. 161, nº 407, abr/jun 2000.
- \_\_\_\_\_. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.
- SPIX, Johann Baptiste von; MARTIUS, Carl Friederich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. 4ª ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1981.
- WALSH, Robert. *Notícias do Brasil(1828-1829)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1985.

## **RESUMO**

A cidade escravista do Rio de Janeiro na época joanina tinha uma desigualdade social fortemente excludente visível não só na diferenciação entre livres e cativos e no escalonamento da renda, mas também nos padrões sociais de consumo alimentício. Isso era patente na quantidade de proteínas animais ingeridas pelos diferentes grupos sociais. Em contextos em que a carne bovina era racionada e tabelada, dinâmicas sociais novas surgiam para manter a exclusão social do consumo, como o mercado paralelo de carne, que abastecia as mesas das classes dominantes urbanas.

Palavras-chave: **comércio de abastecimento; História da cidade do Rio de Janeiro; História do Brasil – época joanina (1808-1821)**

## **ABSTRACT**

The slave-state city of Rio de Janeiro in the era of Dom João had much social inequality and exclusion that discriminated not only between slaves and freemen and degrees of wealth but also between the social standards of food consumption. This was evident from the quantity of animal protein eaten by the different social groups. In the context that beef was rationed and regulated, new social dynamics evolved to maintain the social exclusion of the consumer, such as a parallel market for beef supplying the kitchens of the dominant urban classes.

Key-words: **Market supply; history of the city of Rio de Janeiro; history of Brazil -King João VI Era (1808-1821)**

# Entrevista com a doutora Ana Cannas, diretora do Arquivo Histórico Ultramarino<sup>1</sup>

1 ana.canas@iict.pt; www.iict.pt

**Beatriz Kushnir:** A partir de meados dos anos de 1990, protocolos de cooperação são firmados entre Brasil e Portugal, objetivando as comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Acordos que se mantiveram para o Bicentenário da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Como desdobramento, tivemos a missão técnica de arquivistas portugueses de 1997, como também as atividades da COLUSO (Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental) e dos Projetos Resgate e Reencontro. No seu entender, que estratégias os países de língua portuguesa poderiam estruturar conjuntamente para termos um Guia dos Fundos Administrativos do Império português nas colônias? Você crê ser importante essa troca permanente? Como aproximar essas instituições e cotejar esses documentos? E como incentivar permutas igualmente acadêmicas e conceituais entre estes Arquivos e seus acervos?

**Ana Cannas:** Seria de toda utilidade um guia dos fundos de arquivo relativos às instituições administrativas e de governo centralizadas em Lisboa e também às sediadas nas colônias com graus variáveis de autonomia. É tarefa vasta, correspondente à extensão da presença portuguesa no mundo e à diversidade das realidades com as quais se relacionou, da África à América do Sul e à Ásia. A experiência luso-brasileira em termos de conhecimento mútuo no âmbito profissional e técnico-científico das Ciências Documentais e no terreno concreto da identificação e reprodução de documentos, corporizada na COLUSO, pode ser um ponto de partida. O desenvolvimento da historiografia luso-brasileira relativamente ao período colonial, facilitado por uma maior atenção, ainda que diversa, à preservação e ao tratamento dos acervos nos dois países nas últimas décadas, tem contribuído para se conhecer melhor o funcionamento das instituições coloniais portuguesas até a independência do Brasil. É preciso, no entanto, continuar o tratamento arquivístico de documentação produzida nomeadamente pelo Conselho Ultramarino e pela Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos até 1834, para além da imediatamente classificada como Brasil e que se encontra sobretudo (mas não exclusivamente) no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) em Portugal, para chegar a um quadro mais rigoroso da vida dessas instituições e



da história dos respectivos arquivos, nem sempre coincidentes. Os resultados ainda preliminares do tratamento da série designada “Reino” do Conselho Ultramarino, financiado na senda do Projeto Resgate, coordenado por Esther Bertoletti, corroboram essa necessidade. Não nos poderemos esquecer, além disso, dos arquivos produzidos pelas entidades sediadas nas colônias e que, em grande medida, permaneceram após as independências nos países e comunidades da lusofonia. Referimo-nos aos arquivos de instituições mais centralizadas como, no Brasil, as da Bahia e as do Rio de Janeiro, ou as de Goa, relativamente às possessões portuguesas do Estado da Índia, de Moçambique a Macau e Timor. Mas pensamos também nos arquivos criados por órgãos de âmbito local como as Câmaras Municipais. O projeto de um guia de fundos dos arquivos da administração colonial portuguesa, mesmo circunscrito ao “Antigo Regime” em Portugal, isto é até cerca de 1834, teria ainda de atender às realidades de cada país e instituição detentora e às suas próprias prioridades que, em alguns casos, parecem passar pela criação ou melhoramento das condições de preservação ou pelo acesso a documentação mais contemporânea. Por isto mesmo, a troca permanente de informações e conhecimentos no âmbito da COLUSO e no do Fórum dos Arquivos de Língua Portuguesa atualmente presidido pelo Arquivo Nacional do Brasil (Jaime Antunes) e vice-presidido pelo de Angola (Rosa Cruz e Silva), com secretariado no AHU – IICT, é essencial. No caso do Fórum, ainda é incipiente, mas sempre retomada. A aproximação, tanto em termos pessoais, no âmbito profissional, como terminológico ou conceitual, faz-se através de reuniões de trabalho, sessões técnico-científicas, conversas informais ou divulgação dos instrumentos de pesquisa e de estudos publicados. Assim aconteceu em reuniões daqueles organismos e durante o “Seminário Internacional Memórias Lusófonas: A partida da Corte para o Brasil”, em outubro de 2007 no AHU-IICT, do Conselho Internacional de Arquivos (CITRA, Québec, novembro de 2007), ou no Brasil em março de 2008, a propósito das Comemorações dos 200 Anos da Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, no Arquivo Nacional e no “Congresso Internacional 1808: A Corte no Brasil”, na Universidade Federal Fluminense. Uma efetiva aprendizagem multilateral pode ocorrer também em iniciativas menores, como aconteceu nas conferências no AHU do Ciclo Ciência nos Trópicos proferidas por Maria Odila Fonseca, daquela universidade brasileira, ou por Rosa Cruz e Silva, diretora do Arquivo Histórico de Angola. Dito tudo isto, o projeto de um guia de fundos dos arquivos da administração portuguesa poderia ser organizado por entidades detentoras e confeccionado considerando as prioridades técnicas e as fontes viáveis de financiamento. O Fórum serviria como facilitador da coordenação geral, mas a situação arquivística concreta aconselhará modelos variáveis de coordenação e financiamento para cada país.

**Beatriz Kushnir:** Ao terminar o seu doutoramento, numa trajetória que mescla as formações de historiadora e arquivista, você assumiu a direção do Arquivo Histórico Ultramarino, uma instituição que remonta à Comissão de Cartografia, criada em 1883. Quais os desafios e limites entre a teoria e a prática? Que desafios os administradores e pesquisadores desses *lugares de memória* têm neste início de século e milênio?

**Ana Cannas:** Alguns dos desafios estão mais dependentes do contexto em que o AHU se foi inserindo. Outros são comuns a este tipo de cargos e instituições. O AHU, criado em 1931 sob a dependência direta do então Ministério das Colônias, é atualmente um dos seis centros de atividade e um dos dois serviços abertos ao público do Departamento dos Serviços de Apoio do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), herdeiro da Comissão de Cartografia e que integra outros dois departamentos, o de Ciências Naturais e o de Ciências Humanas. Quando assumi a direção do AHU, vai fazer agora três anos, o IICT estava no primeiro ano de um processo de renovação absorvente e por vezes conflituoso, que implicou a interação entre todo o instituto. Abrindo as portas a uma cultura de avaliação organizacional e individual, o IICT foi bem sucedido numa avaliação internacional em 2006 e atualmente passa pela implementação de novas formas de avaliação, comuns à Administração Pública, nem sempre imediatas de implementar até pela ausência de tradição de indicadores quantificáveis. Integrado neste processo, tendo por objetivo maior abertura ao exterior e potencializando as capacidades existentes no IICT, o AHU tornou-se palco regular de iniciativas abertas ao público, algumas das quais em articulação com as Ciências Humanas, passou a dispor de página da web, dentro do novo website do IICT, em março de 2007 e, no início deste ano, a abrir a Sala de Leitura mais 30 m<sup>2</sup> / dia. Além disso, procurou-se aplicar uma política de preservação transversal ao instituto, para além das ações e intervenções de conservação e restauro, no domínio da monitorização sistemática da temperatura e humidade dos depósitos, bem como de controle das pragas, em articulação com a Universidade Nova de Lisboa. Simultaneamente, retomou-se a recuperação dos depósitos do Palácio e o seu reequipamento. No campo essencial do tratamento arquivístico, tem havido a preocupação de, reconhecendo a experiência existente, se procurar refletir antes de se optar por intervenções arquivísticas insuficientemente documentadas e que, mesmo involuntariamente, dificultam a identificação da proveniência e a pesquisa. Além disso, integrou-se na definição de prioridades o tratamento arquivístico de documentação do séc. XX e o conhecimento relativamente à documentação ainda por incorporar. Eis um domínio em que teoria e prática se tiveram de aproximar, numa ótica de salvaguarda do património para o futuro. Acaso nos ativésemos a regras estritas de identificação e higienização de documentos, prévias à incorporação, arriscava-se a perda de um património documental significa-

tivo. Uma das aprendizagens que temos feito de direção é precisamente a da avaliação de riscos, por muito empírica que ainda seja, e as respectivas conseqüências em termos de ordenação de prioridades. Esta aprendizagem prende-se não só com a relação entre teoria e prática, mas com a relação entre vontade ou voluntarismo e realidade, entre sonho e capacidade de identificar e ultrapassar dificuldades. No caso destes *lugares de memória*, as expectativas dos pesquisadores são, felizmente, cada vez maiores, em particular quanto a melhor e maior acesso à documentação ou informação, sem terem, no entanto, a percepção do muito trabalho prévio necessário. No caso do AHU, em que pese a colaboração externa existente e a prevista por parte da Fundação Calouste Gulbenkian quanto ao Ministério do Ultramar, é clara a premência de mais arquivistas, independentemente da forma de vínculo contratual. Desafio paralelo é o da disponibilização de instrumentos de pesquisa e de documentação na página da web, que se prevê ser impulsionada pelo projeto Arquivo Científico Tropical (ACT) transversal ao IICT. Outro desafio é o da reprodução seletiva, mas sistemática, de mais documentação do AHU face às constantes demandas individuais que esgotam a atual capacidade de resposta.

**Lúcia Bastos:** Você integrou uma missão técnica de arquivistas portugueses, em 1997, ao Rio de Janeiro, com o objetivo de identificar documentos da administração portuguesa do período colonial, existentes em instituições brasileiras. Pode-se dizer que essa investigação foi o ponto de partida para seu brilhante trabalho, publicado recentemente, *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil* (Lisboa, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007)? Você poderia contar como foi essa experiência?

**Ana Cannas:** A missão técnica que, além de mim, então no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, integrou Maria de Lurdes Henriques, do mesmo arquivo, e José Sintra, do Arquivo Histórico Ultramarino, foi organizada no âmbito da Secção Portuguesa da COLUSO. A estratégia concreta de atuação partiu, por um lado, de pesquisa bibliográfica e, por outro, da análise da informação recolhida, nomeadamente através de instrumentos de pesquisa, numa missão exploratória do IAN/TT, que também integrei, a várias instituições detentoras de documentação de arquivo no Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico do Itamaraty, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Real Gabinete Português de Leitura. Em Portugal pairava um mito, remontando a umas três décadas anteriores, quanto à existência de umas caixas de documentação levada por D. João VI, esquecidas algures entre o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional. Não sendo bem assim, percebeu-se que havia documentação de arquivo transportada no contexto da transferência da Corte e Capital portuguesas que não regressara com D. João VI em 1820 e que, não sendo desconhecida,

estava menos identificada. Deste modo, para a missão técnica de 1997, definiu-se como prioritário o levantamento da documentação de arquivo produzida por organismos da administração central portuguesa, grosso modo até a independência do Brasil, a maioria da qual se encontrava no Arquivo Nacional, na chamada Coleção Negócios de Portugal. Centralizamo-nos aí por razões técnicas arquivísticas e de economia de tempo, sem menosprezar a documentação de arquivo de natureza pública e privada que havia noutras instituições brasileiras, como a Coleção Linhares ou a da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ou a de Antônio Araújo de Azevedo, objeto de posterior reconhecimento e reprodução em colaboração com as respectivas entidades detentoras<sup>2</sup>. Também em relação à Coleção Negócios de Portugal, tivemos de escolher. Optamos por fazer o levantamento a partir dos instrumentos existentes e a descrição direta dos chamados códices, na quase totalidade livros de registro efetuado freqüentemente por cópia. Deixamos então de lado a documentação avulsa, por duas razões essenciais: a primeira de natureza técnica, tem a ver com o fato de os livros de registro funcionarem como chaves de acesso à restante documentação; a segunda, organizativa, prendia-se com a produção de resultados em tempo útil. A descrição dos códices permitiu mais facilmente a reconstituição de séries ou partes de séries e o cotejamento com a documentação em arquivos portugueses, em especial no IAN/TT, viabilizando uma mais rápida escolha do que deveria ser reproduzido para Portugal (e que, no caso desta documentação do Arquivo Nacional, se traduziu em cerca de 140 rolos de microfimes)<sup>3</sup>. Diferente era a situação da documentação avulsa, aliás rica, mas que exigia maior conhecimento da sua história custodial e arquivística e uma descrição quase documento a documento, mais morosa e cuidada quanto à atribuição das proveniências em termos do arquivo do qual fizeram parte originariamente. Foi por me ter apercebido da complexidade desta história, e do quanto poderia ajudar a identificar a documentação dispersa e distintamente organizada com a mesma proveniência, que comecei a estudá-la e acabei por enveredar por um projeto de doutoramento na School of Archives Library and Information Studies do University College London. Da tese em inglês resultou o livro a que se referiu de modo tão amável.

**2** Deve referir-se que, sem a colaboração dos colegas brasileiros, nomeadamente da Secção da COLUSO, seria mais difícil e lenta a aprendizagem que fizemos da documentação e das respectivas entidades detentoras, bem como do meio técnico e profissional. No Arquivo Nacional, além do Director Jaime Antunes, apoiaram-nos, entre outros, mais diretamente no que diz respeito à documentação dos Negócios de Portugal, Vítor Fonseca e Sílvia Ninito e, na Sala de Leitura, Sátiro Nunes. Noutras instituições, contamos com a colaboração de Esther Bertoletti, Carmen Moreno, Regina Wanderley e Lúcia Montalto Silva.

**3** Ainda na seqüência desta Missão e com a colaboração das entidades que integram a Secção Portuguesa da COLUSO foi selecionada documentação de arquivo da Biblioteca Nacional, do Arquivo Histórico do Itamaraty e do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro e ainda do Arquivo Público Mineiro e do Arquivo Público da Bahia, do qual resultaram cerca de 600 rolos de microfimes. Encontram-se todos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e está-se precisamente a procurar um financiamento para a sua digitalização e disponibilização on-line.

**Lúcia Bastos:** Em suas investigações e estudos, ainda que sob a perspectiva da arquivística, você traça um cuidadoso panorama da administração

central portuguesa, estabelecendo uma comparação entre as instituições existentes até as vésperas da 1ª invasão francesa e as continuidades e alterações administrativas e institucionais, ocorridas com a vinda da Corte para o Brasil. A historiografia afirma que D. João transplantou para o Brasil o Estado português, com suas velhas e ultrapassadas estruturas. Qual a sua opinião sobre esse assunto?

**Ana Cannas:** A transferência da Corte e Capital de Portugal e dos espaços e comunidades sob a sua administração (chamemo-lhes ou não império colonial ou colônias) de Lisboa para o Rio de Janeiro implicou a recriação de uma estrutura de Estado nesta capital brasileira. Os modelos administrativos e de funcionamento eram os de Lisboa e, também, os pré-existentes no Brasil, em particular no Rio de Janeiro. Sou reticente na adjetivação simplista deste processo porque em nada ajuda a aproximarmo-nos do que aconteceu. Sabemos que a Monarquia portuguesa não era então uma monarquia constitucional. Mas a ausência de Parlamento coexistia com traços de modernização da Administração Pública portuguesa de que eram exemplos organismos como o Real Erário e posteriormente a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda ou a atuação reformadora de um ministro como Rodrigo de Sousa Coutinho nesta e noutras áreas de governação e que, aliás, se estendeu ao Brasil a partir de 1808. Se bem que a reorganização do Estado português desde o Rio de Janeiro se verificasse por uma razão de salvaguarda estratégica da soberania, ela teve como consequência dotar aquela capital de instituições e de uma experiência de governação centrais distintas que ganharam ainda maior significado com a elevação de Brasil a Reino e com o prolongamento da estadia do Príncipe Regente aí aclamado rei D. João VI. Organismos tão diversos como as secretarias de Estado, o Conselho de Estado, os tribunais supremos, a Junta do Comércio, a Intendência da Polícia, arquivos, bibliotecas, Jardim Botânico, Academia Militar, o Exército revigorado com tropas experimentadas na Guerra Peninsular ou as escolas médico-cirúrgicas, mesmo que reproduzindo formas de funcionamento tradicionais e absorvendo funcionários acompanhando a Corte, até pelo fato de se enraizarem na colônia, geraram uma dinâmica nova que acabou por se tornar irreversível. A insatisfação de residentes do Rio de Janeiro com o regime de aposentadoria que obrigou muitos moradores a cederem as suas casas para o funcionamento da administração transferida ou o desconforto de outras cidades brasileiras em relação ao florescimento carioca, acentuado pela coleta de impostos, são fenômenos paralelos, mas não simples sinônimos de transplante de velhas e ultrapassadas estruturas. Medidas de reorganização financeira como as amadurecidas por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, embora não fosse essa a sua pasta no Brasil, e sim a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a abertura dos portos do Brasil ao comércio internacional, a tentativa de estabelecimento do Banco do Brasil ou de criação de uma Aula de

Economia Política na Bahia, associada a João da Silva Lisboa, mesmo quando descontinuadas, traduzem a energia reformista no quadro do Antigo Regime. Se é certo que essa energia se diluiu durante a longa permanência da Corte e Capital, a experiência de funcionamento de um governo e de uma administração soberanas no Rio de Janeiro, ou a determinação em consolidar largos espaços territoriais contribuiu, mesmo que involuntariamente, para um sentido de autonomia que circunstâncias posteriores transformaram em independência.

**Lúcia Bastos:** D. João foi um soberano entre dois continentes, propiciando que a documentação relativa à sua trajetória e administração encontre-se espalhada entre os dois lados do Atlântico. Os livros de Ângelo Pereira a respeito de D. João VI, publicados entre os anos 40 e 50 do século passado, estão repletos de transcrição de fontes que pertenciam à coleção do autor. O que foi feito dessa documentação? Parte dela pode encontrar-se no gabinete de D. João VI, localizado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro? Há documentos na Torre do Tombo? Ou essa preciosa coleção ficou nas mãos de pessoas privadas?

**Ana Cannas:** A documentação citada e transcrita e referenciada como coleção de Autor por Ângelo Pereira é um exemplo paradigmático da dispersão e da trajetória acidentada que os arquivos podem tomar, umas vezes quase aleatoriamente, outras refletindo circunstâncias históricas precisas. A maioria, senão a totalidade dessa documentação, fez parte do Real Gabinete de D. João VI, uma espécie de arquivo corrente ou intermediário que funcionou fisicamente perto do monarca, de forma móvel, inclusive no Rio de Janeiro. A documentação era congregada neste Gabinete por razões de proximidade do despacho e/ou de reserva da informação nela contida, caso de pareceres de conselheiros, por exemplo, sobre a abertura dos portos e o sistema de governação no Brasil ou sobre o casamento dos infantes, correspondência diplomática mais delicada, documentação relativa às finanças ou à Guerra Peninsular, como a apreendida às tropas napoleônicas em Portugal ou ainda uma autorização régia de saída do Brasil de D. Carlota Joaquina (não concretizada). A documentação terá passado para as mãos de Francisco de Almeida Portugal, Conde do Lavradio (1797-1870) por via da Infanta D. Isabel Maria, filha de D. João VI, e que lhe sucedeu como regente em março de 1826, para que o mesmo Conde, seu ministro, publicasse um estudo sobre o rei. Lavradio tinha uma das melhores coleções de manuscritos antigos e aquela documentação do Real Gabinete ficou na posse da família até ao 6º Marquês de Lavradio, D. José Maria Espírito Santo de Almeida Correia de Sá Portugal (1874-1945). Colocada à venda por mais de uma vez, foi-o em 1947 junto do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e parte acabou por ser comprada pelo industrial e estudioso brasileiro Marcos Carneiro de Mendonça, que

a conservou no seu Arquivo do Cosme Velho no Rio de Janeiro. Em 1995, a Academia Brasileira de Letras, que entretanto recebera esta documentação, doou-a ao Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Ângelo Pereira (1886-1975), pesquisador, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, colecionador, intermediário de alfarrabistas e membro do Instituto de Coimbra (extinto em 1982 e cujo acervo se encontra na Biblioteca Geral de Coimbra e irá ser catalogado), terá comprado outra parte deste arquivo na década de 40 e é por isso que há a referência como Coleção do Autor nas suas publicações sobre D. João VI. Desconhecemos quem atualmente detém esta parte do Gabinete de D. João VI. No entanto, parece-nos que alguns dos pareceres de conselheiros de Estado do fundo de arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros que se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo provêm do Gabinete e estiveram em posse de Ângelo Pereira. Além disso, e aparentemente sem nunca terem chegado a sair do Brasil, outros documentos que integraram o Gabinete de D. João VI, no Rio de Janeiro, relativos aos Negócios Estrangeiros, encontram-se na Coleção Negócios de Portugal no Arquivo Nacional do Brasil.

**Guilherme Neves:** A historiografia continua construindo perfis contraditórios a respeito de D. João: soberano clemente, justo, astuto e administrador incansável; ou absolutista covarde, indeciso, fraco, que abandonou seus súditos e seu reino. Conforme as condições dos tempos e os interesses dos historiadores, as imagens se modificam. No entanto, muito mais difícil continua, e acredito que continuará a ser, por falta de elementos, adivinhar – como acontece com qualquer um de nós, no passado ou no presente – o indivíduo que se escondia por trás dessas projeções. Como você vê a questão?

**Ana Cannas:** Acentuaria precisamente a dificuldade em recortar a pessoa que existiu por trás do homem de poder, neste caso um monarca de referências absolutistas, mas que no regresso do Brasil em 1821 e na fase final da vida se adaptou às circunstâncias de uma monarquia constitucional moderada. A muita documentação que despachou, pela sua natureza oficial, nem sempre permite aproximarmo-nos do indivíduo. O que se sabe da infância e juventude é escasso e interpretado frequentemente em função do irmão, D. José, príncipe herdeiro, cuja morte o colocou na linha direta de sucessão. Do estudo que fiz centrado na temática da governação e arquivos neste período e de algumas comunicações e leituras posteriores, fiquei com a idéia de um governante lúcido, informado, que acompanhava de perto os negócios governativos, que privilegiava a coesão nacional e a negociação em detrimento da ruptura, sem deixar de tomar a decisão necessária. Assim aconteceu no quadro de conflito internacional e perante a ausência de garantia de capacidade de resistir militarmente conducente à transferência da Corte e Capital para o Rio de Janeiro, na solução política do golpe absolutista da Vila Francada com o exílio do filho D. Miguel e o afastamento

da rainha D. Carlota, ou mesmo durante o processo que acabou na independência do Brasil, apesar de esta ter sido sentida pessoalmente. Homem e governante talvez sensível à lisonja, numa Corte onde a intriga terá perturbado o debate de opiniões e idéias, D. João VI teve ministros reformadores como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ou, mais tarde, o Conde de Palmela, e, de continuidade, como D. Tomás Antônio de Vilanova Portugal, que acumulou várias pastas no Brasil. Valeria a pena, porventura, efetuar uma investigação que explorasse do ponto de vista da personalidade individual a correspondência de D. João com a família, incluindo D. Carlota Joaquina, parte da qual publicada<sup>4</sup>, e com os secretários particulares e homens da sua confiança, como os irmãos Lobato, José Egídio ou Tomás Antônio de Vilanova Portugal, incluindo, neste último caso, as cartas de gabinete e bilhetes trocados no âmbito do acompanhamento do despacho governativo, muitos dos quais se encontram na Coleção Negócios de Portugal. Ou reunir ainda mais informação de quem privou com ele, sistematizá-la, contextualizá-la<sup>5</sup> e cruzá-la, uma vez que a própria correspondência privada tem os seus silêncios e era, por vezes, lida em voz alta em pequenos círculos. Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, na recente biografia de D. João VI, elencam algumas das impressões de contemporâneos e apresentam as principais construções historiográficas portuguesas e brasileiras sobre o rei<sup>6</sup>. Por um lado, a imagem mais desfavorável oriunda de uma análise ditada pela reação liberal e depois republicana em Portugal ao último rei absoluto e à Casa de Bragança. Por outro, uma visão que privilegiava as condições difíceis de governação e o legado no Brasil para explicar atitudes dilatórias e realçar a argúcia e inteligência do monarca, apresentada pelo brasileiro Oliveira Lima no seu estudo clássico do início do séc. XX<sup>7</sup> e seguida por alguns outros historiadores brasileiros. Pedreira e Dores Costa apontam o estudo de Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império*<sup>8</sup>, como via equilibrada de “interpretação crítica e discernimento do que foi a atuação própria do príncipe”. Mas será o desenvolvimento de estudos específicos sobre as imagens, sensibilidades e interpretações historiográficas acerca de D. João VI, como os apresentados por Lúcia Bastos P. das Neves, Lúcia Guimarães ou Ismênia Martins<sup>9</sup>, que nos permitirá percebermos melhor quem era este rei.

4 V. recentemente, por exemplo, Francisca L. Nogueira de Azevedo, *Carlota Joaquina: cartas inéditas*, Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2007. No quadro, à época habitual, de um casamento de Estado, estabeleceu-se um relacionamento pessoal no casal régio, cuja variabilidade é possível, apesar de tudo, vislumbrar também nesta correspondência, nomeadamente na forma de tratamento de D. João em relação a Carlota Joaquina.

5 Caso das referências a D. João feitas por William Beresford (Marechal e reorganizador do Exército português) a Arthur Wellesley, duque de Wellington (estratega vitorioso da Guerra Peninsular): o rei era sincero e não demonstrava timidez nem irresolução, mas era sensível à popularidade e ao elogio. Citadas por Malyn Newitt na Conferência “Lord Beresford and D. João VI: a “marriage of convenience” no Seminário Internacional Memórias Lusófonas: A saída da Corte para o Brasil, Instituto de Investigação Científica Tropical, 8-10 de outubro de 2007, cujas atas se prevêem publicar neste ano.

6 D. João VI. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2006, pp.19-28.

7 D. João no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.



**Guilherme Neves:** Você é a atual Diretora do AHU, que guarda uma parte considerável da documentação sobre o período colonial brasileiro e que já foi objeto, há pouco, do Projeto Resgate. Seria possível comentar esta iniciativa e outras, que estejam em andamento para a divulgação desse acervo?

**Ana Cannas:** O Projeto Resgate foi uma iniciativa imensa do Ministério da Cultura do Brasil, coordenada pelo Embaixador Wladimir Murtinho e pela Doutora Esther Caldas Bertoletti (a alma constante do projeto) que, em Portugal e concretamente no AHU, levou à catalogação, microfilmagem e posterior digitalização em CDs de mais de 300.000 documentos avulsos e livros de registo relativos à administração portuguesa do Brasil desde meados do séc. XVII até à independência. A documentação é proveniente, no essencial, dos arquivos do Conselho Ultramarino, criado em 1642, e da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, criada em 1736 (juntamente com outras duas secretarias de Estado) e que, por razões várias, se misturaram. Formam hoje, no AHU, o fundo de arquivo designado Conselho Ultramarino. O projeto envolveu mais ministérios brasileiros e entidades financiadoras públicas e privadas, algumas de Portugal, outras que variaram consoante o estado brasileiro a que a documentação dizia respeito. A equipe congregou mais de 120 pesquisadores e arquivistas brasileiros e portugueses, incluindo os do AHU. Projeto de grande fôlego, em termos de recursos humanos e financeiros, além de contribuir para a preservação da documentação original, uma vez que só em casos de difícil legibilidade ou estudo de natureza diplomática é permitido consultar o original, facilitou extraordinariamente a comunicação da informação neles contida. Catálogos impressos relativos à documentação avulsa de cada uma das capitânicas e assim organizada foram publicados. Além disso, os CDs não comercializáveis foram distribuídos por entidades nacionais, como a Fundação Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional ou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e por arquivos e bibliotecas de universidades dos vários estados ou, em Portugal, pelo AHU e pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo (além da extinta Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses). A conseqüência natural foi o crescimento, no próprio Brasil, dos estudos sobre o período colonial com impacto na historiografia luso-brasileira e no conhecimento mútuo de ambos os países, o que gerou maior procura. A disponibilização on-line, em primeiro lugar, da catalogação destes documentos constitui uma fase que, sendo imprevisível no início do projeto, tornou-se uma necessidade. Foi, aliás, um dos pontos abordados na VIII reunião da COLUSO em Lisboa, no AHU, em outubro de 2007, tendo ficado acordada a

8 *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*, Porto: Afrontamento, 1993.

9 Lúcia Maria Bastos P. das Neves, "D. João Príncipe e Rei: imagens e sensibilidades dos contemporâneos", Lucia Maria Paschoal Guimarães "A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e linhagens historiográficas" e Ismênia Martins "D. João VI - a construção da imagem do rei: matrizes historiográficas e seus desdobramentos" (esta última incidindo sobre a representação iconográfica do acervo da BN do Brasil). Comunicações apresentadas no "Congresso Internacional 1808: A Corte no Brasil", Universidade Federal Fluminense, 9-14 março

necessidade de uma proposta de protocolo que configurasse a possibilidade e os termos dessa disponibilização no Brasil, nomeadamente através da Fundação Biblioteca Nacional. Paralelamente, no AHU começa-se agora a avançar, no quadro do projeto do Arquivo Científico Tropical, transversal ao IICT, no estudo preparatório da colocação on-line desses instrumentos de pesquisa. Essa é a prioridade. Subsidiariamente, deve se acrescentar que, também no âmbito do Projeto Resgate, foi iniciado um útil trabalho de indexação comum das descrições das várias séries. Além disso, e na continuidade do projeto, uma pequena equipe, sob coordenação da Doutora Esther Bertoletti, mantém-se no AHU descrevendo documentação avulsa da série “Reino” do mesmo fundo do Conselho Ultramarino, parte da qual se relaciona diretamente com o Brasil. Adotou-se uma metodologia de tratamento adequada à situação concreta desta documentação, que consistiu em conservá-la fisicamente no mesmo agregado documental, excetuando os casos de proveniência arquivística comprovadamente diferente, e em descrever documento a documento apenas quando a distinção se torna absolutamente necessária.

**Guilherme Neves:** Ao comemorarem-se os 200 anos da vinda da Corte para o Brasil, muito se tem publicado e discutido. No Brasil, para alguns, pretende-se reabilitar a imagem de D. João; para outros, como o brilhante historiador Evaldo Cabral de Mello, trata-se, sobretudo, de um movimento da historiografia saquarema (do Rio de Janeiro), uma vez que as demais províncias do Brasil não sentiram o mesmo impacto que a nova capital do império luso-brasileiro; por fim, outros procuram traçar uma trajetória de D. João a partir de um contexto, aliás, bastante complexo, concebido como um campo de forças e de tensão entre idéias novas e conservadoras. Como você analisa essas comemorações na historiografia portuguesa?

**10** José Luís Cardoso “ Economia aberta ou economia fechada? A falsa opção entre livre cambismo e protecionismo” in *História do pensamento económico português: temas e problemas*, Lisboa: Livros Horizonte, 2001, p. 85

**Ana Cannas:** Inicialmente, as comemorações em Portugal dos 200 anos da ida da Corte para o Rio de Janeiro, incluindo a historiografia, foram discretas. Percebe-se em parte por quê. Além das marcas ideológicas e das análises apriorísticas, em regra negativas, na abordagem da figura de D. João e das últimas décadas do governo absolutista, este foi um período difícil na História de Portugal. Se no final do séc. XVIII Portugal vivia uma era de prosperidade comercial<sup>10</sup>, com a suspensão da convertibilidade do real, em 1797 verificam-se uma instabilidade financeira e sucessivas desvalorizações cambiais. Paralelamente, o conflito franco-britânico adensa-se e Portugal, para salvaguardar a sua soberania, transfere a Corte e Capital para o Rio de Janeiro, opção atlântica essencial baseada na aliança com a Inglaterra, mas rompendo a desejável política de neutralidade. A indispensável defesa de Portugal

**11** 2ª ed. rev. e il.: *História diplomática de Portugal: constantes e linhas de força: estudo de geopolítica*, [Lisboa]: Tribuna e Instituto da Defesa Nacional, 2006, vol. 1.

contra o invasor napoleônico e a participação na Guerra Peninsular até 1814 não se traduziram em suficientes ganhos políticos internacionais no Congresso de Viena, em parte porque se verificou na diplomacia portuguesa, exercida à distância, uma dualidade americana e européia. Além disso, o tecido econômico português, fragilizado, não conseguiu ultrapassar as contrapartidas do auxílio inglês que se tornaram pesadas, nem a via reformadora ilustrada protagonizada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho sedimentou-se. A guerra civil que, após a morte de D. João VI em 1826, se seguiu à Revolução de Liberal de 1820, bem como a própria independência do Brasil em 1822 foram, por vezes implicitamente, associadas negativamente à estratégica decisão de D. João e dos seus ministros de transferência da Corte e Capital para o Brasil. Já anteriormente, por exemplo com a análise de Jorge Borges de Macedo na sua *História Diplomática de Portugal*<sup>11</sup>, e mais proximamente em 2006 e sobretudo entre 2007 e o presente, a historiografia portuguesa, menos condicionada por visões preconcebidas, tem revisitado o tema, para além dos aspectos mais relacionados com a Guerra Peninsular e a Revolução de 1820. Sucedem-se estudos e artigos e alguma publicação de fontes, bem como encontros científicos e exposições relacionadas, propiciando novas leituras<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> As referências a seguir são apenas ilustrativas. Anteriormente à referida biografia de D. João VI de Jorge Pedreira e Fernando Dores Costa, André Mansuy-Diniz Silva publicou a biografia essencial de D. Rodrigo de Sousa Coutinho *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Sousa Coutinho, comte de Linhares: 1755-1812*, 2 vol., Lisboa; Paris: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 2003-2006. V. igualmente os estudos de Antônio Telo, Mendo Castro Henriques e Manuel Amaral (além de outros, não portugueses) em *A transferência da Capital e da Corte para o Brasil, 1807-1808*, Lisboa: Tribuna da História, 2007; Antônio Alves Caetano *A economia portuguesa no tempo de Napoleão: constantes e linhas de força*, Lisboa: Tribuna da História, 2008; o dossiê "A Corte Portuguesa no Brasil" na revista *Ler História*, 54 (2008) com apresentação de Miriam Halpern Pereira e artigos de José Luís Cardoso, Fernando Dores Costa, Ana Cannas (além da contribuição luso-brasileira de Maria Beatriz Nizza da Silva e Lúcia Bastos P. das Neves). Registrar igualmente as comunicações e conferências apresentadas em "Jornadas européias do património 2007: Bicenténario das Invasões Francesas e da Construção das Linhas de Torres. Ciclo de Conferências: Repensar as Invasões Francesas" Cascais, CMC e CMO, 28-29 setembro 2007; "Seminário Internacional Memórias Lusófonas: A partida da Corte para o Brasil", Lisboa, IICT, 8-10 outubro 2007; "Colóquio Internacional e Interdisciplinar: No Cais do Império, o Reino na Ausência da Corte", Lisboa, FL da UL, 3-4 dezembro 2007; "Congresso Internacional Comemorativo da Guerra Peninsular" Lisboa, FCG org. APH, CEAP, SHI e CH da UL, 7-9 novembro 2007; "I Jornadas Comemorativas da Partida da Família Real para o Brasil, 1807-2007" Lisboa, org. ACL, APH, AM, SGL e CHM, 26-30 novembro 2007; "Congresso Internacional 1808: A Corte no Brasil", UFF, 9-14 março 2008" onde participaram os portugueses José Luís Cardoso, Nuno Monteiro, André Mansuy-Diniz Silva e, do IICT, Ana Cannas, Ângela Domingues e Luís Frederico Antunes; Colloque Internationale: le bicentenaire de l'arrivée de la famille royale au Brésil", Paris, FCG-CCG, 26-28 maio 2008. A referir, ainda, as comunicações previstas para o "Colóquio Portugal, Brasil e a Europa Napoleônica", Lisboa, ICS, 4-6 dezembro 2008. De fontes publicadas recentemente mencionam-se, por exemplo, a muito utilizada correspondência de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro. 1811-1821*, Lisboa: BNP, 2008 ou, para a compreensão do quadro político interno do governo do Príncipe Regente antes da transferência, da autoria do Marquês de Alorna, e com apresentação de José Norton, *Memórias Políticas*, Lisboa: Tribuna da História, 2008.

**Isabel Lustosa:** Hipólito da Costa criticou duramente a implantação no Brasil das velhas instituições portuguesas: Desembargo do Paço, o Conselho da Fazenda, a Junta do Comércio etc., quando o que o novo país precisava era de um conselho de minas, uma inspeção para a abertura de estradas, uma redação de mapas, um exame de navegação dos rios... Mas, diz o jornalista, nada disso se arranja porque essas coisas não aparecem nos almanaques de Lisboa. Em que consistiam esses almanaques de Lisboa de que fala Hipólito da Costa? Qual era a eficácia administrativa dessas velhas instituições portuguesas e como foi feita, na prática, sua adaptação à nova realidade?

<sup>13</sup> Publicados na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

<sup>14</sup> Reedição em fac-símile, 2002-2003, da responsabilidade precisamente de Isabel Lustosa e Alberto Dines.

<sup>15</sup> Expressão de Andrée Mansuy-Dinis Silva, *Portrait d'un homme d'État...*, vol. II, p. 122

**Ana Cannas:** Começarei por me referir aos almanaques de Lisboa e a Hipólito José da Costa. Os almanaques eram publicações, em princípio anuais, que elencavam os nomes e moradas dos responsáveis e funcionários dos diversos organismos da administração, escolas e colégios, as principais instituições eclesiásticas e instituições culturais e científicas, bem como o Corpo Diplomático. Integravam, também, breves notas históricas (“Notícias cronológicas”), calendário dos dias de gala na Corte e de funcionamento dos serviços, notícias sobre a Casa Real e a lista das casas (nobres) titulares. O Almanaque de Lisboa de 1814, por exemplo, autodefinia-se como o “Mapa civil e literário destes Reinos”. No Rio de Janeiro, com a transferência da Corte e da Capital e com a criação da Imprensa Régia, também se publicaram almanaques relativos às instituições novamente estabelecidas e em funcionamento naquela cidade à imagem e semelhança dos almanaques de Lisboa e que se sabe terem sido solicitados e transportados para o Brasil. Conhecem-se os exemplares de 1811, 1816 e 1817<sup>13</sup> e, para a Bahia, o de 1812. Hipólito José da Costa, por sua vez, era um jornalista e editor do *Correio Braziliense*<sup>14</sup>, periódico mensal publicado em Londres e crítico de várias medidas tomadas pelo governo de D. João na sua permanência no Rio de Janeiro. Natural do Brasil (Sacramento), embora sem nunca ter aí vivido, Hipólito José da Costa terá sido um homem “da constelação brasileira” do ilustrado D. Rodrigo de Sousa Coutinho<sup>15</sup> que lhe transmitiu o gosto pelas questões econômicas e que, entre o final do séc. XVII e o início do XIX, o enviou em missões técnico-científicas aos Estados Unidos da América, à França e à Inglaterra. Preso em Lisboa pela Inquisição, por maçonaria, quando liberto conseguiu ir rumo a Londres, de onde nunca mais regressou. Politicamente moderado e defensor de uma monarquia constitucional, é aí que edita o *Correio Braziliense*, aliás com alguns financiamentos do governo português. A afirmação irônica, por parte de um espírito ilustrado e reformista como era o seu, de que D. João transferira para o Brasil o *Almanaque de Lisboa*, pretendia obviamente minimizar, caricaturando, o processo de recriação do governo e da administração

e de várias instituições de conhecimento. Mas seria redutor não reconhecer, desde logo, que o aparelho institucional instalado no Rio, inclusive nos seus limites, lançou as bases da experiência de governação do Estado, qualitativamente diferentes da vivenciada pela colônia até 1808. Mesmo considerando que nem todos os “brasis” e todas as suas “nações” beneficiaram-se dessa estrutura da mesma maneira que o Rio de Janeiro. Além disso, vários dos organismos estabelecidos foram particularmente significativos à época para o Brasil, nas áreas referidas pelo jornalista, como o Arquivo Militar, criado sob iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para reunir não só os mapas e planos, como os projetos de campanhas e a correspondência relacionada com explorações topográficas, essenciais para a consolidação de fronteiras e a integridade do Brasil. O diretor do Arquivo era um engenheiro que daria pareceres sobre os projetos de estradas e navegação de rios, canais e portos com finalidade não só militar, mas de desenvolvimento do comércio interno. No que diz respeito à eficácia administrativa de muitas das instituições, ela foi relativa, refletindo algum centralismo excessivo no processo de despacho e decisão administrativos. É um fato observado durante a ocupação napoleônica de Junot, durante a presença do aliado britânico em Portugal, e pelos próprios portugueses. Os serviços acumulavam requerimentos repetidos, em parte devido ao tempo que demoravam até serem despachados, em parte na dúvida de que a entidade destinatária fosse aquela e por desconhecimento do circuito administrativo. Este desconhecimento ter-se-á acentuado em alguns domínios da administração, com a deslocação do governo para o Rio de Janeiro, nomeadamente quanto aos assuntos que envolvessem súditos no Reino (Portugal), onde funcionou uma regência de composição, funções e poderes variáveis durante e após a Guerra Peninsular. Além disso, o próprio sistema de retribuição dos funcionários favorecia a proliferação de documentos, uma vez que parte dos ordenados provinha dos emolumentos pagos pelo número e tipo de atos administrativos que efetuavam. A escassa alfabetização e a distância em relação ao poder central favoreciam a multiplicação de procuradores (representantes dos requerentes), muitos dos quais serviam na administração. Os empenhos pessoais eram constantes e, apesar de repetida legislação no sentido de os requerimentos serem datados, a fim de melhor se controlar os circuitos documentais e de despacho, raros eram os que a cumpriam. Reconhecia-se igualmente a dificuldade de controle administrativo na área financeira, tanto na coleta de impostos como na gestão da receita, apesar da modernidade de organismos como o Erário Régio. Pelo menos em alguns casos, a maior ou menor eficácia administrativa, mais do que ser devida a “velhas instituições”, era-o em relação ao próprio estágio de desenvolvimento, conhecimento e organização social.

**Isabel Lustosa:** Haverá, porventura, quem diga que os resultados obtidos não terão sido aqueles com que contava D. João VI. Afinal, se o rei pretendia garantir a indissolubilidade do Império luso, acabou associado à criação das estruturas e ao florescer das convicções patrióticas que estariam na origem do nascimento de um outro Império, brasileiro, independente e soberano. Se queria preservar a sua visão do poder monárquico, acabou protagonista central dos alvares da monarquia constitucional. Uma longa tradição no pensamento social brasileiro associa o atraso do país ao fato de ter herdado o sistema administrativo caótico do colonizador e também a confusa relação entre o público e o privado que teria persistido até os nossos dias. Baseada em suas pesquisas você acha que essa linha de pensamento tem razão de ser? O sistema administrativo da Coroa Portuguesa era então muito diferente do que se usava nos demais países? Mesmo Oliveira Lima, incontestável admirador de D. João VI, diz que sua época “estava, contudo, destinada a ser na história brasileira, pelo que diz respeito à administração, uma era de muita corrupção e peculato”. De que maneira a análise da documentação com que você trabalhou ajuda a entender essa conclusão de Oliveira Lima? Pode-se atribuir ao sistema absolutista, com a falta de liberdade de imprensa e de controle sobre os órgãos governativos, essa situação? Como explicar que homens como Targini e Azevedo, popularmente tidos como corruptos, continuassem em seus postos?

**Ana Cannas:** Embora compreensível no seu contexto inicial, parece simplista uma linha de pensamento que se limite a associar o atraso do país à herança administrativa colonial e à relação ambígua entre público e privado. É verdade que as esferas do público e do privado nem sempre se distinguiam claramente na sociedade portuguesa da Monarquia absoluta. Apesar da complexificação das funções que o Estado português crescentemente assumira ainda no séc. XVIII, o processo de profissionalização da administração, através de mecanismos mais universais de seleção, como concursos, era ainda incipiente se comparado, por exemplo, com a Inglaterra. Mas não eram diferentes as sociedades? No que diz respeito à corrupção que versos da época popularizaram relativamente a Targini, tesoureiro principal do Erário Régio, e a Joaquim José de Azevedo, tesoureiro da Casa de Bragança, sem podermos concluir se foi menor ou maior do que em outros momentos da História do Brasil ou da História de Portugal, ou de outros países, como explicá-la? Voltamos à fragilidade dos mecanismos de controle das finanças públicas e recordamos a intervenção nesse sentido de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1811, extravasando o âmbito das funções exercidas à frente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, pelo conhecimento que tinha e pela aguda consciência dos efeitos nefastos da ausência de informação adequada neste domínio. Eram, aliás, conhecidos os seus desentendimentos com Targini por estas razões. Os fenômenos de corrupção não são exclusivos

de um sistema político, nem a Monarquia absoluta era um sistema fechado, como se percebe através das formas que vários processos de decisão política foram conhecendo na regência e no reinado de D. João VI. Mesmo nas condições restritivas de debate político neste período, circularam panfletos e periódicos<sup>16</sup> indiciadores da formação de uma opinião pública urbana, tanto em Portugal como no Brasil, ainda que insuficiente. A manutenção de corruptos no poder, como Targini, ligar-se-á a redes de relacionamento, cuja análise mais concreta teria de ser feita<sup>17</sup>.

**16** Estudados, por exemplo, por José Tengarrinha, Ana Leal de Faria (relativamente à Inquisição) Beatriz Nizza da Silva e Isabel Lustosa ou recentemente por Juliana Meirelles.

**17** Sobre a corrupção política no quadro do Império português, embora num quadro temporal e geográfico diferente, V. George Davis Winius, *A Lenda Negra da Índia Portuguesa*. Lisboa: Antígona, 1994.

# O Príncipe Maldito e a historiografia brasileira

**Bruno de Cerqueira**

*Graduado em História pela PUC-Rio e pós-graduando em Relações Internacionais pela Univ. Cândido Mendes, bruno@imperialereal.com.*

## PRIORE, MARY LUCY MURRAY DEL. O PRÍNCIPE MALDITO: TRAIÇÃO E LOUCURA NA FAMÍLIA IMPERIAL. RIO DE JANEIRO: OBJETIVA, 2007.

Convidado pela colega de bancos universitários Catarina d’Amaral a resenhar *O Príncipe Maldito*, de Mary Del Priore, fiquei meio receoso com a proposta, em virtude do fato de ter sido ele, o livro, resultado da incursão na história da família imperial brasileira que Mary fez ao ser minha professora de Tutoria na PUC-Rio, no penúltimo semestre da faculdade — justamente na orientação aos alunos para seus temas de monografia. Pensei que poderia não fazer a análise de forma objetiva sobre a obra, mas depois vi que é o contrário! Talvez, quanto maior nossa subjetividade nos textos, mais ricos se tornem e mais assimiláveis e inteligíveis eles sejam aos leitores...

Lendo meus textos sobre D. Isabel (“Princesa Isabel”), Mary descobriu o verdadeiro novelo que poderia explicar o fim da Monarquia brasileira através da análise das intrigas palacianas e das conspirações (militares, civis, eclesiásticas etc.). Pensou, primeiramente, em biografar D. Isabel; nós, os isabelófilos, apontamos não haver biografia portentosa sobre a chamada “Redentora”. Até hoje nunca se lhe dedicaram pesquisas de monta suficiente a produzir uma clássica obra em dois ou três volumes. Conforme resalto nos textos introdutórios de lançamento do Instituto D. Isabel I e nos demais constantes do livro que organizei em 2006, D. Isabel continua a ser, em paradoxo gritante, a mulher mais famosa e uma das mais desconhecidas da história do Brasil.

Contudo, Mary Del Priore não criou identificação com a *persona* de D. Isabel — assim vejo. Foi no sobrinho da Princesa Imperial e herdeiro da tia durante os anos 1866-1875 que Mary encontrou seu riquíssimo personagem histórico a dramatizar: D. Pedro Augusto de Saxe-Coburgo-e-Bragança<sup>1</sup> (\*1866 †1934).

<sup>1</sup> Em prova incontestada de que o livro não tem pretensões teóricas, o nome e os títulos do príncipe não são analisados. O nome (sobrenome) de D. Pedro Augusto é dito, repetidas vezes, “de Saxe e Coburgo”, o que não é correto, pois os membros da Casa Ducal de Saxe-Coburgo-Gotha usavam a expressão “von Sachsen-Coburg-und-Gotha” e não “von Sachsen und Coburg”.



Este príncipe do Brasil (e de Saxe-Coburgo-Gotha) ficou na memória dos monarquistas brasileiros — grupo heterogêneo em que se incluíam centenas de descendentes da nobreza titular, membros da aristocracia rural não-ade-sista e, evidentemente, os populares devotados a D. Pedro II e sua filha — das décadas que se sucederam ao golpe militar de 1889 como o “louco neto do Imperador”. Foi necessário que nos anos 1940, 1950 e 1960 voltassem ao Brasil os sobrinhos e sobrinhos-netos dele para que sua figura voltasse a brilhar.

Com efeito, D. Carlos Tasso-de-Saxe-Coburgo-e-Bragança<sup>2</sup> revivesceu nas famílias monarquistas do Rio de Janeiro e de São Paulo se não a veneração, ao menos o respeito, pela pessoa de D. Pedro Augusto. Em uma medalha que ele mandou cunhar em 1966 (centenário de nascimento), lê-se “Príncipe Dom Pedro Augusto de Saxe-Coburgo e Bragança” no verso e “Patriota – Engenheiro – Mineralogista(?) Mineralogista ? – Numismata” no anverso, que traz as armas do Império com o escudete da Saxônia ao centro.

2 D. Carlos Eduardo Amadeu Augusto Leopoldo Antonio José Maria Tasso-de-Saxe-Coburgo-e-Bragança nasceu em Gmunden (Áustria), em 16 de julho de 1931, como filho primogênito do casal D. Lamoral, Barão titular Tasso de Bordogna e Valnigra (\*1900 †1966) e D. Teresa Cristina Maria, Princesa de Saxe-Coburgo-Gotha (\*1902 †1992). A princesa era filha de D. Augusto Leopoldo (\*1867 †1922), o segundo filho de D. Leopoldina Thereza do Brasil (\*1847 †1871).

D. Carlos Tasso é membro do IHGB e nos anos que residiu no Brasil dedicou-se a pesquisar os feitos de seu avô, D. Augusto Leopoldo (irmão de D. Pedro Augusto), enquanto jovem tenente da Marinha Imperial brasileira. Além disso, D. Carlos Tasso renovou afinidades e afeições daqueles nobres brasileiros que tiveram ligação com o ramo *Saxe-Coburgo-e-Bragança*, ainda que em posição de sumo acato ao Chefe da Casa Imperial (imperador *de jure*): D. Pedro Henrique de Orleans-e-Bragança (\*1909 †1981), neto e sucessor de D. Isabel.

Com isso está dito também que obviamente não havia bibliografia alguma na qual Mary Del Priore poderia se basear para descrever os lauréis e os desditos do belo príncipe louro que devaneou reinar no Brasil como D. Pedro III. No início das pesquisas no Museu Imperial de Petrópolis e no IHGB, me lembro bem de termos comentado como seria a estrutura do livro e de Mary me dizer que não poderia ser um trabalho historiográfico acadêmico, pois que a ausência de dados era mais sentida do que a presença. Foi assim que ela desenvolveu um texto maravilhoso, esculturalmente neolatino, no qual as expressões francesas pululam — Mary as adora... —, balanceadas com as que também tinham bastante voga no Oitocentos: anglicismos e germanismos. Enfim, texto delicioso, pleno de verve. Texto também capcioso, em várias passagens, o que o enriquece.

Enfim, nas correspondências que trocávamos por e-mail, foi ficando claro para mim que não estaria nascendo uma biografia histórica sobre D. Pedro

Augusto de Saxe-Coburgo-e-Bragança. Tanto que comentei com Antonio Apri-  
gio Pereira, bibliófilo de Sumé (PB), ultra-dedicado à família imperial brasi-  
leira, que auxiliou enormemente a professora com textos e documentos, a  
certa altura, que o livro de Mary seria uma *biografia romanceada com elementos  
históricos*. E é exatamente isso que ele constitui, em minha opinião. Eduardo  
Bueno fez uma excelente orelha para o livro, descrevendo em texto jorna-  
lístico claro que o livro de Mary é um romance de não-ficção que aproxima  
a história do Brasil dos leitores, fomentando, assim, nos “leigos” o interesse  
vivaz pelas nossas lacunas historiográficas.

Ademais, na proposta cada vez mais presente nos escritos e nas falas de  
Mary Del Priore acerca da forma de como os historiadores devam transmitir  
seu conhecimento ao público — seja o de adolescentes e jovens dos bancos  
escolares, seja o de adultos nas livrarias —, nós somos chamados a rever  
posicionamentos e posturas, a fim de que a História seja algo vibrante e não  
amorfo.

Todavia, sabemos que a academia reage com antipatia em relação a essas  
iniciativas. Em geral, os professores doutores de História fazem pouco, ou  
nenhum, caso de obras que levem aos leitores, os mais distantes, conhe-  
cimento não-acadêmico — aqui leia-se não convencionalizado ou assente pela  
academia, pois ninguém poderá dizer, por exemplo, que Mary Del Priore,  
doutora em História pela USP, não seja “acadêmica”... Nada de mais ridículo  
e contraproducente para um público nacional do que essa tibieza dos profes-  
sionais das Ciências Sociais.

O academicismo é uma praga e deve ser combatido. Penso que em um país  
como o nosso, em que a expressão *república das letras* soa mais falsa do que  
uma nota de R\$ 15, por sabermos que a concreta situação nacional é a de  
*oligopólio das letras*, a postura do historiador frente à sociedade e à busca  
incessante da ampliação da cidadania deva ser algo cotidiano. Nesse sentido,  
dar “à luz” atores e processos históricos, ainda que de forma romanesca, é  
absolutamente válido.

Eis o que *O Príncipe Maldito*, cujo subtítulo (*Traição e loucura na família imperial*)  
não nega sua inspiração no *marketing*, proporciona aos brasileiros: o conhe-  
cimento sobre um período crucial de nossa história tão negligenciado que  
eu ousaria dizer que é desconhecido quase que por completo da maioria dos  
graduados e pós-graduados em História nas universidades do país.

A transição da Monarquia brasileira para a República e todas as décadas da  
República Velha são ilustres desconhecidas da maioria dos professores de  
História brasileiros. Do estudo do escravismo no XIX para o do trabalhismo

no XX, pensa-se a História ainda de forma algo marxista e sem os requintes gramscianos, acreditando-se que os elementos políticos e as diversas facetas da micro-história não produzam conhecimento. O resultado é a ressaca do mar: professores doutores discutindo conhecimento — epistemologias — e seus alunos produzindo desconhecimento...

Sob esse ponto de vista, palmas para Mary Del Priore! Como historiador da realeza brasileira, me empolguei muito com a iniciativa dela e tudo fiz, dentro das minhas possibilidades, para que sua pesquisa produzisse uma boa obra.

Mary conhece minhas críticas. Elas dizem respeito, evidentemente, aos lapsos cronológicos, genealógicos e dinásticos que o livro traz.

À página 21 temos o duque reinante de Saxe-Coburgo-Gotha, Ernst II (\*1818 †1893), sendo “pai” de *Gusty*, apelido de Ludwig August de Saxe-Coburgo-Gotha, pai do biografado. Na verdade, o pai de *Gusty* é o príncipe August Ludwig Viktor de Saxe-Coburgo-Gotha, primo-irmão do soberano. Daí em diante, Mary faz uma “confusão dos diabos” com esses parentescos, ao longo de todo o livro. Também as titulações são descuradas e a quantidade de erros é bem acentuada. À p. 40, ela chega a chamar Franz Josef I (\*1830 †1916) — ou *Francisco José*, como é conhecido lusofonamente —, de “Francisco I”, que foi o avô de D. Pedro II do Brasil e do próprio Franz Josef... ,

Na p. 167, traduz-se errado a expressão latina *virī reginarum* (maridos de rainhas), por “varões régios”. Na 181, ao citar as tentativas ou sucessos de regicídios europeus no fim do XIX, a autora diz que Napoleón III sofreu um atentado em 1851, resultando em oito mortos e 150 feridos. Só que em 1851, o Presidente da República Francesa Louis-Napoléon Bonaparte nem era Napoleón III... Esse atentado contra ele e a Imperatriz Eugénie existiu sim, mas foi em janeiro de 1858, pelas mãos do terrorista italiano Felice Orsini, condenado à morte dois meses depois.

Na p. 280, ao descrever os funerais de D. Pedro II, Mary diz que “o Presidente Sadi Carnot resolveu lhe dar honras de chefe de estado”, o que não procede, pois sabemos que as honras fúnebres de D. Pedro II foram chamadas de “imperiais”, mas justamente não tiveram a designação oficial de “honras de chefe de estado” para não causar melindres entre a quase-única república europeia de então — as outras duas eram a confederada Suíça e a aristocrática San Marino — e a recém-nascida positivista república latino-americana dos Estados Unidos do Brasil... Na mesma página, ela chega a citar nas exéquias uma “rainha Maria Bárbara” das Duas Sicílias, que jamais existiu...

Essas e todas as outras impropriedades no livro são os seus *pêchés mignons*. Mas nada que tire o vigor e a “carnicidade” da obra, por assim dizer. Nada mais freyreano. Mary Del Priore, em *O Príncipe Maldito*, nos revela, como bem prefigura Eduardo Bueno na já citada orelha do livro, uma narrativa onde os personagens estão vivos, vivíssimos; dispensando algumas descrições escatológicas que ele fez questão de inserir — no sentido biológico e não no teológico —, convirjo no perfil da história: “viva, volátil, vibrante. A nossa história”.

Sobretudo nos três últimos capítulos de sua novela, que tem um quê de *psycho-history* — gênero ao qual estariam mais bem familiarizados os anglófonos e francófonos do que nós, creio eu —, a autora revela, de forma emocionante, o que Francisco José de Oliveira Vianna chamou de *Ocaso do Império* (Oliveira Viana, 1925). Em *O mais curto dos dias*, *Início do fim* e *O triste crepúsculo*, Mary Del Priore dá ao leitor brasileiro uma visão dos dias 15, 16, 17 e 18 de novembro de 1889 que certamente ele jamais tivera.

Os livros didáticos e para-didáticos de História no Brasil sendo de qualidade sofrível, o que o brasileiro comum conhece sobre o processo fulcral de passagem da Monarquia para a República é quase nada. *O Príncipe Maldito*, sob este aspecto, sana muitas dúvidas e, certamente, suscita outras; o que é excelente.

Se utilizássemos um viés histórico-teológico-literário para conceituar os três capítulos finais do livro de Mary Del Priore, poderíamos dizer que eles a redimem de todos os *pêchés mignons* já apontados. Isto porque ao descortinar aos brasileiros o que significou o advento da República entre nós, através de um golpe de estado militarista, chauvinista, oligárquico e até racista, Mary nos dá conta de que o “pecado original” de Novembro de 1889 provoca males talvez irremediáveis naquilo que o Prof. José Murilo de Carvalho aponta brilhantemente como sendo o “difícil percurso da cidadania no Brasil” (Carvalho, 2001).

Voltando à análise central que nos cabe, resta dizer que *O Príncipe Maldito* pode, sim, provocar confusões naqueles interessados em história, mas alheios às discussões historiográficas, que “descobrirão” uma D. Isabel megeira, um Conde d’Eu argentário, uma D. Teresa Cristina antipática e por aí vai. Conforme já apontei acima, Mary não se preocupou em traçar perfis coesos, digamos assim.

Não houve normatização das citações sobre D. Pedro Augusto e seus familiares e, além disso, Mary inventou expressões como os “d’Eu” para designar os familiares de D. Isabel (Condessa d’Eu pelo casamento). Essas expressões errôneas, as alevisias exageradas entre tia e sobrinho são interessantes, mas nos diálogos que Mary concebe ao longo do livro não parece haver nenhum entre os dois personagens antagonizados — e as simplificações sobre o III

Reinado no Brasil, que seria, pela Constituição do Império, evidentemente, a ascensão e o reinado de D. Isabel ou, no caso de abdicação, de seu filho mais velho e jamais de D. Pedro Augusto, tudo isso talvez provoque desinformação no leitor desatento, ou superficial.

Temos ainda de apontar, forçosamente, o desleixo com que a Editora Objetiva tratou a tábua genealógica que ilustra o final do livro. Além de desatualizada, explicava pouquíssimo ou quase nada os personagens citados. A bibliografia também não foi alvo de revisão e saiu com erros.

Mas... o que devemos os historiadores fazer com o livro de Mary Del Priore? Louvar-lhe o método? Não necessariamente. Louvar-lhe a ousadia intelectual e o sucesso editorial? Certamente.

Sobretudo devemos aprender que história não é artigo de luxo e que a transmissão de conhecimento deve ser deleitosa, para além de informativa. Acrescento que também deve ser formativa, pois sou um agente de cultura de cidadania engajado.

Quanto à apreciação de conjunto de *O Príncipe Maldito*, recomendo imensamente a leitura e lanço a homenagem: Viva Mary Del Priore e seu *talent de bien-faire!!!*

## **Bibliografia**

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OLIVEIRA VIANA, Francisco José de. *O occaso do Império*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.





Esta obra foi produzida no Rio de Janeiro, no inverno de 2008, pela editora Garamond. A tipologia empregada foi Swift. O papel utilizado para o miolo é pólen soft 80g/m<sup>2</sup>. Impresso no Rio de Janeiro pela Sermograf